

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ÉLEN CRISTIANE SCHNEIDER

A CONDIÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS POR CONTA PRÓPRIA E A
DOMICÍLIO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA:

TRABALHO, CIDADANIA E COTIDIANO

Porto Alegre

2011

ÉLEN CRISTIANE SCHNEIDER

A CONDIÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS POR CONTA PRÓPRIA E A
DOMICÍLIO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA:

TRABALHO, CIDADANIA E COTIDIANO

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Profa. Dra. Lorena Holzmann

Porto Alegre

2011

ÉLEN CRISTIANE SCHNEIDER

A CONDIÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS POR CONTA PRÓPRIA E A
DOMICÍLIO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA:

TRABALHO, CIDADANIA E COTIDIANO

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Lorena Holzmann – Orientadora
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFRGS

Professor Doutor José Rogério Lopes
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UNISINOS

Professora Doutora Naira Lima Lápiz
Departamento de Sociologia - UFRGS

Professor Doutor Fernando Coutinho Cotanda
Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Concluir um trabalho de pós-graduação faz recordar os períodos de muita solidão e concentração vividos em dois anos. Mas, há pessoas e instituições a quem eu gostaria de agradecer por estarem comigo, colaborando para que esta etapa dos estudos se cumprisse e fosse rica em aprendizagem:

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela bolsa de estudos;

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professoras(es) e funcionárias(os). É um grande sonho realizado e um compromisso futuro, bem sei, concluir Mestrado em uma Universidade Pública;

Ao professor José Rogério, por aceitar avaliar meu trabalho e estar presente, com seu conhecimento e amizade. Ao professor Cotanda e à professora Naira, pelas dicas valiosas na qualificação de projeto e por aceitarem compor a banca final, contribuindo para que minha avaliação seja um processo.

À minha professora orientadora Lorena, pela postura crítica e pela compreensão de meu processo de aprendizagem;

Às amigas e aos amigos, parentes, irmã e irmão, pelo entendimento da minha ausência, pela escuta e troca. À Karine, mulher da paz que acolheu minhas demandas no período final. Às queridas companheiras da república de Porto Alegre em 2009: Simone, Anne e Andressa. Aos e às colegas de mestrado.

Aos amigos do grupo de discussão em economia solidária: Andressa, Gerson, Ivan e Thales.

*Às mulheres que me receberam nas suas casas e contribuíram para minha pesquisa.
Sem elas não seria possível concluir.*

À minha mãe, mulher forte, que esteve curiosa e interessada pelos meus estudos. Ao meu pai, homem sensível, pela revisão do trabalho e pelas caronas durante o trabalho de campo.

Ao Mauricio, meu companheiro, com quem sonho e projeto e que foi presença essencial. O resultado é nosso mi amor!

La autoridad

“En épocas remotas, las mujeres se sentaban en la proa de la canoa y los hombres en la popa.

Eran las mujeres quienes cazaban y pescaban.

Ellas salían de las aldeas y volvían cuando podían o querían. Los hombres montaban las chozas,

preparaban la comida, mantenían encendidas las fogatas contra el frío,

cuidaban a los hijos y curtían las pieles de abrigo.

Así era la vida entre los indios onas y los yaganes, en la Tierra del Fuego,

hasta que un día los hombres mataron a todas las mujeres y se pusieron las

máscaras que las mujeres habían inventado para darles terror.

Solamente las niñas recién nacidas se salvaron del exterminio.

Mientras ellas crecían, los asesinos les decían y les repetían que servir a los hombres era su destino.

Ellas lo creyeron. También lo creyeron sus hijas y las hijas de sus hijas”.

(Eduardo Galeano. Memoria del fuego I - 91 y 178)

“Sobretudo um dia virá em que todo meu movimento será criação, nascimento,

eu rompereí todos os nãos que existem dentro de mim, provarei a mim mesma que nada há a temer,

que tudo o que eu for será sempre onde haja uma mulher com meu princípio,

erguerei dentro de mim o que sou um dia, a um gesto meu minhas vagas se levantarão poderosas,

água pura submergindo a dúvida, a consciência,

eu serei forte como a alma de um animal e quando eu falar serão palavras não pensadas e lentas,

não levemente sentidas, não cheias de vontade de humanidade, não o passado corroendo o futuro!

O que eu disser soará fatal e inteiro!”

(Clarice Lispector. Perto do coração selvagem)

RESUMO

A presente dissertação analisa a condição das *trabalhadoras por conta própria* e a *domicílio* na sociedade contemporânea, questionando-se como as mulheres trabalhadoras percebem e acessam a cidadania e vivenciam seu cotidiano no cenário atual das transformações do trabalho e do emprego no Brasil. Tem-se em vista que a concretização da cidadania no Brasil esteve intimamente ligada com a criação dos direitos do trabalho. A amostra de pesquisa é composta por mulheres trabalhadoras no domicílio, por conta própria ou a domicílio subcontratadas, residentes da região do Vale do Sinos, cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Todas as trabalhadoras apresentaram alguma passagem pela indústria calçadista desta região e um histórico de migração de cidade. A pesquisa empírica é conduzida pela técnica de entrevistas em profundidade e observação do cotidiano das trabalhadoras. O quadro teórico se constitui a partir das categorias de análise: trabalho, cidadania, gênero e cotidiano. Para tanto, dimensões conceituais de cidadania, divisão sexual do trabalho, patriarcado, gênero, cotidiano, ciclo de vida, trabalho a domicílio e trabalho por conta própria são chave na presente análise. Demonstra-se como a relação das trabalhadoras com a casa é estreita e que em sua vida cotidiana não há espaço para participação comunitária e política. O ciclo de vida é decisivo na vida das mulheres e quando alguma mudança importante neste se dá, elas são chamadas a cumprir seus papéis sociais. Percebe-se na análise que a cidadania das mulheres trabalhadoras no domicílio, seja por conta própria ou a domicílio é fragilizada e por vezes seus direitos estão ausentes. Evidencia-se que há necessidade de construir-se outra cidadania, ampliada também às mulheres, e traz elementos para essa construção.

Palavras-chave: Trabalho a domicílio. Trabalho por conta própria. Gênero. Cidadania. Cotidiano.

Abstract

The present dissertation analyses the conditions of *self-employed* and *household* female workers in contemporary society, asking how female workers realize and access citizenship and how they live their daily life in the current scenario of work and employment changes in Brazil. It is noticed that the concretion of the citizenship in Brazil was intimately linked to the creation of the labor rights. The research sample is composed by female workers, self-employed or household workers hired under registered contract, residents of the region of Vale do Sinos, city of São Leopoldo, Rio Grande do Sul. All workers presented a pass through in the shoe industry of this region and a history of city migration. The empirical research is conducted by the in-depth interview method and by observational study of the daily life of the workers. The theoretical framework is constituted since the following categories of analysis: work, citizenship, gender and daily life. To this end, conceptual dimensions of citizenship, sexual division of labor, patriarchy, gender, daily life, life cycle, household labor and self-employment job are the key in this present analysis. It demonstrates how the relationship of female workers with the household is close and how there is not any space of communitarian and political activities in their daily life. Life cycle is crucial in the life of women. When some important change happens in this life cycle, they are called to perform their social roles. It can be noticed in the analysis that the citizenship of the female workers, either self-employed or household workers, is fragile and sometimes their rights are absent. It is evident that there is a need of constructing another citizenship, extended also to women, and this research provides elements for this elaboration.

Keywords: Household labor. Self-employment job. Gender. Citizenship. Daily Life.

LISTA DE SIGLAS

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

PEA – População Economicamente Ativa

PIA – População em Idade Ativa

PNAD – Pesquisa Nacional por amostra de domicílios

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Caracterização da amostra quanto à origem e composição familiar	67
Tabela 2: Caracterização da amostra quanto à escolaridade e atividade profissional	68
Tabela 3: Caracterização da amostra quanto à trajetória profissional	69
Tabela 4: Caracterização da amostra quanto a compradores da produção	70
Tabela 5: Último rendimento mensal informado.....	80

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Taxa de desemprego das pessoas acima de 16 anos por sexo e cor/raça, Brasil – 1992 a 2006.	20
Imagem 2: Taxa de Informalidade das pessoas acima de 16 anos, por sexo e cor/raça, Brasil – 1992 a 2006.	22
Imagem 3: Rendimento-hora médio, em Reais (R\$), segundo forma de contratação das pessoas de 16 anos e mais, por sexo, cor/raça, Brasil – 2006.....	23

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 O TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	17
1.1 Emprego, Desemprego e Informalidade	19
2 O TRABALHO DAS MULHERES	26
2.1 Caminhos teóricos	28
2.2 Patriarcado e gênero	29
2.3 Divisão sexual do trabalho.....	33
2.4 Casa, trabalho e ciclo de vida	36
3 TRABALHO E CIDADANIA	39
3.1 A história recente da cidadania de direitos no Brasil	41
3.2 A atualidade dos direitos sociais do trabalho	46
3.3 Pobreza, trabalho e cidadania	48
3.4 Mulheres trabalhadoras e a cidadania.....	49
3.4.1 A Cidadania Fragilizada das mulheres	52
4 TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA E TRABALHO A DOMICÍLIO	55
4.1 Trabalho por conta própria	55
4.2 O trabalho a domicílio	58
5 NOTAS METODOLÓGICAS	61
6 DESVENDANDO O DIA A DIA DAS TRABALHADORAS.....	65
6.1 Caracterização da amostra	66
6.2 Olhando com as lentes categóricas	70
6.2.1 O Trabalho Concreto	71
Aprendizagem do trabalho atual: “é o tempo que ensina a gente a trabalhar...”.....	72
Produção: “eu voltei a estudar, para cada um aqui pelo menos quinze dias vocês vão ter que me dar!”	74
Condições Materiais de Trabalho.....	77
Carga Horária de trabalho	78
Percepções sobre o trabalho concreto: “eu gosto de trabalhar, sinceramente eu gosto”	80
Comparações: Experiência de Trabalho Atual e Trabalho Anterior	81
A Mulher que trabalha no domicílio, “por conta”	83
6.2.1.1 Trabalho concreto e cotidiano	85

Família e produção	85
A Casa como o lugar do trabalho	86
Tempos e Rotinas	88
6.2.2 <i>Cotidiano</i>	90
6.2.3 <i>Gênero</i>	93
Socialização de gênero ligada à trajetória familiar: “o que eu faço hoje na casa, eu faço desde quando eu tinha sete anos”	94
6.2.4 <i>Cidadania</i>	96
6.3 Bastidores da pesquisa	100
6.4 Somando os olhares: teoria e empiria	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE	114

INTRODUÇÃO

Esta dissertação articula dois temas: a condição das mulheres trabalhadoras por conta própria e a domicílio, no âmbito das transformações do trabalho na sociedade contemporânea, e a efetivação da cidadania para estas, no cenário das transformações mundiais do emprego assalariado e fragilização dos direitos. Tem-se em vista que a concretização da cidadania no Brasil esteve intimamente ligada com a criação dos direitos do trabalho¹ e que o trabalho a domicílio e por conta própria tem sido reconfigurado nos últimos anos.

A questão específica que perpassa este estudo, portanto, é a de questionar-se *qual a condição das trabalhadoras por conta própria e a domicílio no âmbito das transformações do trabalho na sociedade contemporânea? Como percebem e asseguram sua cidadania e como vivenciam seu cotidiano?* O pressuposto é que as mulheres que realizam seu trabalho no ambiente domiciliar, por conta, sem formalização, têm um acesso mais difícil aos seus direitos, e, portanto, à cidadania.

A segunda questão, derivada da específica, é como e porquê o *trabalho por conta própria, realizado no domicílio* e o *trabalho subcontratado a domicílio*, persiste na sociedade contemporânea e por qual razão é particularmente feminino.

Explora-se o quadro teórico das mudanças do trabalho² na contemporaneidade, constituindo assim o cenário de onde se está olhando para a amostra de pesquisa. Dimensões conceituais de cidadania, divisão sexual do trabalho, patriarcado, gênero, cotidiano, ciclo de vida, trabalho a domicílio e trabalho por conta própria são chave na presente análise, que é conduzida pelos (as) autores (as) consultados, contemplando as categorias de análise: *trabalho concreto, cotidiano, cidadania e gênero*.

Metodologicamente o estudo é conduzido pelos instrumentos de entrevistas em profundidade e observações do cotidiano de trabalho de mulheres trabalhadoras da região do vale do Rio dos Sinos, na cidade de São Leopoldo, região que tem a especificidade de ser uma das maiores produtoras coureiro calçadistas do Brasil. A amostra é composta por oito mulheres, com mais de cinco anos na atividade atual. Foca-se na busca empírica de desvelar como as mulheres narram e interpretam a sua situação de vida no trabalho e na família, buscando saber como se constitui a sua percepção sobre as desigualdades.

¹ Para José Murilo de Carvalho, o cidadão é caracterizado como a pessoa trabalhadora, meritória de proteção social.

² Incluindo nas mudanças os novos enfoques de análise da Sociologia do Trabalho no Brasil.

No primeiro capítulo, aprofunda-se a dimensão *trabalho* desde o contexto brasileiro, embora se tenha em consideração que mundialmente, e em especial no continente europeu e na América do Norte, após os anos de 1970, instituiu-se um tempo de reestruturação produtiva (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009: 239). Sabe-se que desde aí, neste cenário internacional, inicia-se um período que traz à tona uma *nova questão social*³ que, para Castel (1998), é o da transformação do trabalho.

No cenário internacional, as formas de segurança adquiridas a partir de 1930, quando se deu a transformação do trabalho em emprego, configurando um momento de “emprego protegido” ou “emprego com *status*” e uma sociedade salarial⁴, entram em declínio a partir da segunda metade da década de 1970. Passam a ser condicionadas por processos tais como a internacionalização do mercado, mundialização e exigências crescentes da concorrência e da competitividade. O trabalho passa a ser alvo principal de redução de custos. Uma das estratégias das empresas em meio às mudanças foi a adoção da *flexibilidade*, que “[...] possibilitou transferir para os assalariados e também para subcontratados e outros prestadores de serviços o peso das incertezas do mercado” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009: 240).

Entretanto, no caso brasileiro, esse processo é mais tardio e específico. Durante um determinado período, após 1930, o país estava imbuído em um projeto de industrialização. É nesse momento que o país inicia as bases de uma sociedade salarial, projeto que até 1980 ainda estava sendo construído. Mas a redução do conjunto de seguranças, a partir dos anos 1990, com o aumento das vagas assalariadas sem registro e de ocupações não assalariadas, sugere um aumento considerável da precarização das condições e relações de trabalho no país. Somente nos últimos anos esse conjunto de seguranças vêm sendo retomado, com o aumento dos postos de trabalho que são emprego.

Pesquisas demonstram que a condição das mulheres trabalhadoras é específica em relação a esse quadro de emprego e desemprego supracitado, visto que se inserem depois no mercado de trabalho e continuam ligadas intimamente com a reprodução e o ambiente familiar. Dados de pesquisas brasileiras recentes⁵ demonstram que a inserção de mulheres em

³ Questão social como “um desafio que questiona a capacidade de uma sociedade de existir como um todo, como um conjunto ligado por relações de interdependência” (CASTEL, 2007).

⁴ Uma sociedade salarial, sobretudo, na qual “a maioria dos sujeitos sociais têm sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda, mas, também, seu *status*, sua proteção, sua identidade” (CASTEL, 2007: 241).

⁵ Segundo estudos interpretativos dos dados do IBGE feitos por Bruschini, Lombardi e Unbehau, entre os anos 1990 e 2002, a população economicamente ativa (PEA) feminina passou de 36,5 milhões, a taxa de

atividades produtivas, embora com muitos avanços favoráveis, ainda reflete desigualdade de gênero e está imbricada com a divisão sexual do trabalho. Para dar conta desta especificidade de gênero, o capítulo dois trata do *trabalho de mulheres*.

No caso das mulheres, muitas vezes, sua identidade e sua socialização de gênero⁶ permitem que se identifiquem também com o ambiente doméstico. Se for considerada, no entanto, a baixa qualificação da grande maioria das pessoas desempregadas, dificuldade das mulheres de dedicarem-se integralmente ao trabalho, ou inexperiência de funções diferentes da anterior, as mulheres são impelidas, na maioria dos casos, a condições de trabalho precário e de baixa remuneração. Trata-se de um problema de complexidade ambígua, sobre o qual pesquisas de mais profundidade precisam se debruçar.

A *cidadania ligada ao emprego* é um dos elementos do capítulo seguinte e tem-se em vista que, frente às transformações da sociedade e do trabalho, atualmente, os direitos deveriam impor os limites e parâmetros para o funcionamento do mercado e as políticas sociais deveriam garantir as condições de sobrevivência daqueles que estão temporária ou definitivamente fora do mercado (TELLES, 2001: 101). Este é o pressuposto da sociedade na qual as identidades estão estruturadas em torno do trabalho (idem).

Entretanto, com as mudanças aceleradas nos tipos de contratos de trabalho e na identidade das pessoas trabalhadoras, sem os direitos assegurados pelo Estado, capazes de garantir a identidade do estatuto de trabalhador, acontece um rompimento do vínculo do trabalho que pode significar uma situação que o joga na condição genérica e indiferenciada do não-trabalho. Nesta condição, confundem-se as figuras do pobre, do desocupado, da delinquência ou simplesmente da ociosidade e vadiagem (TELLES, 2001: 101). Contudo, falta aprofundar como se portam as mulheres frente a esse cenário e se os fenômenos que as atingem importam realmente nas suas decisões (profissionais, familiares, etc.) desde o cotidiano.

Buscou-se verificar, portanto, em que medida as formas de trabalho realizadas contribuem para as envolvidas na construção de sua *cidadania*, na formação de novas

atividade aumentou de 47% para 50,3 % e a porcentagem de mulheres, no conjunto de pessoas trabalhadoras, foi de 39,6% para 42,5%.⁵ As mulheres, em uma média nacional, estão cada vez mais qualificadas e têm mais tempo de estudo do que os homens começam a ingressar em profissões consideradas de prestígio e a ocupar postos de comando, ainda que lentamente (BRUSCHINI; LOMBARDI; UNBEHAUM, 2006: 62).

⁶ Neste trabalho tratar-se-á socialização de gênero como um *habitus*, comportamentos, práticas, ações, etc. aprendidos ao longo da vida e que determinam os papéis femininos de forma relacional aos masculinos.

racionalidades laborais e mudança na concepção de espaço doméstico (de reprodução) e de espaço público (de produção). O que se sabe previamente é que a condição das trabalhadoras é peculiar, embora seja fruto de fenômenos sociais do mundo do trabalho semelhante aos dos homens. Entendeu-se que esta especificidade merece um olhar especial da sociologia do trabalho, com enfoque analítico de gênero.

Nesse panorama, a problemática social que constitui o problema de pesquisa é a de questionar-se sobre a proliferação de novas formas de trabalho, mais afeitas ao fenômeno da precarização, que apontam para um baixo grau de garantia dos direitos do trabalho e de acesso a uma cidadania efetiva, que se constrói no Brasil há pouco mais de setenta anos (CARVALHO, 2007).

As mulheres ingressaram no mercado de trabalho, após os anos de 1980, experimentaram e ainda experimentam em maior porcentagem que os homens a cidadania fragilizada, ocupando a maioria nos setores de serviços, em especial os domésticos e realizados no domicílio, o trabalho de tempo parcial ou terceirizado e trabalho por conta própria⁷.

Na construção desta dissertação, deu-se ênfase ao questionamento das condições dessas formas de trabalhar, quais sejam: o *trabalho* realizado por **conta própria**, no ambiente doméstico e o **trabalho a domicílio**, com a produção subcontratada. Esse papel tem os últimos capítulos desta dissertação, um destinado à construção teórica, e outro a verificar o cotidiano das mulheres trabalhadoras por conta própria e a domicílio, nos quais já se pode adiantar que a relação entre trabalho e casa é muito estreita para as mulheres trabalhadoras, gerando uma série de consequências e configurações.

⁷ Segundo dados da PNAD 2008, IBGE.

1 O TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Pode-se dizer que o mundo do trabalho é hoje apenas uma das dimensões de um amplo conjunto de transformações que afeta a vida dos indivíduos. Mas ainda é um dos fatores determinantes para a condição cidadã, assim como para a construção das identidades e sociabilidades, comportamento político e estilos de viver. Embora o trabalho, enquanto categoria ontológica, venha sendo questionado na formação as identidades sociais, cada vez mais consideradas, pelos analistas das ciências sociais, como múltiplas e fragmentadas.

No cenário internacional contemporâneo há transformações da estrutura do mercado de trabalho e também mudanças de muita importância na organização industrial em favor da acumulação capitalista, segundo aponta Segundo Harvey (1992). A subcontratação abre oportunidades para pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico artesanal, familiar, “revivam e floresçam, mas agora como peças centrais e não como apêndices do sistema produtivo” (p. 145). Como Harvey mesmo aponta, essas formas representam diferentes coisas em sistemas diferentes, e podem significar até o surgimento de novas estratégias de sobrevivência para desempregados ou pessoas totalmente discriminadas (HARVEY, 1992: 145).

Os últimos quarenta anos foram marcados por mudanças econômicas e políticas, trouxeram para o campo analítico o questionamento do trabalho como um elemento constitutivo da sociabilidade capitalista.

No Brasil, constituiu-se atualmente uma *zona cinzenta* para analistas do trabalho que ainda não esta bem medida e sequer teorizada. Após a ênfase da sociologia do trabalho industrial, com os estudos focados no processo de trabalho e na reestruturação produtiva, impõem-se o desafio teórico-metodológico que dê conta dos desafios colocados pela abertura econômica e reestruturação produtiva ocorridas nos últimos anos no país.

As condições de trabalho e emprego em países como o Brasil são muito heterogêneas, indo desde espaços ocupacionais fortemente enquadrados por normas jurídicas e por uma proteção social até outros onde uma economia informal, submersa, aparece como particularmente desenvolvida e diversificada (GUIMARÃES, 2004: 358).

A concepção de “trabalho atípico” não é mais tão adequada (LEITE, 2009: 70), pois não há como considerar atípicas as formas de inserção ocupacional que se tornam cada vez mais comuns, que deixam de ser marginais para se tornarem cada vez mais comuns. É

característica da sociedade contemporânea, portanto, a reconfiguração do trabalho, que nos últimos quarenta anos assume, concomitantemente à formalidade, outras dimensões de informalidade incluídas na noção comum de “trabalho decente”, de alternativas de emprego e renda e reconfiguração de antigos modos de trabalhar e produzir, como as cooperativas, associações (que atualmente nomeiam-se economia solidária), e o do trabalho a domicílio realizado por mulheres. O “trabalho atípico” como era chamado tem sido usado atualmente, a exemplo do governo Lula no Brasil (2002 – 2010), como política de governo para o combate ao desemprego e promoção da cidadania.

Rememorando, o mercado de trabalho é um fenômeno recente no Brasil. Suas raízes de formação vão se dando com o fim da escravidão. O desenvolvimento do mercado de trabalho, como a forma predominante de produção de bens e serviços, no início do século XX caracterizou o trabalho como uma mercadoria livremente negociada, já que leis e contratos até então eram quase inexistentes.

Somente em 1956 a participação da indústria na renda interna supera a da agricultura. A população da cidade aumenta a partir deste período e o crescimento da indústria e dos serviços e a urbanização contribuem para a formação de um mercado de trabalho urbano que prevalece em relação ao mercado agrícola.

O crescimento industrial se dá de forma intensa entre 1940 e 1970 e há uma incrementação do setor de serviços, que não estavam ligados à indústria. Segundo Leite (2009), o Brasil estruturou um sistema de relações de trabalho no qual a intenção era que predominasse o trabalho assalariado, acompanhado de um conjunto de proteções e direitos, segundo a autora:

O Brasil cresceu a altas taxas até o final dos anos 1970, embora tenha se mantido sempre significativamente desestruturado, o mercado de trabalho mostrou-se bastante inclusivo, no sentido de que foi se abrindo à incorporação dos setores que continuamente chegavam aos centros urbanos, provindos do meio rural. (LEITE, 2009: 81)

Com a presença das mudanças e sendo elas tão aceleradas, exigindo um olhar de pesquisa constante e atualizado, considera-se importante perceber como as diferenças entre os desenhos predominantes de trabalho na sociedade brasileira vêm se formando, a fim de traçar um perfil atual do trabalho no Brasil.

1.1 Emprego, Desemprego e Informalidade

O emprego de carteira assinada marca o período contemporâneo, após 1945, no Brasil. A carteira assinada representa desde então passaporte para a cidadania. O trabalho é o emprego, e trabalhar é estar empregado. A cultura do emprego assalariado foi só então fazendo as suas raízes na sociedade brasileira. Entretanto, nem metade da população em idade ativa ao trabalho chegou a alcançar essa forma de inserção durante muitos anos.

A partir de 1990, reformas de cunho neoliberal começaram a ser implementadas no Brasil. Não só impediram que muitos dos novos direitos fossem assegurados, como promoveram um conjunto de transformações econômicas que tiveram um profundo impacto no mercado de trabalho. Cresce a taxa de desempregos e de população trabalhadora na prestação de serviços e por conta própria surgem outros vieses de análise (como a sociologia do desemprego no Brasil). As mulheres brasileiras estão inserindo-se neste período no mercado de trabalho.

Segundo Baltar et.al. (2009), o aumento da participação feminina na atividade econômica reforçou tanto o crescimento da população inserida no mercado de trabalho assalariado como a população trabalhadora por conta própria.

O desemprego marcou o cenário internacional nas últimas décadas. Segundo Castel (1998), o desemprego é a manifestação mais profunda da conjuntura do emprego. A precarização do trabalho constitui-se em outra característica neste cenário e o contrato de trabalho por tempo indeterminado anuncia-se em vias de perder a sua hegemonia (1998: 514).

Para Castel, enfatizar a precarização do trabalho permite compreender os processos que alimentam a vulnerabilidade social e produzem o desemprego e a desfiliação. Para o autor é equívoco caracterizar essas formas de emprego como ‘particulares’ ou como ‘atípicas’. Segundo o autor:

O desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido. Começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as conseqüências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade – que efetivamente, fazem sombra para muita gente. (CASTEL, 1998: 516).

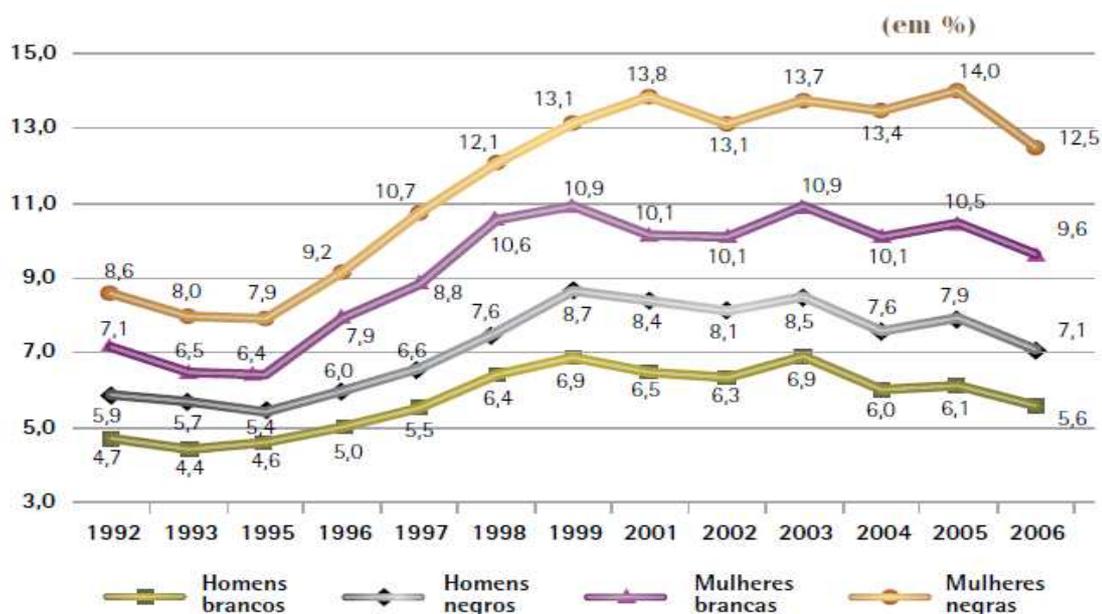
A flexibilidade, conforme pontua Castel, também característica deste cenário do emprego/desemprego, exige que a pessoa trabalhadora esteja disponível para adequar-se às flutuações da demanda (CASTEL, 1998: 517).

Esse fenômeno do desemprego no Brasil, segundo pesquisa realizada por Marques e Sanches (2010), exacerbou um fenômeno que já acontecia de certa forma. As mulheres e a população negra sofreram com mais intensidade os efeitos das crises e mudanças ocorridas nesses anos de intensa transformação da base técnica e da organização do trabalho.

Alguns autores⁸ têm apontado o desemprego, seja ele uma questão mais local ou mundial, como um dos elementos fundamentais à transformação estrutural do trabalho, ligado ao crescimento econômico e não por falta dele.

As taxas de desemprego de 2002 até 2006, como demonstram Marques e Sanches, a partir de dados do IBGE, retratam uma persistente desigualdade, mesmo que as linhas de trajetórias das taxas de desemprego sejam semelhantes. Destarte, são os homens os mais atingidos com a situação de desemprego.

Imagem 1: Taxa de desemprego das pessoas acima de 16 anos por sexo e cor/raça, Brasil – 1992 a 2006.



Fonte: IBGE. PNAD

Obs.: Não incluída a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

Fonte: MARQUES; SANCHES, 2010: 62.

⁸ Dowbor (1998), Antunes (2000) e Pochmann (2002)

Conforme Marques e Sanches demonstram, é possível observar alguns aspectos relevantes sobre a desigualdade de gênero no desemprego: “a) o desemprego foi maior para as mulheres; b) entre elas, a saída do desemprego não se dá na mesma intensidade da que ocorre entre os homens no período recente, embora a queda entre 2005 e 2006 tenha sido maior para homens e mulheres negros” (2010: 63).

Na perspectiva da concepção teórico-sociológica do (des)emprego, Guimarães (2004: 351) aponta que no contexto brasileiro, o desemprego é uma questão crítica. Segundo a autora nem a estruturação do mercado de trabalho generalizou a relação salarial estável como a forma dominante de uso do trabalho, tampouco a produção em massa de se sustentou num movimento de extensão da cidadania e de proteção social na forma de um *welfare* público, que fosse socialmente eficaz na proteção do trabalho.

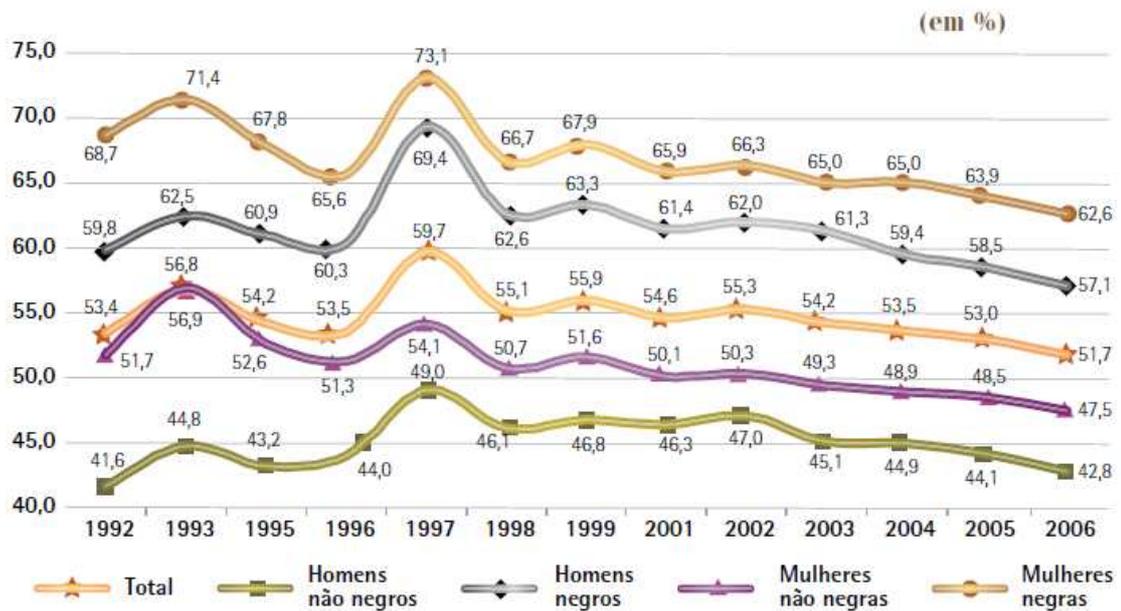
No Brasil, conforme disserta Guimarães, o alto nível de desemprego e a ausência de tradição de intervenção negociada dos trabalhadores na introdução de novas tecnologias “[...] compuseram um modelo de sistema de relações industriais em tudo contrastante com o que prevalecera nos países onde se originaram os paradigmas pós-fordistas de organizações do trabalho” (2004: 352). A autora se remete à existência de um “fordismo à brasileira” que teria marcado as características do nosso sistema de formação profissional.

Em um contexto de redução dos empregos formalmente protegidos, notável, sobretudo no setor industrial no decurso dos anos noventa, as atividades ocupacionais não registradas, como dos assalariados sem registro em carteira e dos trabalhadores por conta própria, asseguram o essencial da flexibilidade do emprego, alimentando ao mesmo tempo o crescimento das atividades de serviços e as “informalidades”. Segundo Guimarães (2004), a desestabilização das condições de emprego provocou uma aceleração das transições entre trabalho formalmente registrado e as atividades não registradas e protegidas.

Utilizando a definição da informalidade, baseando-se nas ocupações que não são emprego assalariado de carteira assinada⁹, em 2006, percebem-se 51,7% de ocupados, acima de 16 anos, nesta situação. Entretanto, embora a taxa de informalidade diminua conforme são gerados empregos formais, que é o que pareceu acontecer após o ano de 2003, não pareceu aumentar consideravelmente nos períodos de alta do desemprego. Veja-se a imagem:

⁹ Informais: assalariados sem carteira de trabalho assinada (no setor privado e público), trabalhadores autônomos não contribuintes da previdência social, trabalhadores familiares sem remuneração, ocupados para autoconsumo e empregados em serviços domésticos sem carteira de trabalho assinada.

Imagem 2: Taxa de Informalidade das pessoas acima de 16 anos, por sexo e cor/raça, Brasil – 1992 a 2006.



Fonte: IBGE. PNAD

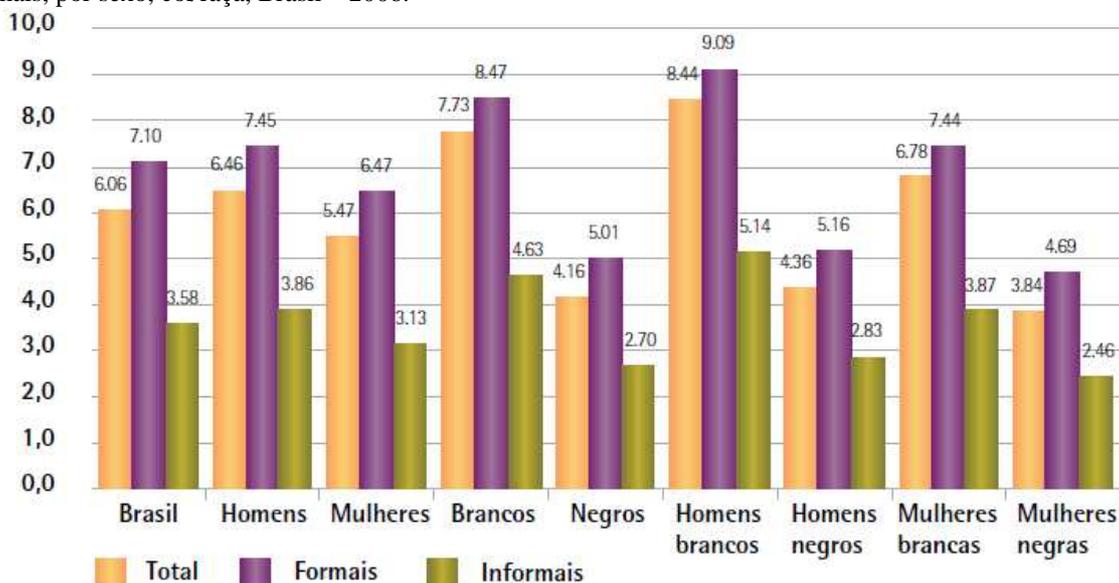
Obs.: Não incluída a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

Fonte: MARQUES; SANCHES, 2010: 64.

Essas curvas parecem desafiar em alguma medida a concepção de que o desemprego é duplamente flutuante e que incorpora e expulsa as pessoas do “mercado informal”. Atualmente há, na sociologia do trabalho, novas concepções de informalidade, embora ainda definam-se a partir da formalidade como se verá mais adiante.

As ocupações informais reproduzem, segundo Marques e Sanches, as desigualdades existentes nos postos formalizados, além de serem o que oferecem as menores remunerações. Segundo o que as autoras apontam, em 2006, uma mulher negra num posto informal recebia, em média, R\$ 2.88 por hora, equivalentes a apenas 28% do rendimento médio por hora de um homem branco num emprego formal.

Imagem 3: Rendimento-hora médio, em Reais (R\$), segundo forma de contratação das pessoas de 16 anos e mais, por sexo, cor/raça, Brasil – 2006.



Fonte: IBGE. PNAD

Obs.: Não incluída a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

Fonte: MARQUES; SANCHES, 2010: 67.

Desde 1999, os dados relativos ao mercado de trabalho vêm apontando para uma importante recuperação do emprego formal, devido principalmente a mudança no regime cambial e a expansão do comércio internacional (LEITE, 2009: 87) e, partir de 2003, a adoção de medidas institucionais voltadas ao cumprimento da legislação trabalhista e controle da terceirização.

A reativação da economia brasileira, a partir de 2004, e a manutenção do superávit primário, provocaram crescimento das oportunidades de emprego e crescente formalização das relações de trabalho. Entretanto, conforme aponta o estudo de Baltar e outros, há uma grande fração da PEA do trabalho por conta própria e uma considerável porcentagem no mercado de trabalho assalariado “uma combinação de expressivo desemprego aberto e de emprego sem carteira de trabalho” (p. 45). Segundo os autores, no emprego formal continua a existir muita rotatividade e baixos salários e as possibilidades de modificar esse quadro no mercado são limitadas. A retomada da economia não é elemento suficiente, essa terá que perdurar por muitos anos de crescimento, até mesmo porque a tendência é de aumento da população ativa (BALTAR et.al., 2009: 44).

No caso de ocorrer uma retomada do emprego, como tem acontecido nos últimos anos, as condições na aplicação dos direitos e de ampliação da regulação social e pública do

trabalho poderiam desenvolver de forma favorável às necessidades população. Entretanto, se esse cenário não se estabelece plenamente, há que pensar os direitos, dentro da perspectiva do trabalho, abarcando todo esse contingente de população que trabalha por conta própria, a domicílio, associativamente e dentro das fronteiras da informalidade.

O conceito de “informalidade” depende, sobretudo, do de formalidade em cada país e períodos diferentes, conforme disserta Noronha (2003). Embora venha sendo um termo bastante usado nas ciências sociais e econômicas brasileiras, refere-se a fenômenos demasiadamente diversos para serem agregados por um mesmo conceito (NORONHA, 2003: 111b).

No Brasil, o entendimento popular de “trabalho formal” ou “informal” deriva da ordem jurídica. São informais os empregados que não possuem carteira assinada. A partir do desenvolvimento dos direitos do trabalho, entre 1930 e 1940, com o Estado Vargas, que as noções de “formalidade” e “informalidade” foram pouco a pouco sendo construídas, conformando um típico *welfare* ocupacional (NORONHA, 2003: 113a).

As pessoas foram então adquirindo seus direitos de acordo com a posição de mercado, primeiro os servidores públicos, depois trabalhadores urbanos e, por último, já em 1960, os trabalhadores rurais. Assim, segundo Noronha (p.113b), especialmente a partir de 1930, o mercado de trabalho brasileiro e as questões do subemprego, ou da informalidade, só podem ser entendidas como resultado da própria noção de formalidade que, por sua vez, está associada às noções de cidadania e direito social. A invenção da carteira de trabalho teve importante significado simbólico e prático para essa distinção.

É razoável supor que o início dos anos de 1990 representa uma ruptura no movimento crescente de formalização do trabalho. Desde então, tem crescido a informalidade, e mais recentemente a formalidade, em fenômeno paralelo. Interpretações recentes sobre a informalidade oscilam, segundo o autor, entre uma “*nova informalidade*” (ou informalidade pós-fordista) e uma “*informalidade da globalização*” (NORONHA, 2003: 118b e 199a).

A primeira, a *nova informalidade*, aparece no Brasil após 1990 (NORONHA, 2003: 120) e é uma argumentação de que a informalidade resulta de mudanças nos processos de trabalho, novas concepções gerenciais e organizacionais e novos tipos de trabalho que não exigem tempo e nem locais fixos (NORONHA, 2003: 118). Segundo o autor é a mais apropriada para explicar a informalidade da classe média, pois o contrato de trabalho

tradicional não se ajusta à nova realidade. A segunda, a *informalidade da globalização*, afirma que as características do trabalho permanecem essencialmente as mesmas e que as mudanças ocorrem devido ao aumento da competição internacional, estimulado pelo credo neoliberal, que levou ao crescimento do desemprego e de trabalhos precários e instáveis.

Segundo o autor, as conceituações recentes estão ligadas aos debates sobre o “fim do trabalho” ou o “trabalho pós-industrial”, especialmente para explicar o desemprego e subemprego da classe média, a despeito da discutível disseminação real das relações de trabalho substantivamente novas e diferentes (NORONHA, 2003: 120b).

Ainda segundo Noronha, diversas concepções de trabalho são aceitáveis entre os muitos contratos “atípicos”. Entretanto, para ser aceitável é necessário possuir o mínimo de direitos, os quais são frequentemente inspirados na legislação do trabalho, tais como décimo terceiro salário, vale-transporte e férias anuais.

Na região do Rio Grande do Sul, no Vale do Rio do Sinos, o trabalho por conta própria e a domicílio é muito comum entre as mulheres, desde os ateliês de calçados, que é produtora coureiro-calçadista, até atividades de costura de confecção, alimentação, metalúrgicas, etc.

Este trabalho debruça-se sobre essas trabalhadoras da região do Vale dos Sinos investigando mais sobre sua condição enquanto trabalhadoras. Neste momento, pergunta-se: as trabalhadoras escolhem trabalhar por conta própria ou a domicílio por quais razões? Em que medida o conjunto de transformações do mundo do trabalho estaria implicando nesta escolha?

2 O TRABALHO DAS MULHERES

O recorte de gênero feito em capítulo à parte do anterior tem como pressuposto a justificativa de que a divisão sexual do trabalho continua marcando a história do trabalho no período contemporâneo. A posição aqui adotada é a de que atualmente as formas de produção flexível se organizam sobre as bases da divisão sexual do trabalho, direcionando as mulheres para posições de subordinação relativa. A soma das tarefas de produção e reprodução continua sobrecarregando as mulheres e sendo consideradas dimensões antagônicas, embora as mulheres as vivenciem conjuntamente.

Entender o fenômeno das transformações do trabalho na sociedade capitalista contemporânea e a posição das mulheres nesse levam à análise de dimensões conceituais de patriarcado, gênero e a das desigualdades – através do conceito de divisão sexual do trabalho. Cabe também, nesta parte, a análise teórica dos ciclos de vida e da relação casa e trabalho. Analisar-se-á sob as lentes dos conceitos de gênero e da divisão sexual do trabalho, preparando o capítulo posterior. Espera-se construir o cenário de *trabalho das mulheres* que atinge em especial as trabalhadoras que realizam o seu trabalho, na dimensão mais ampla aqui entendida, no seu próprio domicílio.

Segundo os dados coletados na PNAD de 2008, a população em idade ativa – PIA – era de cerca de 160,6 milhões de pessoas, sendo que a população economicamente ativa na semana de referência totalizava 92,4 milhões de ocupados. A proporção de PEA em relação a PIA foi, portanto, de 62,0%. Especificamente entre homens o nível de ocupação foi de 68,6% e entre mulheres de 47,2%.

Entre a população economicamente ativa, considerando o rendimento total, de todas as funções, a pesquisa indicava para as mulheres um rendimento médio de R\$ 839,00, representando 71,6% do rendimento médio dos homens, que foi de R\$ 1172,00. Comportamento que, segundo a pesquisa observou-se em todas as categorias de posição na ocupação, mesmo na de trabalhadores domésticos, cuja pesquisa aponta como de predominância feminina.

Entendendo-se que as relações sociais são relacionais e mudam historicamente, há uma lacuna se considerarmos que os papéis femininos na sociedade mudaram sem que mudasse fundamentalmente o dos homens. Nos estudos quantitativos e produções

acadêmicas, as mulheres aparecem estudando mais, conquistando espaço no mercado de trabalho, mas recebendo salários mais baixos que os homens, apresentando taxas mais altas de rotatividade e precariedade nos seus trabalhos. Há também a questão da teorização sobre a invisibilidade do trabalho feminino, presente nas pesquisas das últimas décadas. Entretanto, pouco se tem abordado teoricamente para além da denúncia da desqualificação do trabalho doméstico, realizado prioritariamente por mulheres.

A crítica marxista-feminista tem um papel fundamental nesta denúncia, mas também na dificuldade de evolução teórica, pois nela a subordinação feminina é explicada pela sua exclusão do mundo mercantil e uma exclusão que se deve a razões culturais. Segundo um conjunto de economistas:

[...] a Teoria Econômica tal como foi formulada por economistas clássicos, marxistas e neoclássicos, ampliando seus pressupostos, tais como concorrência, oferta, demanda, luta de classes, etc., conceitos usados para estudar o mercado capitalista, é inadequada para explicar a condição feminina na nossa sociedade. É necessário outro tipo de instrumental que privilegie instituições, padrões culturais, estratégias de discriminação, questões psicossociais para desvendar o real sentido do feminino em nossa sociedade. (MELO et. al., 2007: 441)

Uma alternativa nessa encruzilhada teórica seria definir mais amplamente a noção de trabalho e, por conseqüência, o que é *mercadoria*. Um prato de comida, camas feitas, toalhas lavadas, serviços produzidos no ambiente doméstico seriam mercadorias? Entretanto, sabe-se que seria ingênuo apostar nessa mudança. Pois, serviços domésticos terceirizados são considerados mercantis quando realizados por trabalhadoras(es) autônomas(os), mas o serviço doméstico realizado por conta própria e sem remuneração não tem o mesmo status.

Outra alternativa seria considerar que as responsáveis pela reprodução ampliada da vida não devem ser somente as mulheres. O que implicaria, certamente, em uma transformação dos papéis sociais. Quando se fala em trabalho de mulheres, portanto, é importante atentar que há um estreito vínculo entre trabalho remunerado e o trabalho doméstico. Esse foi o papel desvelador do conceito de divisão sexual do trabalho que vem sendo elaborado há algumas décadas pela sociologia do trabalho. Segundo Sorj (2004: 108), a ênfase na articulação entre esfera da produção econômica (trabalho remunerado) e a esfera da reprodução (família) introduziu uma nova perspectiva de análise que permitiu reconhecer que as obrigações domésticas impõem limites às oportunidades de trabalho oferecidas às mulheres.

2.1 Caminhos teóricos

Quando se tornou claro para o movimento feminista que as mulheres passavam por uma opressão específica – e nesse momento era a percepção de uma enorme massa de trabalho realizada gratuitamente pelas mulheres como um trabalho invisível – também as análises dessa forma de trabalho aparecem nas Ciências Sociais. Segundo Kergoat:

A conceituação Marxista – relações de produção, classes sociais definidas pelo antagonismo entre capital e trabalho, modo de produção – era na época preponderante, pois nos situávamos em um ambiente de esquerda – e sabemos que a maioria das feministas faziam parte da esquerda. (KERGOAT, 2003: 57).

Aos poucos as pesquisas se desligaram dessa referência obrigatória para analisar o trabalho doméstico como atividade de trabalho com o mesmo peso do trabalho profissional. Foi esse movimento teórico que permitiu, segundo Kergoat (2003), que se considerasse simultaneamente a atividade realizada nas esferas doméstica e profissional e se pudesse raciocinar em termos de divisão sexual do trabalho.

Conforme Hirata, “a preeminência do econômico, que fez da força de trabalho um conceito-chave na análise marxista clássica das relações de dominação, cede lugar ao conceito de “sujeito sexuado”, inserido em uma rede de relações intersubjetivas” (HIRATA, 2002: 277).

Segundo a autora, há, entretanto, ainda uma invisibilidade do trabalho feminino aos olhos dos pesquisadores que, para a autora, se deve a esses resquícios teóricos e a “[...] ausência de teorias que concedam o estatuto de atividade produtiva do trabalho realizado no contexto doméstico” (AGUIAR, 1984: 247), mesmo sabendo-se que as atividades realizadas no ambiente doméstico afetam a produção capitalista.

Com o advento do capitalismo, segundo postula Marx, eliminar-se-iam os modos de produção pré-capitalistas, dentre os quais aqueles nos quais a casa permanece o lugar de produção por excelência. Segundo seus seguidores, o desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina deveria ter como consequência a destruição do emprego doméstico, do trabalho a domicílio e da indústria doméstica, segundo as previsões teóricas que recapitula Aguiar (1984). Mas essas, segundo a autora, não têm encontrado

correspondência na realidade, pois no auge do crescimento de indústrias capitalistas cresceram as taxas de emprego doméstico no Brasil (AGUIAR, p. 253).

2.2 Patriarcado e gênero

A dimensão histórica das desigualdades de gênero no trabalho remete ao conceito da ordem patriarcal de gênero (SAFIOTTI, 2004). O conceito de patriarcado refere-se à apropriação masculina das condições de trabalho; as relações familiares são patriarcais quando a propriedade e a posse da casa, dos meios de produção e subsistência estão nas mãos do pai de família ou chefe da família.

O patriarcado, embora geralmente representando pela “dominação masculina”, se exerce, segundo Aguiar (1984), “[...] de diferentes maneiras em modos de produção distintos” e, por exemplo, no capital industrial o controle dos meios de subsistência é dos homens que vendem força de trabalho no mercado.

A divisão sexual do trabalho, que é composta também pelo conceito de ordem patriarcal de gênero, também está no ambiente doméstico, que sob o modo de produção capitalista constitui-se de forma que um ou alguns membros do grupo doméstico possa investir o tempo poupado na casa fora de casa. Segundo Aguiar (1984:261), quando o tempo poupado no ambiente doméstico é alocado à produção capitalista, o possuidor de capital adquire a possibilidade de usar a força de trabalho, mediante troca por salário.

Embora haja certa dificuldade por parte das feministas em fazer referência às diferenças biológicas entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 2004), não é possível, segundo essa autora, esquecer que, sob condições primitivas, antes da emergência de instituições da sociedade dita civilizada, a unidade mãe-filho era absolutamente fundamental para a perpetuação do grupo. “A criança só contava com o calor do corpo da mãe para se aquecer, assim como com o leite materno para se alimentar [...], a mãe doadora de vida detinha o poder de vida e morte sobre a prole indefesa” (idem, p. 120).

Segundo Saffioti, os seres humanos “que tinham uma relação igual e equilibrada entre si e com os animais, transformaram-na em controle e dominação. O patriarcado é um dos exemplos vivos deste fenômeno” (2004: 120). Segundo a autora:

Quando se passou a criar animais para corte ou tração, sua reprodução mostrou-se de grande valor econômico. Foi fácil, então, perceber que, quanto mais filhos um homem tivesse, maior seria o número de braços para cultivar áreas mais extensas de terra, o que permitia maior acumulação. Passam, então, os seres humanos, a se distanciar da natureza e a vê-la simplesmente como algo a ser controlado e dominado. Isto foi crucial para estabelecer entre os homens e as mulheres *relações de dominação-exploração*. Além disto, a compreensão do fenômeno reprodutivo humano, observando-se o acasalamento dos animais, minou os poderes femininos.

Desacreditado o caráter mágico da reprodução feminina e a descoberta da possibilidade deste fenômeno poder ser controlado como qualquer outro, “estava desfeito o vínculo especial das mulheres com a força da vida universal, podendo os homens se colocar no centro do universo” (idem, p. 121). “Como portadores da semente que espalhavam nos passivos úteros das mulheres, os homens passaram a se considerar a fonte da vida” (idem, p. 121).

Para Saffioti, uma definição importante do patriarcado é que ele se baseia no controle e no medo. Desta forma, não se trata de uns serem melhores que os outros, mas de disputa pelo poder, que comporta necessariamente *controle e medo* (2004: 121). Para a autora, não há de um lado a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para ela, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração, por isso formula a expressão *dominação-exploração* – como um “nó das desigualdades” – nos seus escritos: “[...] de rigor, não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo. Daí se ter criado a expressão do nó para dar conta da realidade da fusão patriarcado-racismo-capitalismo” (2004: 130).

As classes sociais têm uma história muito mais curta que gênero, segundo Saffioti, e, desta forma, “[...] as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado” e “[...] por sua vez, uma série de transformações no gênero são introduzidas pela emergência das classes” (idem, p.115). Gênero, para Saffioti (2004), se constitui, portanto, como muito mais vasto que patriarcado. No patriarcado, as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias. Assim, o patriarcado é um caso específico de relações de gênero (SAFFIOTI, 2004: 119).

Ao evocar-se o conceito de *gênero* está-se referindo a um sujeito masculino e a um sujeito feminino inter-relacionados. O conceito de *gênero* que se pretende enfocar diz respeito à história do movimento feminista contemporâneo, que produziu um campo de debate entre estudiosas militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro. Com isso, foi engendrando e problematizado o conceito de gênero (LOURO, 1997: 15).

Segundo Saffioti (2004: 116), gênero diz respeito às representações do masculino e feminino, às imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, de uma forma inter-relacionada. Para a autora, ninguém, nem mesmo homossexuais masculinos e femininos, travestis, transgêneros ficam fora do esquema de gênero. Para Pedro e Lago, a principal marca atual dos estudos de gênero é “[...] a emergência dos movimentos gays e lésbicos que nos lembram o tempo todo que o genital é irrelevante para o gênero” (2007: 57). É necessário lembrar, segundo Saffioti (2004), que esse conceito também carrega um pouco de ideologia, cabendo evidenciar que “[...] *diferente* faz par com *idêntico*, já *igualdade* faz par com *desigualdade*, e são conceitos políticos” (p. 117 e 118).

Para Saffioti, “[...] de fato já é cristalino que o poder seja central na discussão de gênero” (idem, p. 113), porém, o que fica patente é que “[...] o poder pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade, como também exercido discricionariamente, criando desigualdades” (idem).

Com o avanço dos estudos na área, ramifica-se o conceito de *gênero* e a forma como esse se caracteriza numa construção social. São levantados debates críticos sobre *igualdade* e *diferença*, que surgem em meio a um feminismo crítico que se problematiza internamente, inclusive criticamente em relação as suas raízes. A diferença entre as mulheres reclamada, num momento, pelas mulheres negras e, em outro, pelas mulheres lésbicas, como apreendido anteriormente, foi, por sua vez, desencadeadora de debates e rupturas no interior do movimento feminista, por exemplo. Mas, segundo Louro (1997: 45), o que estava certamente implicado em todas essas discussões eram as relações de poder que ali se construíam e se pretendiam fixar. Importava, segundo a autora, “[...] *quem* defendia a diferença, *quem* era considerada diferente, o que significava ser diferente” (idem). O que estava em jogo, de fato, eram as desigualdades.

Inaugura-se um período em que os estudos de gênero focam as múltiplas identidades femininas existentes. Louro (1997) enfatiza que os gêneros se reproduzem nas relações de

poder e propõe um enfoque importante para esse estudo: o de uma “*desconstrução e pluralização de gênero*”.

Para Louro, a construção de gênero é histórica e se faz incessantemente. Também os “marcadores” classe, raça/etnia, gênero e sexualidade não podem ser tratados como variáveis independentes, porque a opressão de cada uma está inscrita no interior da outra, é constituída e constituinte da outra. Portanto, as identidades não podem ser entendidas como fixas, pois nossas identidades culturais são simultaneamente nossas culturas em processo, que definem significados específicos num contexto. Por essa razão, a necessidade de (re)significar o conceito de gênero. Segundo a autora:

Quando afirmamos que as identidades de gênero e as identidades sexuais se constroem em relação, queremos significar algo distinto e mais complexo do que uma oposição entre dois pólos, pretendemos dizer que as várias formas de sexualidade e gênero são interdependentes, ou seja, afetam umas as outras (LOURO, 1997: 49).

Ao desconstruir e pluralizar gênero, abre-se a possibilidade de inclusão de diferentes formas de feminilidade que se constituem socialmente. “Ter ideias singulares de masculino e feminino impõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se [...] enquadram em uma dessas formas” (LOURO, 1997: 33).

A partir dessa reflexão pode-se romper – no sentido de ampliar – com o caráter heterossexual que estaria há muito presente no conceito de gênero. A “desconstrução e reconstrução de gênero” supõe a incorporação de mulheres e homens que vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas das hegemônicas e que, segundo Louro, muitas vezes “[...] não são representadas(os) ou reconhecidas(os) como verdadeiras(os) mulheres e homens” (idem, p. 34).

Essa concepção de “pluralidade” é contemporânea, ou, segundo Louro, pós-estruturalista. Para a autora (1997: 29), ainda que gênero, como categoria analítica passe a ser utilizado, com maior ou menor propriedade e ajustamento, no contexto de vários paradigmas teóricos, uma parte das formulações produzidas pelas(os) feministas atuais estabelece articulações entre essa conceituação e as teorizações pós-estruturalistas. Pois, segundo a autora:

[...] compartilham das críticas aos sistemas explicativos globais da sociedade; apontam limitações ou incompletudes nas formas de organização e de compreensão

do social abraçadas pelas esquerdas; problematizam os modos convencionais de produção e divulgação do que é admitido como ciência; questionam a concepção de um poder central e unificado regendo o todo social, etc (LOURO, 1997: 29).

Esse debate de uma mudança do conceito de gênero abre-se para outro: a lógica dicotômica carrega a ideia de que a relação masculino e feminino constitui uma oposição entre um pólo dominante e outro dominado, e essa se tornaria a única e permanente forma de relação entre dois elementos. Ou seja, os sujeitos que constituem a dicotomia não são de fato apenas homens e mulheres, mas homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades, etc. Suas solidariedades e antagonismos, segundo Louro (idem, p. 33), podem provocar os arranjos mais diversos, perpetuando a noção simplista e reduzida de “homem dominante versus mulher dominada”. Para a autora, “os grupos dominados são, muitas vezes, capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão lugares de resistência e de exercício de poder”.

A exposição da situação de opressão, submetimento e silêncio das mulheres, pode ter sido “indispensável para que se visibilizassem aquelas que, histórica e linguisticamente, haviam sido negadas ou secundizadas” (LOURO, 1997: 37). Porém, essa denúncia também permitiu, algumas vezes, que se cristalizasse uma vitimização feminina ou, em outros momentos, que se culpasse a mulher por sua condição social hierarquicamente subordinada.

Segundo Abreu e Sorj (1993), a utilização das categorias de gênero e divisão sexual do trabalho ajuda a compreender, inclusive, a permanência do trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas, da mesma forma que, em muitos países, a presença marcadamente étnica e de imigrantes contribui para a produção e reprodução desse nicho produtivo (ABREU; SORJ, 1993: 15).

2.3 Divisão sexual do trabalho

A divisão sexual do trabalho traz no seu âmago o alerta para a marca da naturalização da divisão de tarefas para cada pessoa de sexo diferente. Este conceito facilita a visualização de que há uma naturalização das funções e atividades profissionais destinadas aos homens e às mulheres, uma construção cultural de gênero assinalada pela desigualdade.

Essa noção foi utilizada pelos etnólogos para designar uma repartição complementar das tarefas entre homens e mulheres nas sociedades estudadas por eles. Lévi-Strauss fez dela

o mecanismo explicativo da estruturação da sociedade em família, mas, segundo Kergoat (2003), foram as antropólogas feministas que primeiro demonstraram que ela não se traduzia numa complementaridade de tarefas, mas numa relação de poder entre homens e mulheres. Utilizada por outras disciplinas como História e Sociologia, a divisão sexual do trabalho tomou valor de conceito analítico (KERGOAT, 2003: 55).

A utilização da expressão “divisão sexual do trabalho” tem sentidos muito diferentes e muitas vezes se remete a uma abordagem mais descritiva. Segundo Kergoat (2003), isto é indispensável na construção de indicadores confiáveis para medir a (des)igualdade profissional entre homens e mulheres. Mas, segundo a autora “[...] falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir mais além de uma simples constatação das desigualdades: é articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas atividades” (2003: 59).

Hoje, na sociologia, pode-se considerar que existam, segundo Hirata, duas grandes teorias da divisão sexual do trabalho que se opõem e divergem:

A primeira remete mais a conceitualização em termos de ‘vínculo social’, por meio de seus conteúdos conceituais (solidariedade orgânica, complementaridade, conciliação, coordenação, parceria, especialização e divisão de papéis). A segunda remete mais a uma conceitualização em termos de “relação social” (divisão do trabalho, contradição, antagonismo, oposição, dominação, opressão, poder) e a uma teoria geral das relações sociais (HIRATA, 2002: 279).

Conceituar a divisão sexual em termos da relação social baseia-se na idéia de uma relação antagônica entre homens e mulheres. A divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está contida (HIRATA, 2002: 280).

Para Hirata, a divisão sexual do trabalho é indissociável das relações sociais entre homens e mulheres, que atualmente ainda são relações desiguais entre duas categorias de sexo socialmente construídas (HIRATA, 2002: 281). A divisão sexual do trabalho é um dos aspectos das relações sociais sexuadas que permite romper, enquanto conceito, com a abordagem em termos de papéis e de funções (HIRATA, 2002: 275). Trabalhar com a divisão sexual do trabalho exclui riscos de eliminar o trabalho doméstico e sua imbricação, seja ela objetiva/subjetiva ou individual/coletiva (HIRATA, 2002: 277).

O conceito de divisão sexual do trabalho dá inteligibilidade à realidade de que a atividade profissional e a vivência do trabalho ou do desemprego são geralmente muito diferentes conforme se trata de um trabalhador ou de uma trabalhadora, de um pai de família e provedor, de uma mulher casada, de um jovem solteiro que mora com sua família de origem, de uma mãe solteira etc. (HIRATA, 2002: 270). Segundo a autora, que está traçando uma análise comparativa entre Brasil, França e Japão:

A passagem das categorias neutras para as categorias sexuadas e o questionamento que essa passagem suscita em relação aos conhecimentos e às teorias existentes nas ciências sociais parecem ser a contribuição mais importante de um certo número de pesquisas em torno da problemática da divisão sexual do trabalho [...] (HIRATA, 2002: 275).

Entre as principais características atuais dessa noção estão que a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, por consequência, a apreensão pelos homens de funções de forte valor social agregado tais como as políticas, religiosas e militares (KERGOAT, 2003: 56). Entretanto, embora os dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho – o de separação dos tipos de trabalho entre os sexos e o da hierarquização de valores entre os trabalhos realizados por diferentes sexos – não sejam um dado rígido e imutável (idem), suas modalidades – concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no trabalho mercantil, etc. – variam no tempo e no espaço.

De um ponto de vista histórico, segundo Hirata (2002: 234), é possível observar que a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado\trabalho doméstico, fábrica-escritório\família) surgiu simultaneamente ao capitalismo, e que a relação assalariada não teria podido se estabelecer na ausência do trabalho doméstico. Conforme a autora, “[...] do nascimento do capitalismo ao período atual as modalidades da divisão do trabalho entre os sexos, tanto no trabalho assalariado quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção” (HIRATA, 2002: 234). Entretanto, para a autora:

[...] há uma extrema variabilidade das formas de divisão do trabalho entre homens e mulheres no espaço, que deve ser estudada de maneira relacionada à evolução das relações sociais de sexo em toda a sociedade: os movimentos sociais, as estratégias de resistência, as atividades conscientes da transformação social, certamente, devem se correlacionar com as modalidades extremamente diferentes da divisão sexual do trabalho de acordo com cada país (HIRATA, 2002: 286)

Ao considerarem-se, nas análises sobre o trabalho, as atividades desenvolvidas “para além do produtivo” e as relações sociais homens-mulheres, as transformações e os novos significados do trabalho parecem anunciar uma mudança que sugere mais que seu fim, mas sim o seu entendimento como um todo. É um momento teórico e empírico oportuno para a conceituação de que na dimensão trabalho estão também as dimensões casa, família e tantas outras constitutivas da vida. As trabalhadoras pesquisadas nesta dissertação, por realizar suas atividades laborais no próprio ambiente doméstico, não apresentam essa mudança no seu cotidiano, como sugere o conceito, embora relatem perceberem a desigualdade existente.

2.4 Casa, trabalho e ciclo de vida

Um dos processos mais significativos do desenvolvimento da moderna sociedade industrial, segundo Abreu e Sorj (1993), foi a desintegração da casa como um lócus de produção e residência. Com a transferência das tarefas produtivas para as fábricas, a família começou a se especializar em atividades reprodutivas. A continuidade do trabalho industrial a domicílio parece, assim, um paradoxo. Entretanto, segundo Dedecca (2008), há, ainda, uma superposição de processos: casa-trabalho e trabalho-casa.

Todavia, o modo de produção capitalista, ao separar o trabalho fabril da residência, preserva este último contexto. Não somente a casa passa a ser primordialmente um meio de subsistência, como também passa ser um elemento mediador entre a produção e o consumo dos trabalhadores (AGUIAR, 1984: 251). Por essa razão, segundo Aguiar (1984), torna-se necessário rever a tese da destruição inevitável do modo de produção capitalista.

Segundo Aguiar (1984: 252) se é tomada a mesma época histórica da Revolução Industrial no contexto brasileiro, observa-se que “[...] a revolução industrial estimulou o crescimento de empresas domésticas para o descaroçamento do algodão que iria alimentar a nova máquina inglesa”. A teoria da passagem de um modo de produção a outro, abstraída da Revolução Industrial inglesa, foi muitas vezes transposta para outras formas sociais – incluindo o caso brasileiro. Trata-se de uma inversão histórica.

As etapas do ciclo vital constituem um fator decisivo na determinação do trabalho feminino e na possibilidade de formação de carreira. Segundo Aguiar (1984), entre os

elementos do ciclo de vida estão o tempo de união, a idade média dos cônjuges, o número de filhos, a idade deles e a divisão sexual e geracional do trabalho etc. Sabe-se que o nascimento dos filhos representa, muitas vezes, essa interrupção de carreira ou uma mudança nas atividades geradoras de renda para as mulheres, fato que as trabalhadoras pesquisadas revelaram, como se verá mais adiante.

A noção de trajetória, segundo aponta Dedecca, é intrínseca à de tempo e ambas se inscrevem na construção de nossa memória em suas diversas dimensões (DEDECCA, 2008: 280). O tempo como processo que é construído, parte da trajetória pessoal de cada pessoa, dentro das condições de sociabilidade nas quais se vive. A noção de tempo é abstrata e depende das características de organização social dos indivíduos. Segundo o autor:

Algumas pessoas têm autonomia para decidir trabalhar ou não, e quando trabalhar, pensando trabalho no sentido tradicional, isto é, de caráter econômico. Porém, a grande maioria não tem esse poder de decisão, devendo se submeter às oportunidades de trabalho existentes e aos horários por elas definidos. (DEDECCA, 2008: 282).

As restrições ao processo de decisão do uso do tempo extrapolam as atividades do mercado de trabalho e da atividade produtiva. É preciso realizar um conjunto de atividades no âmbito dos domicílios e que são fundamentais para a organização e o funcionamento familiares (DEDECCA, 2008: 282). Essas atividades, como atenção aos filhos em idade escolar, aos idosos ou doentes crônicos, o cuidado com a roupa e a higiene da casa, entre outras atividades realizadas no âmbito doméstico, geralmente são realizadas pelas mulheres, especialmente aquelas das classes mais baixas.

O uso do tempo se relaciona à gestão de diversos processos sociais e econômicos que fazem parte da vida. Estão, via de regra, equilibrados entre trabalho e cotidiano. Para Dedecca (2008), é necessário considerar três dimensões do uso do tempo no que se refere à organização dos processos: a valorização, a subordinação, a superposição. Para o autor a regulação dessas dimensões depende fundamentalmente da forma como a sociedade se organiza (p. 284).

Para as mulheres trabalhadoras no seu próprio ambiente de moradia, a vida articula-se ao redor do trabalho em todo seu ciclo de vida. Ao mesmo tempo em que a trabalhadora vivencia muito mais o doméstico, podendo estar em casa realizando as tarefas ou mesmo

descansando, também pode estar trabalhando em muito mais quantidade e sendo a principal responsável por todas as demandas da casa e do cuidado com as pessoas que nela vivem.

A opção pelo trabalho na casa é em parte devido a sua história social de gênero e em parte pela falta de oportunidades de escolha exteriores à casa que possam conciliar todas suas atividades e responsabilidades. Poder-se-á ver no último capítulo que o ciclo de vida tem um papel predominante nas escolhas de trabalho destas mulheres: o nascimento e o cuidado nos anos iniciais dos(as) filhos(as), o cuidado com a velhice ou doença de parentes, o emprego de algum filho, ou mesmo o desemprego do companheiro, o desemprego de algum(a) filho(a).

A opção de conciliar casa e trabalho, quando feita pelas mulheres, carrega muitos fatores exteriores aos da simples escolha. As mulheres trabalhadoras no seu domicílio, objeto desta pesquisa, demonstram que essa escolha é condicionada e os fatores de condicionamento estão estreitamente ligados ao seu ciclo de vida.

Nesta relação mulheres e trabalho, entende-se, portanto, que é imprescindível questionar-se o quanto e o como do cotidiano influencia nas escolhas das mulheres. Este é o problema principal que a teoria deste capítulo deixa de legado, para o olhar empírico que é trazido no último capítulo. Também, de que forma essa inserção varia descontinuamente dependendo do ciclo vital.

3 TRABALHO E CIDADANIA

Este capítulo destina-se à discussão da *cidadania* no cenário do trabalho, especialmente do trabalho a domicílio e por conta própria, visto que no cenário capitalista esses adquirem um caráter de informalidade e, notadamente, daqueles que são realizados por mulheres, como costura, alimentação, manicure, cabeleireira, artesanato ou acabamentos industriais, entre outros.

Sabe-se que com a abolição da escravidão, no último quartel do século XIX, o emprego assalariado gradualmente passou a ganhar impulso no Brasil. Entre 1932 e 1980, segundo Pochmann, o Brasil ainda construía o seu modelo de crescimento econômico fundado na difusão do emprego assalariado (2001: 96). Nesse período constituem-se também as bases dos direitos sociais no Brasil. Sabe-se, entretanto, que, após os anos 90, fortificam-se formas de trabalhar além da do emprego assalariado, compondo o cenário da diferenciação.

No capitalismo é o Estado de bem-estar quem se encarrega das funções protetoras. Conforme aponta Wood, desde um cenário internacional, na democracia moderna, a desigualdade e a exploração socioeconômica coexistem com a liberdade e a igualdade cívicas (2003: 173). Na sociedade capitalista, os produtores primários são sujeitos a pressões econômicas independentemente de sua condição política. Segundo a autora, “o poder capitalista de se apropriar da mais-valia dos trabalhadores não depende do privilégio jurídico nem de condição cívica, mas do fato de os trabalhadores não possuírem propriedade” (idem). Esse fato obrigaria as pessoas a trocarem sua força de trabalho por um salário para terem acesso aos meios de trabalho e de subsistência.

Não há consenso sobre a crise do Estado-nação, mas a criação de blocos econômicos e políticos reduz, de certa forma, o poder do Estado (CARVALHO, 2007: 13). A ampliação da competição internacional coloca pressão sobre o custo da mão-de-obra e sobre as finanças estatais, o que acaba afetando o emprego e os gastos do governo, do qual dependem os direitos sociais. Dessa maneira, volta à pauta o debate da cidadania, mesmo nos países em que este já parecia esgotado.

Há que se pensar também o trabalho através das alternativas para assegurar um nível mínimo de garantias de direitos, com qualidade, que sejam independentes da relação salarial. Com um sistema adequado e independente de proteção, as formas alternativas de trabalho,

como o trabalho por conta própria, cooperativas, etc., podem ser muito interessantes para as pessoas.

É preciso ter em conta que na América Latina, incluindo o Brasil, a relação de emprego assalariado com contrato formal atingiu quiçá a metade da população ativa. O ideal teórico do emprego assalariado e seguro que existiu no norte do continente americano não alcançou a realidade do sul da América. O trabalho assalariado precário, não formalizado, e o trabalho por conta própria têm grande significação atualmente e ganham importância cada vez maior como formas e estratégias de viver e sobreviver.

A relação assalariada, portanto, não pode ser o instrumento de medição ou servir de único ponto de referência nas análises científicas, mesmo que o emprego assalariado seja um marcador nas sociedades capitalistas.

Mas é preciso ter em conta que a separação da condição cívica da situação de classe nas sociedades capitalistas tem dois lados quando se leva em conta o emprego assalariado: de um, o direito de cidadania não é determinado por posição socioeconômica e, de outro, que a igualdade cívica não afeta diretamente a desigualdade de classe, e a democracia formal deixa fundamentalmente intacta a exploração de classe.

No processo demorado de construção da cidadania de direitos no Brasil, que só foi se dar a partir de 1930, certamente se construíram e se constroem cotidianamente experiências paralelas para a asserção aos direitos, em especial aquele de trabalhar. As mulheres estão, há décadas, construindo esses cotidianos repletos de estratégias e armadilhas e continuam merecendo um olhar especial nas análises, por conta do reparo social e novas construções do ser mulher que a sociedade necessita fazer.

Num país como o Brasil, portanto, cujo modelo de desenvolvimento econômico provocou por muito tempo a exclusão da maior parte da população, refletir sobre fragmentos marcantes da construção da cidadania é uma tarefa crucial da sociologia.

3.1 A história recente da cidadania de direitos no Brasil

O fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido (CARVALHO, 2007). O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. A cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível, embora tenha servido de parâmetro para análise da qualidade da cidadania em cada país, em diferentes momentos históricos.

Os direitos sociais são os que visam a garantir a participação na riqueza coletiva, incluindo direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria, e a garantia de sua vigência depende da eficiência da máquina administrativa do Poder Executivo (CARVALHO, 2007: 10). Os direitos sociais podem permitir às sociedades politicamente organizadas reduzirem os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos: a ideia em que se baseiam é a da justiça social.

A tipologia inglesa dos direitos, que compõem a noção de cidadania, apontados por Marshall (1967) (civis, políticos e sociais, respectivamente), se dão em forma de pirâmide invertida no caso brasileiro. Na sequência inglesa havia uma lógica que reforçava a convicção democrática, tendo como base os direitos civis. O cidadão, considerado pleno, é aquele que pode gozar todos os direitos civis, políticos e sociais. No Brasil, a cidadania esteve, na sua efetiva fundação, em meados de 1930, ligada a dos direitos no trabalho, através dos direitos sociais.

Conforme o modelo proposto por Marshall (1967), os direitos civis são os primeiros e garantem a vivência em sociedade, fundamental à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei – que se desdobra em garantia de ir e vir, de poder escolher trabalho, de ser respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência. Os direitos civis, portanto, garantiriam as relações civilizadas entre as pessoas e a liberdade individual. O segundo tipo, o dos direitos políticos, refere-se à participação cidadã no governo da sociedade, ao direito de fazer demonstrações políticas, organizar partidos, votar e ser votado. Pode haver direitos civis sem direitos políticos, mas o contrário é inviável (CARVALHO, 2007: 11). Os direitos

sociais conformariam essa tríade com o sentido primordial de garantir condições de vida aos cidadãos, através principalmente do direito à saúde, educação e ao trabalho.

No caso brasileiro, ocorreu uma espécie de superposição de demandas por direitos, concretizaram-se primeiro os direitos sociais (em especial voltados a benefícios e proteções trabalhistas e previdenciárias), fundados em um ambiente de ditadura e repressão aos direitos civis e políticos. Após, foi a vez dos direitos políticos entrarem precariamente no cenário, com a expansão do direito ao voto (inclusive o feminino, em 1932), ainda em período ditatorial. Por último, os direitos civis que, ainda hoje, continuam inacessíveis à maior parte da população.

Esse fenômeno de construção da cidadania composta pelos direitos iniciou processo após a proclamação da República, em 1889, e, por essa razão, o fenômeno de construção da cidadania é de extrema complexidade no Brasil. Além disso, pode-se destacar que, por razões históricas, os direitos sociais, especialmente os do trabalho, “assumiram posição estratégica para a vivência da cidadania, o que se reforçou pela fragilidade dos direitos civis e pelo desrespeito aos direitos políticos, infelizmente muito praticado ao longo do século XX” (GOMES, 2002: 12).

Refletir antes sobre uma história (recente) dos direitos do trabalho no Brasil, retomando a República, tem exatamente a razão de buscar discutir que a Proclamação da República, imediatamente precedida da Abolição da escravidão, precisa ser entendida como um momento de fundamental transformação política e social, embora não seja um momento de mudança revolucionária.

A Abolição encerrava uma experiência de quatro séculos. Nesta, a maioria da população de trabalhadores do país, os escravos, era definida pela ausência de qualquer tipo de direito. Assim, segundo Gomes, “[...] se durante o período imperial o processo de construção de um Estado nacional estava em curso, o processo de construção de uma nação brasileira ficava comprometido pela existência da escravidão” (2002: 13).

Não foi desencadeado um processo que significasse grandes melhorias para a população negra após a Abolição, do mesmo modo que a República, de imediato, não representou a vigência no país de práticas políticas representativas, diferentes das experimentadas no período imperial (GOMES, 2002: 14).

Conforme afirma Carvalho, escravidão e grande propriedade não constituíram ambiente favorável à formação de futuros cidadãos. Ainda, entre escravos e senhores existia uma parcela da população que era legalmente livre, mas não tinha as condições para o exercício de direitos, sobretudo no que se refere à educação (CARVALHO, 2007: 21).

É possível considerar, destarte, que somente a partir do marco da abolição que se pode passar a construir também como uma nação, enfrentando a questão-chave da extensão dos direitos de cidadania. A República trouxe, em 1916, o primeiro Código Civil do país, que começou a ser elaborado ainda no período monárquico. Só a partir de então se tornou realidade jurídica o princípio da equidade política, isto é, o princípio de que todas as pessoas (homens) são iguais perante a lei. E somente então o país pode passar a se construir também como uma nação.

Justamente por este cenário, foi (e continua sendo) necessário enfrentar a dura herança de um passado escravista. Segundo Gomes, “[...] na virada do século XIX para o XX, produzir uma identidade positiva para o trabalhador e dar valor ao ato de trabalhar exigiram um esforço muito grande” (2002: 15). De um lado, porque se tratava de afirmar a dignidade do trabalhador, que, pela demanda dos direitos, era necessário desfazer o passado de tradições – em especial o escravista – e de outro lado, porque a identidade do trabalhador que integrava o mercado de trabalho não estava bem definida.

Dentro deste fenômeno, desenvolveu-se, anteriormente, também a cidadania nas fronteiras geográficas do que se pode chamar de Estado-nação (CARVALHO, 2007: 12). Era uma luta política nacional, e o cidadão que dela surgia era um cidadão nacional.

Da cidadania como conhecemos fazem parte então a lealdade a um Estado e a identificação com uma nação. As duas coisas também nem sempre aparecem juntas. A identificação à nação pode ser mais forte do que a lealdade ao Estado, e vice-versa. Em geral, a identidade nacional se deve a fatores como religião, língua e, sobretudo, lutas e guerras contra inimigos comuns. A lealdade ao Estado depende do grau de participação na vida política. A maneira como se formam os Estados-nação condiciona assim a construção da cidadania. Em alguns países o Estado teve mais importância e o processo de difusão dos direitos se deu principalmente a partir da ação estatal. Em outros, ela se deveu mais à ação dos próprios cidadãos. (CARVALHO, 2007: 12)

Com o Estado Novo, mais tarde (1937-1945), inventa-se o “trabalhismo”. E com o conhecido esforço de Vargas no projeto trabalhista governamental, anuncia-se no dia primeiro de maio de 1943, que o Brasil possuía uma Consolidação das Leis do Trabalho. A CLT, como

se tornou conhecida, reunia e sistematizava toda a legislação até então elaborada no campo do Direito do Trabalho.

Na época da criação da “bíblia do trabalhador”, conforme relembra Gomes (2002) sobre como era conhecida a nova legislação, houve um empenho do próprio Vargas para que esta fosse lida e utilizada pelas pessoas trabalhadoras. Segundo a autora:

Num certo sentido, pode-se dizer que o fez, embora seja sempre muito difícil considerar o real alcance desse empenho. Isto porque durante o Estado Novo, mesmo após 1942/1943, quando o regime se esforçou para implementar seu modelo de organização sindical corporativa, a repressão aos trabalhadores não cessou. Além disso [...], várias leis que regulavam o mercado de trabalho foram parcialmente suspensas e/ou “flexibilizadas”, como se diria atualmente, por exemplo jornadas de trabalho, inclusive femininas. (GOMES, 2002: 39-40).

Um dos elementos que marcam, portanto, o período do Estado Novo, é que a ideologia trabalhista dos anos 1942-1945, materializou-se na ideia de cidadania como exercício dos direitos do trabalho (GOMES, 2002: 43). Destarte, uma concepção de cidadania diferente da do modelo clássico foi experimentada processualmente no Brasil a partir dos anos 1940.

Anteriormente aos anos 1930, as leis sociais do trabalho eram elaboradas entre empresários para seus empregados, conforme recapitula Vianna (1999). Segundo aponta o autor,

Os direitos elementares do trabalho, incorporados com a legislação do salário mínimo e com os benefícios da previdência social, beneficiando em massa os assalariados, correspondiam à contraprestação ‘outorgada’ pelo Estado à ‘contenção sindical’. Em razão disso, o Estado se revestia da conotação de benfeitor, e não é à toa que o inspirador dessa política chegou a ser conhecido como ‘pai dos pobres’. (VIANNA, 1999: 300).

Já após 1945, sindicalismo, corporativismo e trabalhismo tornavam-se partes integrantes do processo histórico pelo qual os direitos do trabalho foram experimentados no Brasil. Consecutivamente, a década de 1950, foi marcada por numerosas e importantes agitações na área do trabalho organizado. Mas cabe destacar que o movimento militar de 1964 foi imenso e violento sobre a área sindical. O sindicalismo enquanto movimento vai retornar somente por meados de 1978 no país, com ares de um novo sindicalismo.

Foi no período ditatorial, entretanto, que houve, em 1966, a criação do INPS (embora expulsasse os representantes sindicais de sua administração) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (que extinguiu a estabilidade após 10 anos de tempo de serviço). Criou-se

também o Fundo de Assistência Rural em 1971 (Funrural) e os empregados domésticos e trabalhadores autônomos passaram a poder filiar-se ao INPS após esse período.

Segundo Cocco (2001), no paradigma fordista, a relação salarial tornou-se a base objetiva da constituição material do intervencionismo estatal, isto é, da “constituição trabalhista” do Welfare State. Segundo o autor, “[...] as especificidades das constituições formais (ou seja, das formulações jurídicas das diferentes nações envolvidas no processo) tornaram-se completamente inexpressivas em face da dinâmica homogeneizadora produzida pela hegemonia dos princípios fordistas” (p. 74). No fordismo, estar na produção significa pertencer à cidadania, ao passo que no pós-fordismo, ser cidadão é requisito para participar do setor produtivo. Para o autor:

O próprio sistema de Welfare estruturou-se em função e em torno da relação salarial, trabalhadores e empresários garantindo-se assim a universalização de seu poder mais do que de um princípio geral de acesso universal a um determinado sistema de bens e serviços. (COCCO, 2001: 75).

Segundo a análise de Cocco, é no fordismo-keynesianismo que se encontra o fato em que “ter direito aos direitos” estava completamente subordinado à integração produtiva dentro da relação salarial. “A integração cidadã era segunda e derivada com relação à integração produtiva” (COCCO, 2001: 31). Segundo o autor, “[...] para ter acesso ao conjunto de bens que constituíam a materialidade dos direitos (moradia, saúde, e ensino públicos, bens de consumo duráveis e serviços públicos: o telefone, por exemplo!) era preciso ser trabalhador assalariado [...]” (COCCO, 2001: 32).

Mais recentemente, a ampliação da competição internacional coloca pressão sobre o custo da mão-de-obra e sobre as finanças estatais, o que acaba afetando o emprego e os gastos do governo, gerando o não cumprimento dos direitos sociais.

Houve até a década passada, no Brasil, a implantação de uma política neoliberal, que se dá em um cenário internacional desde 1970, juntamente com a crise do *welfare state*. Nesse período, deu-se um processo de “[...] regressão da própria social-democracia, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal” (ANTUNES, 2002: 40). O neoliberalismo impulsionou, segundo Antunes, uma “desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores” com “o combate cercado ao sindicalismo classista, a propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados” (ANTUNES, 2002: 40).

O trabalho, como nas formas clássicas da modernidade, com seu vínculo central e seu papel de integração social, muda com as tendências atuais à redução do trabalho e suas formas mais individuais, mutantes e flexíveis e deixam o cidadão sem seu lugar preferencial de organização coletiva (HOPENHAYN, 2002: 02b). Segundo o autor, se desde as origens da modernidade “[...] o trabalho perfilou-se como a atividade na qual se decide o sistema de deveres e direitos, de aportes e redistribuições, a perda da centralidade do trabalho implica o descentramento deste sistema. Com isso, o exercício da cidadania também se descentra” (HOPENHAYN, 2002: 02b).

3.2 A atualidade dos direitos sociais do trabalho

A “Constituição da República Federativa do Brasil”¹⁰, de 1988, representa um novo período dos direitos do trabalho, pois esta expandiu os direitos políticos, resguardou os civis e incorporou os sociais. Nesse período é regulamentado o seguro desemprego, mas a Câmara dos Deputados aprova, em 2001, projeto que flexibiliza direitos inscritos na CLT.

Os direitos sociais das pessoas brasileiras, citados na Constituição, entre estes os do trabalho, são protegidos por uma cláusula pétrea, não podendo ser restringidos pelo legislador ordinário (poder constituinte reformador) (MOREIRA; PES, 2006: 237). O constituinte teve o intento de proteger os direitos sociais do trabalho, inserindo-os entre os direitos e garantias fundamentais, diferentemente da disposição na constituição anterior, onde estes eram dispostos no capítulo referente à ordem econômica e social.

São direitos sociais, conforme prevê o Artigo 6º da Constituição Brasileira (Capítulo II: Dos Direitos Sociais): a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e à assistência aos desamparados.

Os direitos das pessoas trabalhadoras, em área urbana ou rural (Artigo 7º da Constituição de 1988, 2003), pontuam trinta e quatro itens, nos quais, o XXXIV prevê que deve haver “igualdade de direitos entre trabalhador com vínculo empregatício permanente e trabalhador avulso”. Em parágrafo único do mesmo item, asseguram-se aos trabalhadores

¹⁰ Promulgada em 1988. Versão Consultada: Atualizada até a Emenda Constitucional n. 39 de 19-12-2002; 31ª edição atualizada da editora Saraiva.

domésticos nove incisos de direito, dos trinta e quatro, bem como direito de integrar a previdência social. São, portanto, direitos sociais do trabalho previstos em lei:

- I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, com indenização compensatória em caso de dispensa;
- II – seguro desemprego, em caso de desemprego involuntário;
- III – fundo de garantia do tempo de serviço;
- IV – salário mínimo, fixado em lei, capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com ajustes periódicos;
- V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;
- VI – irredutibilidade do salário;
- VII – garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que recebem remuneração variável;
- VIII – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- IX – remuneração de trabalho noturno superior ao diurno;
- X – proteção do salário na forma de lei, constituindo crime sua retenção dolosa;
- XI – participação dos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração;
- XII – salário família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos de lei;
- XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais (facultada a compensação de horários e redução da jornada);
- XIV – jornada de seis horas, para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;
- XV – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- XVI – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, de cinquenta por cento à do normal;
- XVII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais que o salário normal;
- XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
- XIX – licença paternidade, nos termos fixados em lei;
- XXI – aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias;
- XXII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
- XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma de lei;
- XXIV – aposentadoria;
- XXV – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;
- XXVI – reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;
- XXVII – proteção em face da automação, na forma de lei;
- XXVIII – seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador; sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;
- XXIX – ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;
- XXX – proibição da diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;
- XXXI – proibição de qualquer distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;
- XXXII – proibição de trabalho noturno, perigoso e insalubre para menores de dezoito anos e qualquer trabalho para menos de dezesseis anos;

XXXIV – igualdade de direitos entre trabalhador com vínculo e trabalhador avulso. Para trabalhadores domésticos são assegurados os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV.

Os direitos do trabalho, assim inclusos nos direitos sociais, pressupõem que haja segurança jurídica de efetivação dos mesmos, pois servem como premissa à realização profissional, visto que estão intrinsecamente conectados ao princípio da dignidade da pessoa humana e da própria cidadania (MOREIRA; PES, 2006: 254). Entretanto, a tendência global pela modificação ou reforma dos direitos sociais trabalhistas, e a corriqueira não concretização do que prevê o artigo 7º da Carta Constitucional, mesmo em empregos formalizados, por resultado da pressão capital versus trabalho, vêm provocando abalos na própria segurança jurídica dos Estados democráticos (idem, p. 254).

Conforme aponta Oliveira, em 1981, a legislação trabalhista vinha sendo estudada “[...] apenas do ponto de vista de sua estrutura formal corporativista, da organização dos trabalhadores e da sua possível tutela pelo Estado” (p. 15). Segundo o autor, uma interpretação como essa minimiza o papel da legislação trabalhista no processo de acumulação que se instaura ou se acelera a partir dos anos 1930 no Brasil (Oliveira, 1981: 16).

Torna-se claro, que é grande a complexidade de medir a efetividade dos direitos dispostos em lei, especialmente quando são consideradas as especificidades de classe, gênero e etnia.

3.3 Pobreza, trabalho e cidadania

A relação trabalho versus cidadania torna-se uma imbricação complexa quando somada ao fenômeno da pobreza. Sem os direitos que possam propiciar uma identidade de trabalhador(a), confundem-se as imagens, podendo a pessoa sem trabalho assalariado vir a ser considerada pobre, desocupada, delinquente, ociosa, vadia, e a figura já tão conhecida da mulher: dona de casa, do lar.

Na concepção de Telles, uma questão interessante para atentar é a de que, se os direitos impõem (ou deveriam impor) limites e parâmetros para o funcionamento do mercado

e se políticas sociais garantem (ou deveriam garantir) as condições de sobrevivência dos que estão temporária ou definitivamente fora do mercado, o pressuposto são as identidades estruturadas em torno do trabalho, ao mesmo tempo em que contribui positivamente para construí-las (Telles, 2001: 101)

As mulheres pobres foram e são presenças marcantes no mundo do trabalho ao longo da história no Brasil, seja como escravas na casa ou na cidade (como vendedoras ambulantes, amas-de-leite, escravas de ganho, etc.), até quase o final do século XIX, seja como as atuais domésticas e diaristas. Nesses dois casos, a cidadania, trabalho e gênero estão entrelaçados enquanto categorias, sendo possível visualizar assim o nó de desigualdades.

Esse desenho que se percebe diferente quando se junta a categoria gênero às de trabalho, cidadania e pobreza, pode ser justificado ainda por mais elementos, como: as mulheres são responsáveis pela reprodução humana, precisam fazer acompanhamento pré-natal, exames periódicos durante todo o ciclo vital e mulheres em situação de miséria e pobreza têm menos acesso à saúde; mulheres são ainda as principais responsáveis pelo cuidado com as crianças e adolescentes e geralmente as mulheres em situação de pobreza dispõem de condições precárias de moradia e possuem mais filhos que a classe média e alta. Quando um elemento como esse existe na vida de uma mulher na condição de classe baixa, a tendência é a de deixar de estudar (ou não retornar aos estudos) ou deixar de trabalhar (ou procurar formas alternativas de trabalho). A cidadania alcança menos ainda as mulheres que se encontram em situação de pobreza e miséria e elas acessam muito menos a mediação trabalho e cidadania.

3.4 Mulheres trabalhadoras e a cidadania

Chega-se aqui no momento de embasar a reflexão que se considera principal deste trabalho e que, após os enlaces teóricos feitos neste subtítulo, abrir-se-á para a questão chave da pesquisa que é buscar saber, através da amostra qualitativa, *qual a condição das trabalhadoras por conta própria e a domicílio no âmbito das transformações do trabalho na sociedade contemporânea? Como asseguram sua cidadania e como vivenciam seu cotidiano?*

Especialmente buscar indicadores para a questão: *como as trabalhadoras por conta própria percebem sua cidadania e acessam seus direitos?*

A relação gênero versus cidadania é essencial para entender como essa cidadania historicamente fundada na propriedade e mais tardiamente no acesso aos direitos, privilegiando a figura do trabalhador – que, sabe-se, até pouco tempo era homem, afeta a construção de uma cidadania que tenha identidade também ao perfil feminino.

A especificidade da cidadania das mulheres é uma realidade que desmascara a visão de que a cidadania é um pacote de direitos iguais para todos. As mulheres trabalhadoras no domicílio, objeto desta pesquisa, têm pouco acesso à construção política e às instâncias públicas de decisão. Seu acesso à cidadania, como se verá mais adiante, é com os poucos recursos e as poucas brechas de tempo que possuem entre as obrigações com a maternidade, o casamento, a casa, etc. O viés de gênero desmascara como a construção de outras formas e sistema de cidadania está longe do alcance das mulheres entrevistadas.

Ao tratar da relação gênero-cidadania, dois pontos parecem ser necessários. Um é o de se averiguar quais são os mecanismos de difusão dos direitos da cidadania entre os homens e entre as mulheres, aliando ao segundo ponto que é fazer uma reflexão sobre quais as formas democráticas do controle cidadão das instituições que são feitas por parte das mulheres.

Seguindo a reflexão de Câmara e Cappelin (1998), pode-se dizer que o momento atual é oportuno para verificar a temática da difusão da cidadania junto às mulheres. A difusão em “todos os sentidos”. Difusão na medida em que há possibilidade de questionar até que ponto as diferentes práticas exercidas e os diferentes papéis desempenhados pelas mulheres tornam-se prerrogativas para o acesso à cidadania. Difusão também no sentido de perceber se o exercício da cidadania não é limitado ou constrangido por essas mesmas atribuições ou por barreiras sócio-culturais. Difusão, ainda, no sentido de constatar qual a percepção e a narrativa das mulheres em relação aos direitos que compõem a cidadania.

É imprescindível que o debate teórico passe a revisitar o conceito de cidadania questionando-se sobre como as mulheres participam dos setores econômicos e políticos e das instâncias públicas de decisão. Pois, se por um lado assistimos ao aumento da escolarização entre as mulheres, por outro pode ser observado um acesso muito seletivo às esferas de decisão de gestão da coletividade, como nos ministérios e conselhos nacionais, por exemplo, ou nas instâncias de chefia das grandes empresas nacionais.

Segundo Câmara e Cappellin (1998) é imperativo articular o prisma de gênero com o da construção da cidadania, pois, essa articulação permite, segundo as autoras, “evidenciar algumas das mais importantes ambigüidades e impasses de formação teórica da cidadania na sociedade contemporânea” (p. 334). Conforme apontam as autoras:

Se os ideais de cidadania são a igualdade na participação, a igualdade frente à lei, a igualdade de oportunidades; se a cidadania é fruto de relações sociais que introduzem a reciprocidade entre direitos e obrigações associados ao pertencimento a uma unidade social; e se a cidadania envolve a formação da identidade coletiva fomentada pelo sentimento de pertencimento, de fazer parte de uma comunidade, de partilhar valores e experiências comuns, a temática da difusão da cidadania junto às mulheres [...] ganha sua pertinência. (CÂMARA; CAPPELIN, 1998: 334)

A contribuição inglesa para o conceito de cidadania foi extremamente importante. Marshall caracterizou a diversidade dos direitos que explicitam a cidadania – direitos civis, políticos e sociais – e apresentam uma sequência histórica que não havia ainda sido traçada. Entretanto, no caso brasileiro e de muitos outros países, há outro leque de processos que alimentam a cidadania. É possível pontuar, entretanto, que falta, inclusive em seus críticos, como Carvalho (2007), trabalhar o que acrescenta o caso das mulheres à teoria da cidadania. Segundo Câmara e Cappelin (1998), existem alguns acréscimos a serem feitos:

- possibilita refletir sobre as dimensões não-políticas que podem ser ainda obstáculos à entrada dos indivíduos na cidadania;
- permite perceber as dificuldades da democracia em superar as discriminações sociais;
- ajuda a evidenciar como significado de sexo pode ser fonte de barreira sócio-cultural;
- levanta a necessidade de perceber se existe uma congruência entre atividades/recursos dos desprotegidos e as regras do Estado de bem-estar. (CÂMARA; CAPPELIN, 1998: 340).

Para Câmara e Cappelin (1998), “[...] ao realizar uma leitura dos sistemas políticos estando do lado dos cidadãos, é possível abandonar mais facilmente a imagem de superioridade do modelo inglês, usado muitas vezes como única referência na análise do desenvolvimento da cidadania” (p. 336). Segundo as autoras:

História oficial, história das instituições e histórias das classes subalternas. É esta a conexão que permite ler a evolução das instituições e dos regimes à luz das capacidades de mudar as condições de vida dos grupos desprivilegiados. O caráter micro – as coisas que obtêm os indivíduos e a quais indivíduos se faz referência – nos ajuda a perceber o bem-estar das pessoas e de sua família ao longo do tempo (CÂMARA; CAPPELIN, 1998: 337).

A cidadania pensada a partir do viés de gênero (e também das pessoas mais simples, sem muitos poderes aquisitivos) transforma-se em um conceito que vincula bem-estar cotidiano material e espiritual, e que segundo Câmara e Cappelin (1998) permite “reclassificar os regimes democráticos pela qualidade de vida coletiva que estes conseguem distribuir às pessoas” (p. 336).

A cidadania das mulheres, por seu caráter difuso de ação política, confronta-se com os entraves construídos pelo modelo de poder masculino, que foi historicamente absorvido, como percebemos na análise do conceito de patriarcado. Portanto, o percurso específico da cidadania das mulheres comporta reconhecimento das rupturas às submissões na esfera familiar (Câmara; Cappelin, 1998: 341). Câmara e Cappelin apontam que a emergência das tensões da construção de cidadania são fortalecidas quando é introduzido o prisma do gênero e essas ficam fortalecidas com o conjunto de transformações das fronteiras entre público e privado na sociedade contemporânea:

[...] a redução da fecundidade, a redução do tempo obrigatoriamente tomado pela vida familiar, a participação das mulheres no mundo do trabalho, a remodelação do privado pelas interferências públicas e a difusão da cultura da cidadania que legitima o aparecimento das necessidades e interesses individuais. A cidadania ganha sempre mais um lugar de destaque se considerarmos esse complexo conjunto de transformações. (CÂMARA; CAPPELIN, 1998: 348).

Para que as mulheres alcancem uma cidadania ampliada, entretanto, é imprescindível que a relação delas com a esfera familiar seja constantemente revisitada e a reprodução da sociedade seja responsabilidade coletivamente.

3.4.1 A Cidadania Fragilizada das mulheres

Admitir que há uma cidadania fragilizada para as mulheres é pontuar que há recursos sociais distribuídos sem equidade entre os sexos e que as exigências institucionais são altas demais para as mulheres. “A guetização das mulheres na família é a principal responsável pela cidadania tardia, frágil e difícil [...]” (CÂMARA; CAPPELIN, 1998: 343). A figura de mulher cidadã se fragiliza ainda mais com a transferência da cidadania para uma lógica composta de direitos e atribuída à figura do trabalhador.

Perceber a fragilização da cidadania das mulheres exige um olhar histórico de que a exclusão das mulheres tem raízes profundas, ainda não destruídas, bem fundamentadas na naturalização da hierarquia familiar e no modelo das relações amarradas no pré-político (como o direito civil e o direito da família).

Tendo em vista que “[...] cada campo de trabalho produz oportunidades de cidadania social”, ao considerar a posição das mulheres trabalhadoras e os efeitos no acesso à cidadania, encontra-se negatividade, pois muitas das mulheres compõem os índices de trabalho precário, de baixa qualificação, onde fazer política e construir status não constitui nenhuma vantagem.

O fato das mulheres complementarem ou substituírem as necessidades coletivas que não são oferecidas pelo Estado – cuidado com crianças, idosos, pessoas com necessidade de cuidados especiais, dependentes químicos, etc. – quando revertido a uma atividade feminina, torna-se condicionante da fragilidade da cidadania das mulheres. Câmara e Cappelin apontam algumas dificuldades em romper com a cidadania fragilizada:

A cidadania fragilizada, as tensões da cidadania social das mulheres são de difícil resolução devido ao fato de que as separações entre público e privado e as relações de gênero têm forjado uma divisão de papéis e uma simbologia cultural que restringem a atuação das mulheres à unidade familiar. Oferece-se, ainda, às mulheres, e só a elas, um modelo de cidadania social, de cidadania no mundo do trabalho e no mundo da política cujas referências não lhes permitem uma relativa autonomia frente à família. (CÂMARA; CAPPELIN, 1998: 352).

Destarte, o olhar da cidadania a partir das mulheres denuncia os limites do seu próprio modelo. Às mulheres são designadas, primeiro, uma função de cuidado da família e depois as possibilidades do mercado de trabalho, na política, etc.

É preciso estender a análise da cidadania incluindo também as modalidades de acesso dos direitos, seu uso concreto por parte das pessoas na vida cotidiana. Conforme relembra Soares (2003), a literatura feminista sugere abandonar o ciclo virtuoso da cronologia da formação de direitos – civis, políticos, sociais – para evidenciar a possível e difícil congruência e a resolução das tensões entre estes direitos.

Segundo Telles (2001), direitos, leis e cidadania dizem respeito a algo mais do que às regras formais garantidos por governo e instituições. Segundo a autora, “[...] inscrevem-se, por inteiro, nos modos de existência, nas formas de vida e nas regras de sociabilidade, no modo como as identidades são construídas e como são percebidos os lugares simbólicos de pertinência na vida social” (TELLES, 2001: 111).

É nessa dinâmica que se aloja o desafio de construir uma sociedade capaz de enraizar a cidadania nas práticas sociais, com um olhar especial para as relações de gênero até então enraizadas, fazendo da equidade e da justiça regra de sociabilidade e princípio de reciprocidade.

Fruto da análise deste capítulo, dá-se consistência a uma das questões deste trabalho: há dificuldade para as mulheres acessarem, pela via do trabalho, a mediação até a cidadania e, portanto, vivenciar a relação trabalho versus cidadania. A hipótese é que para as mulheres, essa dificuldade existe e se dá por conta da escolha de nichos de trabalho que possam ter laço estreito na relação vida e trabalho (e por vida quer-se dizer neste momento: maternidade, criação dos filhos, cuidado com a família, cuidado da casa, etc.).

A cidadania que consinta também as mulheres (e também as crianças, idosos, enfermos) requer uma concepção de cidadania mais ampliada, que atenda as necessidades da vida cotidiana, como, por exemplo, existem condições para uma mulher grávida trabalhar sem precisar desistir e uma licença maternidade que responsabilize mais aos homens. Para as mulheres que trabalham no domicílio o olhar especial da divisão sexual do trabalho deve ser direcionado com o da cidadania e será constatado, mais adiante, que por sua dificuldade de “deixar a casa” elas têm menos acesso à informação e à construção de cidadania que os homens.

4 TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA E TRABALHO A DOMICÍLIO

O trabalho por conta própria, realizado no domicílio, é antigo e acompanha a história do trabalho, anteriormente à organização das sociedades capitalistas. O trabalho a domicílio, como é aqui entendido, é mais recente. As duas formas foram pauta de estudos teóricos e pesquisas, ligados à sociologia e a teorias da marginalidade. Com o capitalismo ele ganha outras formas e deveria, também, ganhar outras análises. Destarte deseja-se demonstrar um viés que merece mais estudos: por qual razão o trabalho feminino se insere nesta parcela do mercado de trabalho, na do trabalho em tempo parcial, trabalho por conta própria e a domicílio, setores de serviços, etc; por quais razões as mulheres são aí predominantes. Apresenta-se o quadro teórico do trabalho por conta própria e do trabalho a domicílio, para na parte final da dissertação aprofundar-se nesta realidade social.

4.1 Trabalho por conta própria

É importante fixar que atualmente o campo do trabalho por conta própria é heterogêneo, havendo desde a pessoa trabalhadora que dispõe de pouca qualificação profissional e escolar, que vive em condições materiais muito precárias e não gera nenhuma riqueza e pouca circulação de capital, até aquelas que possuem alta qualificação, condições materiais e possibilidades de acumulação financeira, como é o caso da categoria de médicos e advogados.

Há uma tendência ao trabalho por conta própria atender o setor de serviços e, conforme analisa Pochmann (2006), o trabalho por conta própria que mais tem se desenvolvido nos últimos anos no Brasil, o tradicional, “[...] mais conhecido como trabalho autônomo para o público” (POCHMANN, 2006: 61), que geralmente carrega a marca das remunerações e condições de trabalho precárias.

Há algum tempo, no Brasil, a leitura que se fazia do trabalho por conta própria é a de que era gerado pelas mutações do capitalismo e tornava-se marginal ao emprego assalariado. Advindos dos estudos da Cepal, tratava-se de marginalidade. Via-se o trabalho por conta própria fadado ao desaparecimento, visto que era considerado um conjunto de categorias

residuais, remanescentes de uma época passada, já arcaicas, embora houvesse sobrevivido e se enredado nas brechas do modo de produção capitalista (PRANDI, 1978: 29).

Prandi disserta, no ano de 1978, que “[...] não é por acaso que os trabalhadores por conta própria vão aparecer nas teorias da marginalidade. No momento em que existe como tal, o trabalhador por conta própria está situado fora da oposição trabalho assalariado/capital”. Mas para o autor, esse “estar fora” significa uma existência dependente das condições em que aquela oposição se realiza. Para o autor, o trabalho por conta própria somente se explica por meio da acumulação capitalista. Prandi afirma que:

O capital, desse modo, nada mais faz do que manter como reserva uma parcela da população que não lhe interessa de imediato. Para isso, evidentemente, tem que pagar um preço. Tem que desviar para essa população parte do excedente produzido pelo trabalho assalariado. E o que faz enquanto o trabalho autônomo não se lhe afigurar como oponente no mercado capitalista de mercadorias e serviços. Há um pacto implícito ao qual o autônomo está submetido. O capital não deixará “desamparado” enquanto ele continuar a lhe prestar bons serviços na manutenção (pelo menos a curto prazo) dos níveis de emprego necessários à forma de acumulação pacífica. (PRANDI, 1978: 37)

No âmbito da divisão social do trabalho, nesse ponto fazendo concordância ao autor, percebe-se que as pessoas trabalhadoras por conta própria são aquelas que dependem exclusivamente da sua força de trabalho. Fato que se alia, na maioria das vezes, ao uso de mais algum membro da família. Todavia está claro no cenário do trabalho que as relações assalariadas não incorporarão, futuramente, em toda medida o trabalho por conta própria, como previa Prandi em seus escritos de 1978:

[...] por sua natureza de trabalho improdutivo do ponto de vista imediato da acumulação, o trabalho por conta própria contribui para a desaceleração do processo de acumulação quando sua magnitude social passa a representar um custo muito elevado para o capital, o que, por certo, nada mais faz que pôr à mostra alguma contradição do processo, pois é “natural” que as relações tipicamente capitalistas vão, paulatinamente, destruindo o trabalho por conta própria para incorporá-lo em forma assalariada. (PRANDI, 1978: 41).

Na concepção deste autor, é ingênuo supor que a opção pelo trabalho autônomo signifique uma compensação pela expulsão do mercado de força de trabalho. A opção só é possível se o trabalho for socialmente útil, segundo o autor. Essa opção seria limitada, pois, quando este trabalho deixasse de ser socialmente útil, ele seria coagido ou deslocado para outra região onde tenha utilidade (PRANDI, 1978: 87).

O futuro das sociedades da América Latina, assim como em todo o mundo, estaria, em algumas teorias, segundo aponta Pries, no setor formal e moderno. Por essa razão, nenhum movimento social que surja no setor informal pode abrir perspectiva de mudança concreta e real.

No “Censo Demográfico”, em 1940, segundo Prandi (1978: 63), os trabalhadores por conta própria (trabalhador autônomo urbano) representavam 36,4% do total dos trabalhadores ocupados. Em 1950 eram 22,4%. Em 1970, 20,6% da população trabalhadora era por conta própria, entre homens e mulheres. Em números absolutos, um total de mais de três milhões de pessoas (PRANDI, 1978: 26). Das atividades com mais número de pessoas trabalhadoras destacam-se a prestação de serviços e o comércio de mercadorias.

Conforme a PNAD/IBGE de 2008, no Brasil o trabalho por conta própria corresponde a 20,2% do total das ocupações (18,7 milhões de pessoas), paralelamente a 7,2% de trabalhadores domésticos (6,6 milhões de pessoas) e 4,5% trabalhadores domésticos de auto-consumo (4,1 milhões de pessoas), 5,0% não remunerados (4,6 milhões de pessoas), 4,5% empregadores (4,1 milhões de pessoas) e 58,6% empregados (54,2 milhões de pessoas).

Das 18,7 milhões de pessoas trabalhadoras por conta própria, 25,1% são trabalhadores agrícolas. Estes são dados que, para além de mostrar a persistência do trabalho por conta própria, justificam a necessidade de pesquisas mais atuais da sociologia do trabalho, paralelamente a análise de “desassalariamento” (POCHMANN, 2006: 61). Segundo Pochmann, “[...] a maior parte das vagas abertas no mercado de trabalho não têm sido de assalariados, mas de ocupações sem remuneração, por conta própria, autônomo, trabalho independente, de cooperativa [...]” (2006: 61).

O trabalho por conta própria, se considerado como trabalho informal, adquire claramente o viés da precariedade. Muitas vezes não possuem as novas categorias de empreendedorismo e trabalho por conta própria qualificado. As atividades realizadas, tanto num caráter de prestação de serviços como de produção de artefatos e produtos, parecem ocupar as rachaduras deixadas pela organização do capitalismo. Especialmente porque têm capacidade de adaptar-se às várias modalidades de exploração criadas pelo capital (ALVES; TAVARES, 2006: 434).

4.2 O trabalho a domicílio

O trabalho a domicílio pode ser realizado por conta própria ou subcontratado. Segundo Holzmann (1997), há diferença de quando o trabalho é realizado por conta própria ou por contratação. Quando se realiza por conta própria e destina-se à produção de um produto diretamente ao consumidor, “[...] é uma atividade na qual o trabalhador tem autonomia sobre seu tempo e ritmo de trabalho” (HOLZMANN, 1997: 275a). Para a autora, quando o trabalho executado é sob contratação, produzindo um produto mais complexo, caracteriza-se como uma “[...] atividade subordinada a determinações externas quanto à especificidade da mercadoria, quantidade, prazos de entrega e remuneração. Nesse caso, é chamado de trabalho industrial a domicílio” (HOLZMANN, 1997: 275a).

Há alguns anos, estudos sobre o trabalho industrial a domicílio assinalaram um conjunto de características que podem ser frequentemente observadas ainda atualmente, tais como as que aponta Holzmann: sonegação de benefícios e direitos; baixa remuneração; intensificação do trabalho e extensão da jornada de trabalho para que possam cumprir prazos contratados; irregularidade de rendimentos devido à demanda variável de trabalho; pequena ou nula capacidade de negociação com os contratantes; difícil registro fidedigno de sua magnitude devido a seu caráter oculto ou invisível e utilização predominante de mão de obra feminina.

O trabalho a domicílio, segundo estas teorizações, tem ligação ao desenvolvimento capitalista, adquirindo maior força no sistema de subcontratação que se desenvolve em certos setores econômicos. Sabe-se que tem estreitas ligações com a história, as tradições e as relações sociais locais e regionais.

A atividade de trabalho a domicílio relaciona-se intimamente com a família e com as relações sociais nela contidas, relações de classe, de sexo, de gerações. Sua persistência está, em grande medida, associada à necessidade de acomodar o exercício de uma atividade geradora de renda com a dinâmica familiar (ABREU; SORJ, 1993: 47). Conforme descreve Ruas (1993):

Inserida no contexto geral das relações de subcontratação, a noção de trabalho a domicílio abrange toda atividade realizada de forma remunerada no ambiente domiciliar. Esse conceito se caracteriza também por uma subordinação técnica e/ou

econômica, tendo em vista que o trabalho domiciliar se encontra em uma situação de dependência em relação a um ou mais contratantes, não se relacionando, portanto, com o mercado de bens finais (RUAS, 1993: 27).

Segundo Abreu e Sorj (1993), não se pode estudar nenhuma figura de trabalhador a domicílio, seja homem ou mulher, jovem ou velho, sem levar em consideração sua integração social na esfera da reprodução, ou seja, da família. “O trabalho a domicílio sempre se apoiou no trabalho doméstico e na divisão sexual do trabalho tanto na esfera da produção como na reprodução” (ABREU; SORJ, 1993: 23).

Para qualquer tipo de atividade a domicílio parece haver uma superposição do espaço e do tempo dos trabalhos profissional e doméstico, situação que favorece o acúmulo máximo de tarefas e que torna sua imbricação invisível aos olhos da pessoa trabalhadora e inclusive das construções teóricas resultantes de pesquisas sobre o assunto. Segundo Abreu e Sorj:

O trabalho a domicílio é uma forma de inserção no mercado de trabalho que permite contribuir para o orçamento familiar ao mesmo tempo que mantém intacto o papel doméstico das mulheres envolvidas. A ideologia da domesticidade é reforçada pelas características desse tipo de emprego. Trabalhando isoladamente, sem colegas, comunicando-se intermitentemente com seu empregador, sem possibilidade de carreira ou promoção, ignoradas pelos sindicatos e excluídas dos benefícios sociais atribuídos aos trabalhadores assalariados, não é de se estranhar que essas mulheres encontrem grandes dificuldades para diferenciar a sua identidade profissional daquela de mãe e esposa”. (ABREU; SORJ, 1993: 60 e 61).

Pela proximidade com o ambiente doméstico, o processo de construção de uma identidade autônoma em relação aos papéis e expectativas sociais do mundo familiar é mais difícil para as mulheres. Apesar do processo variar nas sociedades nos diversos grupos sociais, a individualidade feminina é construída mais frequentemente enquanto um membro da família – como mãe, esposa, ou filha – do que como trabalhadora. “A socialização dos papéis de gênero e a dinâmica familiar parecem moldar as práticas produtivas das trabalhadoras a domicílio” (ABREU; SORJ, 1993: 60).

Como, portanto, a maior parte do trabalho a domicílio é realizado por mulheres, as explicações que focalizam o sistema de produção “[...] iluminam apenas um aspecto do problema, uma vez que consideram as trabalhadoras a domicílio apenas como trabalhadoras submetidas a um patrão, ignorando a subordinação de gênero e a divisão sexual do trabalho (ABREU; SORJ, 1993: 44).

O trabalho industrial a domicílio, aquele que é realizado do lado de fora da indústria, mas possui todo um acompanhamento que caracteriza um vínculo assalariado, encarado na ótica das próprias trabalhadoras, pode apresentar, segundo Abreu (1986), aspectos positivos que explicam a grande disponibilidade de mão-de-obra para este tipo de trabalho. Segundo a autora, “[...] representa uma possibilidade de atividade remunerada naquelas etapas do ciclo de vida nas quais o trabalho extraluar é dificultado por fatores diversos [...] proporciona renda superior e mais estável” (ABREU, 1986: 289).

No início do século XX o trabalho industrial a domicílio, mundialmente, teve grande ênfase por parte dos sindicatos e tentativas para que este fosse regulamentado, como no caso da Inglaterra, por volta de 1833 e 1843 (ABREU, 1986: 57).

No industrial a domicílio, como o salário das trabalhadoras para empresas é pago por peças, há uma pressão, que, segundo Abreu (1986: 291), leva a pessoa a trabalhar de forma mais intensa e continuamente, pois, somente se alcançará uma renda superior utilizando além dos limites a própria força de trabalho, devido ao prolongamento excessivo das horas de trabalho.

O trabalho por conta própria concede certa autonomia às trabalhadoras, embora suas condições de qualidade de vida fiquem comprometidas devido a sua carga horária. O trabalho a domicílio alivia as trabalhadoras de buscar diariamente clientes, mas estabelece uma rotina mais frenética ainda de produção, os prazos são rigorosos e as cobranças por rapidez, qualidade e quantidade acompanham a rotina das trabalhadoras.

Pergunta-se, portanto: qual a situação das mulheres trabalhadoras por conta própria e a domicílio? Para quem estão produzindo e como estão comercializando? O que é característico em ser mulher trabalhadora por conta própria? A hipótese é que a trabalhadora por conta própria tem uma relação estreita com a casa e o ambiente familiar e essa será confirmada na pesquisa de campo, explanada mais adiante. Como mães e como mulheres que cumprem seus papéis sociais, elas “escolhem” conciliar casa e trabalho, visto que na sua classe social não acessam a cidadania ampliada as suas necessidades (uma creche adequada para os filhos, manutenção do serviço doméstico, lazer, etc.).

5 NOTAS METODOLÓGICAS

Entende-se importante esclarecer os caminhos que esta pesquisa percorreu, visto que, na área das ciências humanas, a experimentação científica não tem sentido se não for construída com pressupostos e argumentos também teóricos. Nessa medida, busca-se cumprir com as três etapas do que Bourdieu (1999) chama de *hierarquia epistemológica*.

A análise de conteúdo, análise utilizada pelas ciências sociais tanto para pesquisas quantitativas quanto qualitativas, foi escolhida pela sua possibilidade de aprofundar a análise de um campo que é demasiadamente amplo e que, no caso desta pesquisa, tem um recorte específico.

A técnica de entrevistas foi escolhida pela sua dimensão de profundidade, visto que permite um estreito relacionamento entre entrevistados e entrevistador. A operacionalização deu-se através de roteiro semi-estruturado que conduziu a conversação, contendo elementos considerados essenciais para o problema de pesquisa, conforme modelo no apêndice (p. 112). Houve liberdade para alternar os tópicos do roteiro e incluir questões frente às situações em cada entrevista.

O material foi gerado a partir de gravações digitais das entrevistas que foram transcritas, sendo a matéria-prima da análise de conteúdo. As observações no momento da entrevista, ou mesmo anteriormente em alguns casos, continham quatro itens guia da observação, que foram transformados em anotações: local da entrevista; local de trabalho; pessoas que estavam no ambiente ou próximas; maquinário; produtos.

Recordando o problema que conduz as questões deste trabalho, que é o de perguntar-se *qual a condição das mulheres trabalhadoras por conta própria na sociedade contemporânea, como vivenciam seu cotidiano e acessam a cidadania*, elege-se categorias (ou unidades analíticas) para a análise de conteúdo das entrevistas realizadas: trabalho concreto, cotidiano, gênero e cidadania.

O campo de análise eleito abarca socialmente fenômenos sociais e demográficos, característicos da indústria calçadista e do rápido crescimento urbano. A região escolhida para a pesquisa é o município de São Leopoldo, na região do Vale do Rio dos Sinos.

A amostra busca alcançar muito mais o específico, o cotidiano do trabalho por conta própria e a domicílio de determinadas mulheres, inseridas nesse espaço geográfico, do que o fenômeno do trabalho por conta própria em si. Para tanto, a seleção da amostra foi cuidadosa no sentido de abranger uma geração que inicia o trabalho por conta própria e o trabalho a domicílio no cenário das transformações do trabalho e emprego e outra que atravessa esse período e o anterior. Nenhuma das entrevistadas tem menos de cinco anos no trabalho atual.

Entendeu-se que uma sondagem de opiniões, em questionário limitado, não seria útil, embora mais simples e abrangente, para captar a realidade das mulheres através de categorias densas como trabalho, cotidiano, gênero e cidadania. Para tanto, realizou-se entrevistas em mais profundidade a um grupo de mulheres e procurou-se certa diversidade de perfis no trabalho por conta própria de mulheres, optando não ter uma amostra representativa de toda população e uma que oferecesse possibilidade de obter características mais densas da população (CAMPENHOUDT; QUIVY, 2003: 162). A busca realizada foi a do esgotamento do cenário social dentro dos limites que a pesquisa oferecia e que se desenhava com o objeto de pesquisa.

O processo metodológico da análise de conteúdo, após transcrição das gravações, incluiu as três etapas descritas por Flick (2009): síntese da análise de conteúdo, análise explicativa do conteúdo, análise estruturada do conteúdo.

Na síntese da análise de conteúdo o material foi parafraseado, alguns trechos e parágrafos da transcrição, com mesmo sentido, foram omitidos, realizando assim uma combinação da redução do material por meio da omissão, elevando o material a um maior nível de abstração. No momento da análise explicativa do conteúdo, trabalhou-se no sentido oposto ao anterior, esclarecendo textos difusos, ambíguos ou contraditórios. Por fim, na análise estruturada de conteúdo, buscou-se os tipos e estruturas formais do material, através de tipificação, essa última etapa tem estreita ligação com o problema e as questões da pesquisa.

Segundo o entendimento da autora desta pesquisa, a escolha de um método qualitativo é o mais adequado entre as pesquisas que envolvem a categoria de gênero e cotidiano de mulheres, visto que permite uma aproximação da pesquisadora com um sistema de valores que ainda é estranho para a sociedade (SCHRADER, 2002: 82). O exemplo concreto disso é a

existência no senso comum da concepção dos perfis femininos construir-se naturalmente na sociedade.

A pesquisa social qualitativa tem, assim como a quantitativa, um papel de crítica válida. E nesse conceito de validade há o elemento central da dialética, no tal processo que dar nomes fixos às coisas que mudam constantemente é uma questão de praticidade e não de precisão, e assim conduz-se o processo científico, que exige que os conhecimentos sobre o mundo sejam constantemente renovados.

Dentro da perspectiva dialética de método, Richardson (2009) aponta vantagem em se realizar uma pesquisa social que se caracterize como crítica, que esta pesquisa busca também assumir:

- A aplicação da lógica dialética que vê o mundo material e social em um processo constante de movimento.
- O estudo diacrônico dos fenômenos que revela sua especificidade histórica.
- A crítica ou desconstrução das formas e fenômenos existentes e de categorias analíticas que, ao procurar uma análise mais profunda que as aparências disponíveis ao senso comum, ajuda a revelar as relações sociais e econômicas essenciais para a existência de um fenômeno.
- A exposições de estruturas opressivas ocultas.
- Orientação praxiológica na qual o conhecimento é considerado algo inseparável da atividade prática consciente.

A validade da relação entre observação e crítica social encontra-se numa noção desta como prática reflexiva, uma compreensão consciente da investigadora do processo de pesquisa e uma aproximação questionadora do depoimento das entrevistadas, bem como do desenvolvimento teórico.

A generalização conceitual nesta pesquisa não tem tanta relevância quanto conhecer em profundidade as atitudes, crenças e comportamento das pessoas, bem como as relações sociais implicadas. O universo descoberto certamente estará delimitado a um contexto específico. Entretanto, acredita-se que o processo metodológico é conduzido a fim de garantir a aplicação em contextos semelhantes e obter constatações semelhantes em muitos aspectos.

Através da estruturação do método, aqui brevemente esboçado em notas, com a adoção de uma perspectiva dialética da realidade, espera-se alcançar as etapas lembradas por Bourdieu (1999) e construir uma pesquisa que seja capaz de romper com as armadilhas de análise do senso comum, baseadas em preconceitos; ter construído elementos conceituais e propositivos capazes de mirarem o objeto de pesquisa desde um olhar científico e serem

capazes de verificarem, através dos fatos, a validade das proposições, questões e hipóteses levantadas.

6 DESVENDANDO O DIA A DIA DAS TRABALHADORAS

O campo de pesquisa de onde se está abordando o cotidiano das trabalhadoras por conta própria e a domicílio é bem específico, as mulheres das quais se fala nas páginas seguintes são moradoras e trabalhadoras da cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, região do Vale do Rio dos Sinos.

Essa região é conhecida internacionalmente pela sua produção industrial coureiro-calçadista. Segundo Piccinini, em 1998 o Vale dos Sinos era a mais importante região produtora de calçados para exportação e a mais afetada pelos novos mercados produtores, como a China, Indonésia, Filipinas etc.

A indústria calçadista, em 1960, atingiu um momento de expansão no Brasil, através do impulso da demanda externa. A exportação, que começa a ser realizada em 1969, é a grande propulsora da expansão e modernização da indústria de calçados já em 1970 (RUAS, 1985). Com a rápida ampliação, as empresas produtoras de calçados montados absorvem, em geral, grande quantidade de uma força de trabalho relativamente barata.

Segundo Ruas (1985), já nos anos de 1980 havia uma utilização quase generalizada, por parte das indústrias de calçados do Rio Grande do Sul, dos serviços de ‘ateliês’ domiciliares que, através do pagamento por peça produzida, complementavam a renda das pessoas. Em estudos realizados no período, o autor verifica que praticamente 80% das operações de costura, de determinados produtos, eram realizados nos domicílios (RUAS, 1985).

Segundo Schneider (2004), o ateliê domiciliar caracterizava-se pela predominância das operações manuais como costura, trançados e enfiados (que conferem ao calçado gaúcho o diferencial estético). Em geral, segundo o autor, “estas atividades executavam-se nos domicílios por pessoas idosas (aposentadas), jovens e, principalmente, mulheres que agregam aos afazeres domésticos e ao cuidado dos filhos a confecção de peças de sapatos” (SCHNEIDER, 2004: 35).

Atualmente, a confecção de peças para o setor calçadista ainda é uma forma alternativa de trabalho para as mulheres na região, frente ao desemprego e à conciliação com o ambiente doméstico.

A marca da região do Vale do Sinos, na sua produção coureiro calçadista, transcorre a trajetória de muitas mulheres, na amostra dessa pesquisa nenhuma das mulheres deixa de ter, no seu percurso profissional um momento de atuação, seja ela domiciliar através dos ateliers, seja em trabalho assalariado, na fábrica calçadista, como costureira, como serviços gerais, ou na esteira. De alguma forma, coincidentemente ou não, estas mulheres em algum momento cruzaram seus passados nas fábricas calçadistas e atualmente, seus presentes, em uma opção pelo trabalho no domicílio. As condições de trabalho, o cotidiano, a cidadania e as marcas da socialização de gênero presentes na vida dessas mulheres é o que esta parte deseja demonstrar empiricamente.

6.1 Caracterização da amostra

O perfil das mulheres entrevistadas revela que a maioria delas possui baixa escolaridade ou sua elevação posteriormente à idade escolar, não são naturais da cidade de São Leopoldo (com exceção de um caso), e a migração delas, ou anteriormente da família, se deu por dificuldades financeiras e de condições de vida. As entrevistadas migraram de regiões do Estado do Rio Grande do Sul próximas ao Vale do Rio dos Sinos. Somente duas trabalhadoras são do litoral norte do Rio Grande do Sul. Todas tiveram uma passagem pela indústria coureiro-calçadista, e, exceção de um caso, todas estão em uma união estável e tem filhos.

Tabela 1: Caracterização da amostra quanto à origem e composição familiar

	Idade	Naturalidade	Situação relacionamento	Filhos
E1	38	Rolante, RS	2ª União Estável	3
E2	36	Torres, RS	União Estável	3
E3	69	General Câmara, RS	Viúva	3
E4	47	Taquara, RS	Casada	2
E5	31	São Leopoldo, RS	2ª União Estável	2
E6	53	Barra do Ouro, RS	Casada	2
E7	48	Novo Hamburgo, RS	Casada	1
E8	43	Novo Hamburgo, RS	Casada	2

Fonte: Tabela de dados confeccionada pela autora da dissertação.

As atividades que geram a renda das trabalhadoras pesquisadas são diversas: serviço de metalurgia, costura de atelier (trabalhadoras a domicílio E2, E5 e E7) e de costura de confecção, serviço de manicure, produção de alimentação e produção de artesanato (que são as trabalhadoras por conta própria E1, E3, E4, E6, E8). Nenhuma das mulheres tem menos de cinco anos na atividade atual. Uma das entrevistadas possui 29 anos de trabalho.

Há uma marca da baixa escolarização ou escolarização tardia e quase todas realizaram cursos de formação complementar na área do trabalho, embora, como se apreenderá mais adiante, elas alegam que “é a prática que ensina a profissão”.

Tabela 2: Caracterização da amostra quanto à escolaridade e atividade profissional

	Idade	Escolaridade	Atividade Conta Própria	Tempo na atividade atual	Cursos profissionalizantes
E1	38	4ª f.	Manicure; Costura - Atelier	10 anos; 6 anos	Manicure; Cabeleireira; Depilação; Padaria
E2	36	1º e.m	Metalurgia	8 anos	Nenhum
E3	69	1ª f.	Costura – Confecção	23 anos	Corte; Costura
E4	47	5ª f.	Alimentação – Doces e salgados	19 anos	Tortas; Doces
E5	31	8ª f.	Costura – Atelier de bolsas	5 anos	Nenhum
E6	53	7ª f.	Costura – Confecção	29 anos	Corte & Costura; Costura Industrial
E7	48	4ª f.	Costura – Atelier de bolsas	17 anos	Corte & Costura; SEBRAE
E8	43	3º e.m.	Artesanato	15 anos	Artesanato

Fonte: Tabela de dados confeccionada pela autora da dissertação.

A trajetória profissional das trabalhadoras está registrada no quadro abaixo. Todas as mulheres tiveram momentos de parada por conta da maternidade ou por razão do período de gravidez. Esse, até a maternagem de filhos pequenos, parece determinar a escolha pelo caminho do trabalho no domicílio, para além dos motivos no cenário econômico e de mercado de trabalho, como será revelado na análise de conteúdo, mais adiante.

Tabela 3: Caracterização da amostra quanto à trajetória profissional

	Idade	Atividade Atual	Característica	
			Trabalho atual	Trajetória Profissional Anterior
E1	38	Manicure; Costura - Atelier	Trabalho por conta própria	Roça; balconista de loja; funcionária de salão de beleza; salão de beleza próprio; atelier familiar e salão de beleza em casa.
E2	36	Metalurgia	Trabalho a domicílio	Fábrica de calçados; trabalho metalúrgico para empresas.
E3	69	Costura - Confecção	Trabalho por conta própria	Roça; Preparação de calçados no domicílio; fábrica de calçados em costura, preparação e concertos; costura de confecção.
E4	47	Alimentação – Doces e salgados	Trabalho por conta própria	Fábrica de calçados; faxinas; calçados (enfiadinhos) no domicílio; produção de bolos, tortas, doces e salgados.
E5	31	Costura – Atelier de bolsas	Trabalho a domicílio	Plantação de Cebola; atelier familiar; atelier de bolsas no domicílio.
E6	53	Costura – Confecção	Trabalho por conta própria	Fábrica de calçados serviços gerais; fábrica metalúrgica; fábrica de calçados costura; costura de confecção no domicílio.
E7	48	Costura – Atelier de bolsas	Trabalho a domicílio	Fábrica de calçados; Mini- mercado próprio; atelier costura de luvas e carteiras no domicílio; atelier de bolsas
E8	43	Artesanato	Trabalho por conta própria	Fábrica de calçados costura e preparo; costura de calçados a domicílio; produção de artesanato e loja no domicílio

Fonte: Tabela de dados confeccionada pela autora da dissertação

Algumas entrevistadas, realizam sua produção a partir da contratação por parte de empresas, seus prazos, sua forma de aprendizagem do produto, valor da produção, fluxo de produção, estão reguladas pela demanda por parte dos contratantes. Este é o caso das entrevistadas E2, E5 e E7. Quanto às outras, pelo caráter de controle que possuem sobre a produção e pela procura por seus clientes, feiras de comércio, etc., caracterizam-se como

trabalhadoras por conta própria. No quadro abaixo está registrado a quem as trabalhadoras produzem.

Tabela 4: Caracterização da amostra quanto a compradores da produção

	Idade	Atividade Atual	Característica Trabalho atual	Comercialização da Produção
E1	38	Manicure; Costura - Atelier	Trabalho por conta própria	Atelier: Venda para lojas e clientes particulares. Não há clientes fixos. Venda “de porta em porta”. Serviço de manicure: Clientes da comunidade
E2	36	Metalurgia	Trabalho a domicílio	Empresas metalúrgicas. Contratação de serviço com pagamento por peça.
E3	69	Costura - Confecção	Trabalho por conta própria	Clientes particulares da comunidade, Igreja, Associações, CTG's.
E4	47	Alimentação – Doces e salgados	Trabalho por conta própria	Clientes particulares, Igreja, Mini-Mercados.
E5	31	Costura – Atelier de bolsas	Trabalho a domicílio	Lojas e Ateliers (contratação por unidade).
E6	53	Costura – Confecção	Trabalho por conta própria	Clientes particulares, Lojas e estabelecimentos (confecção de uniformes).
E7	48	Costura – Atelier de bolsas	Trabalho a domicílio	Produção para Empresas e Lojas (contratação por unidade com fornecimento de material), Clientes particulares e feiras.
E8	43	Artesanato	Trabalho por conta própria	Clientes particulares, Feiras de Artesanato ou de Economia Solidária.

Fonte: Tabela de dados confeccionada pela autora da dissertação

6.2 Olhando com as lentes categóricas

As lentes escolhidas para esta análise, que se entendeu darem conta da experimentação das problematizações e hipóteses apresentadas ao final de alguns capítulos e do problema de

pesquisa, foram: *trabalho concreto, cotidiano, gênero e cidadania*. Entendeu-se que somente a partir de apreciação ampla, em quatro dimensões, contemplar-se-ia a dimensão mais completa das vidas, cotidianos e construções estratégicas de mudança social das mulheres trabalhadoras.

6.2.1 O Trabalho Concreto

A categoria trabalho concreto não vem a ser somente o trabalho produtivo. O trabalho concreto é entendido aqui como o todo que as mulheres descrevem fazer no cotidiano de trabalhadora no seu domicílio. Nesse cotidiano que de trabalho está cheio, concretamente, as mulheres passam o dia trabalhando.

Partindo da concepção de que o trabalho concreto é a atividade de produção de mercadorias em si, desafia-se pensar em um trabalho concreto diferenciado para as mulheres. Se o trabalho “formou o próprio homem”, segundo aponta Engels (1984), ele não parece ter “criado a mulher”. Não ao pensar-se a dimensão de trabalho produtivo, destinado à produção de mercadoria e de valor de troca.

Relembrando a concepção, de trabalho em Marx (1996), de que *o trabalho, antes de tudo, é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza, se defronta com a matéria natural como uma força natural, põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida*. Pode-se dizer que a maioria das atividades, milenarmente desempenhadas pelas mulheres, não adquirem valor quando postas nessa relação conceitualmente expressa acima. A práxis dessa concepção advém de uma concepção patriarcal do ato de trabalhar, do ato de cuidar da família e da reprodução, que é tarefa auxiliar.

Contemplar qualquer dimensão de trabalho de mulheres é arriscar-se teórica e empiricamente na negação de alguns pressupostos teóricos estabelecidos por uma ciência elaborada num tempo histórico onde as bases sociais são patriarcais. Entretanto, neste momento, deseja-se ter cautela nessa tentativa. Quer-se simplesmente demonstrar

empiricamente que o trabalho de mulheres tem especificidades, que ainda se encontram com vazios de aporte teórico e conclusões críticas.

Esta categoria de *trabalho concreto* aporta sub-itens, tais como: aprendizagem do trabalho; produção; comercialização; condições materiais de trabalho; carga horária de trabalho; percepções sobre o trabalho; comparações entre experiência atual e anterior; mulher trabalhadora no domicílio. A mescla das categorias trabalho e cotidiano aborda uma análise da casa como lugar de produção e dos tempos e rotinas.

Aprendizagem do trabalho atual: “é o tempo que ensina a gente a trabalhar...”

A aprendizagem do trabalho atual não se caracterizou como uma aprendizagem recente, aquelas que realizam serviço de costura, por exemplo, aprenderam antes da sua trajetória profissional, ou antes, em algum outro momento, entre um trabalho e outro.

Fui fazer o serviço da casa da minha cunhada quando vim morar pra cá né, daí o que aconteceu, ela me deu um cursinho para costurar, eu sempre tinha vontade de costurar, daí ela me deu um cursinho no SESI, eu tinha treze anos quando ela me deu o curso de um ano no SESI. (E6 – 53 anos)

Aprendi fazendo curso, primeiro fiz curso de manicure, depois fiz o curso de depilação e depois fiz o de cabelo. Das bolsas fui aprendendo na marra né. Fui aprendendo sozinha, aprendi. (E1 – 38 anos)

[...] a costurar eu acho que é uma coisa que já vem de berço, porque eu já fazia meus vestidos quando era menina, com doze anos eu fazia minhas roupas, a gente morava na colônia, a gente não tinha muito, como assim hoje a cidade... eu gostava muito de fazer, aprendi assim, cortava pelo outro né, e fazia. Daí quando eu parei de trabalhar na firma que eu fui costurar eu tirei o curso. (E3 – 69 anos)

Alguns depoimentos informam que a aprendizagem se deu pela necessidade de aprender ou como se essa acontecesse durante a produção, em um processo de descoberta e adequação. O tempo ensinou a trabalhar, ou, se está sempre aprendendo.

É o tempo que ensina a gente a trabalhar não é o curso que tu tirou em si, se tu tem força de vontade tu vai imaginando, como eu digo para minha guria, eu tirei o método industrial que é difícil, que tu tem dificuldade pra entender, mas depois que passa o tempo e tu vai costurando, daí é que tu vai a entender. (E6 – 53 anos)

Estou sempre apreendendo, tu nunca sabe tudo, tu tá sempre aprendendo coisas novas, é que a gente diz assim “ahh eu sei”, não, não sabe, é que tu sempre tem coisas que tu não sabes fazer, está sempre apreendendo. (E7 – 48 anos)

Em um dos casos, a aprendizagem decorre de um ambiente familiar de trabalho, há um compartilhamento do saber para auxílio em uma produção familiar e depois uma transferência do atelier, clientes e etc.

Foi meu sogro que me deu o primeiro empurrão, se ele não dissesse assim – oh Fernanda vem cá que vou te ensinar a cortar, oh Fernanda vem aqui que eu vou te ensinar a costurar, eu vou tá sendo mentirosa em dizer assim: sim foi fácil, se eu não tivesse ele para ter me dado meu primeiro empurrão eu não teria nem me sentado em cima de uma cadeira para costurar, as verdades tem que se ditam, ou tu sabe que vai poder andar por cima da água ou tu pega e coloca um biquíni e te atira, tu sabe que vai afundar mesmo, então pega e vai. (E5 – 31 anos)

A aprendizagem dos modelos e de produtos diferenciados é feita pelos meios disponíveis, como revistas populares, novelas, internet, feiras. A confecção é feita por elas mesmas na maioria das vezes.

Sabe as revistas da avon, as da hermes... Eu olho, vejo a metragem e faço, autodidata, essa coisa é autodidata, é que nem a mesma coisa que eu olhar pro teu sapato e dizer assim: contém dez miçangas. (E5 – 31 anos)

[...] às vezes eu olho, fico pesquisando no computador com minha filha, a gente olha e tem coisas que a gente consegue fazer... (E7 – 48 anos)

A aprendizagem do trabalho atual se deu em um dos momentos de mudança no ciclo de vida das mulheres. Seja no momento em que os filhos estão crescendo ou que migraram para a cidade, seja no momento em que nascem os filhos, ou mesmo após casarem. Há um componente de autonomia que, mesmo aquelas trabalhadoras que são contratadas a domicílio pelas empresas, apresentam quanto à aprendizagem de novos modelos dos produtos.

Produção: “eu voltei a estudar, para cada um aqui pelo menos quinze dias vocês vão ter que me dar!”

As trabalhadoras demonstraram conhecer cada detalhe da produção, ao descreverem sua atividade explanam que existe um processo de produção com um procedimento comum e rotineiro, como no exemplo abaixo, que relata a produção realizada pela família:

[...] a bolsa vem preparada para mim né, aí eu pego faço o forro, faço o zíper, aí depois é que eu vou a montar a bolsa. Então o começo da bolsa é fazendo o forro né, aí depois fecho a bolsa e está pronta. (E 1 – 38 anos)

A produção ou é feita por encomenda ou por demanda de compra já esperada ou calculada. A encomenda varia entre o pedido de empresas, ateliers ou mesmo por clientes individuais. Somente duas mulheres dedicam todo seu tempo de trabalho produzindo para indústrias ou fábricas que efetuam pedidos, como no caso dos serviços metalúrgicos e de costura para outras lojas. Outras realizam produção para venda individual ou mesclam os pedidos com a produção para comercialização própria:

a gente presta mão de obra para empresas e daí temos também nossas coisas que fazemos para nós que a gente vende em loja, vende, a gente vende particular, daí a coisa é nossa, a gente faz feiras, tudo isso a gente faz. (E7 – 48 anos)

A produção das trabalhadoras oscila conforme o mercado, os gostos e as demandas. Isso exige uma constante atualização da parte delas no que se refere aos seus preços, modos de produzir, modelos, produtos, etc. Elas demonstram isso a partir do que relatam ser, no presente, seu problema de produção.

Que nem agora a gente fazia peças para elevadores e esses prédios de quatro andares nenhum tem elevador, quando a gente pensou que ia bombar, o serviço acabou né... (E 2 – 31 anos)

aumentou a concorrência né, quando fiz minha casa aqui eu fazia na média de dez, quinze tortas por final de semana, daí eu não tinha nem quase tempo para comer né, agora não, agora tá bem assim... Eu trabalhei bastante este final de semana eu fiz seis tortas. (E 4 – 47 anos)

eu trabalho muito por encomenda, que na realidade é assim ó como meus produtos começaram a ficar saturados, porque veio as coisas da China, os 1,99, aí meu preço começou a ficar muito caro, aí como trabalhamos só com madeira aí ficou meio

complicado porque surgiu o MDF... Aí depois eu decidi trabalhar com outra área, como eu sou de religião, sou afro... sou espiritualista, umbandista, comecei a ver assim que a gente era um quantidade muito grande, eu trabalhava muito com miçanga, com colar, com adornos, e eu fazia muito isso ai pras minhas irmãs de religião, eu fazia aquilo e era uma coisa que eu fazia para a religião então eu não botava preço, eu dava. E ai a gente começou a pesquisar e ele fazia, ele faz espada, faz arco e flecha, coisas assim interessantes e que a gente não tinha aquele tino que isso podia ser uma coisa comercial ai a gente começou ir a fora, pesquisar os preços e ver os adornos... a gente foi vender, as pessoas olharam atravessado, até as pessoas que eram da religião tinham vergonha de chegar perto do produto nas feiras. Sabe, assim tinha um preconceito muito grande, mas eu persisti, só que mais por encomenda e vou em feiras mais temáticas.

Na comercialização da produção há, em algumas situações, a presença familiar, o companheiro é presente na produção, comercialização e controle do fluxo de demanda. Há um marcador da divisão sexual do trabalho no cenário que relata a entrevistada E1, a tarefa pública da venda é função do homem. No depoimento da entrevistada E2 o seu marido é o responsável pela captação de pedidos e também pela negociação de valores:

Para vender, o meu marido que sai e vende de loja em loja, as vezes tem algum um pedido né, dependendo da época do ano tem bastante pedido, mas geralmente é assim, a pronta entrega né, aí ele sai e vende. (E 1 – 38 anos)

Ah é que o Flavio sempre trabalhou com o ramo de metalurgia né, há 30 anos trabalha, ele já teve uma empresa antes, então agora ele conhece o pessoal, como o pessoal conhece ele, sabe que ele tem umas máquinas, aí alguém indica nosso trabalho, como eles tem muito conhecimento de tantas firmas, quase sempre ele “não, eu faço”. (E 2 – 36 anos)

Nos relatos acima se identifica o componente da divisão sexual do trabalho. As mulheres têm o papel da produção na casa, e o homem o papel público da comercialização ou da negociação de demanda, preços e prazos. O conceito de divisão sexual do trabalho, como explanado no capítulo “Trabalho de mulheres”, é como a sociedade organiza suas tarefas, papéis e funções, baseando-se nas diferenças entre os sexos. Estes casos demonstram o componente da divisão sexual do trabalho na a situação dessas trabalhadoras.

A negociação de preço e prazos não é tarefa fácil para as mulheres, mesmo aquelas que vendem seus produtos individualmente, acham que o valor atribuído ao produto final poderia ser maior.

uma vez eu estava com o stress muito alto eu estava estudando ainda, foi logo no começo das aulas e eu fui falar com eles, juntei os quatro clientes que eu vendo em Porto Alegre e falei: ó o negocio é o seguinte: eu voltei a estudar, para cada um aqui pelo menos quinze dias vocês vão ter que me dar. Antes era uma cobrança por semana. Que nem assim ó me encomendaram setenta e cinco porchetes, para cortar,

costurar, pra tudo isso pra fazer eu sozinha e sem dar paulerão como eu fazia antes, isso demorava mais ou menos uma semana por causa que tem que colocar o vivo, tem que coloca o engate, tem que coloca mil e uma frescurinha, para mim fazer setenta e cinco tem que ter pelo menos oito dias, não dando paulerão, só que essas setenta e cinco no final eles me atucanaram e me mandaram mais uns setenta e cinco para fazer e eles queriam o entregue nesse mesmo prazo. Eu me enjuriei, e aí eu fui lá: vocês estão tudo aqui e eu não sou coringa, se tu me der quinze dias e outro me der quinze dias a mais, eu garanto que nesses quinze dias vai estar tudo lá bonitinho para vocês e sem defeito e sem nada. E eu continuo com eles (E 5 – 31 anos)

O contato com os clientes é sempre um desafio e elas demonstram ter estratégias para estabelecer suas condições, prazos e preços. O que se percebe é que há diferença entre uma negociação direta com o cliente e uma negociação com uma indústria ou loja.

às vezes eles assim querem o pedido e tudo, mas as vezes não tem como tu fazer antes, tu tem que ter um tempo, por que tudo, a cola tem que dar um tempo para secar, tudo tem que ter um tempo, daí tu explicas né “olhe não dá para tal dia, não tem como fazer”. E na negociação com o preço a gente andou se desentendendo, essa empresa com a que eu trabalhei quinze anos eu larguei o ano passado, por que não íamos trabalhar para a empresa, fiz tudo, não deixei nada pela metade e entreguei tudo, e daí eu fiquei quinze dias sem trabalhar, mas daí eles me enlouqueceram né, daí eles vieram atrás, no último pagamento que eu tinha que receber lá, daí eles fizeram tudo quanto foi proposta para mim voltar, daí eu voltei, daí com outra negociação já, com outro valor. (E 7 – 48 anos)

tem aquele cliente que ele é exigente, mas com o tempo tu pega uma prática que aquilo ali não é nada para ti, só que eu tenho para mim assim ó, se o cliente é exigente ou não eu tenho que fazer o melhor que puder: o mais gostoso, o mais bonito, eu me dedico pra aquilo ali, enquanto eu estou fazendo bolos, aquilo ai é uma terapia para mim, é uma coisa assim para mim. (E 4-2)

As trabalhadoras demonstraram encontrar dificuldades na negociação quanto ao preço e quanto ao prazo, tanto aquelas que comercializam ao cliente particular quanto as que realizam o trabalho contratado para as empresas. Entretanto, há certo aprendizado na negociação, elas relataram conseguir negociar após algum tempo, ou após alguma adversidade que atrapalhou o processo de produção. As entrevistadas E1 e E2 têm a mediação do companheiro na negociação de comercialização.

Condições Materiais de Trabalho

O local de trabalho das mulheres é a casa ou a extensão da casa. Parece por vezes improvisado porque está na casa e por vezes bem organizado justamente porque está na casa.

Em um dos casos, como o da entrevistada E1, o atelier é arranjado na área de casa, fechada com retalhos de madeira e lona, com três bancadas de corte, preparação e costura que não permitem nenhum conforto, o salão de beleza é dividido com a sala da casa, numa repartição de madeira bem fina e uma cortina na entrada. No caso da entrevistada E4 a cozinha da casa é o mesmo espaço em que esta prepara seus produtos, embora ela alegue que é momentâneo, visto que pretende construir nova cozinha, já que a antiga foi desmanchada recentemente. A entrevistada E8 possui uma loja na frente da casa e a E5 uma peça no andar de cima.

Foi possível perceber na observação que não há condições físicas totalmente adequadas para nenhuma das mulheres, embora a maioria tenha maquinários suficientes, suas cadeiras são de madeira e geralmente as mesmas cadeiras utilizadas na cozinha ou sala da casa. Em uma das oficinas a costureira tinha dois bancos mochinhos.

Apenas em dois casos, de duas costureiras (E3 e E6), o ambiente possuía peça anexa da casa, ambiente organizado e banheiro próprio, com boas condições de clima e conforto, com exceção das cadeiras. Mesmo estas, demonstram que tiveram uma adequação de espaço ao longo do tempo. É visível que na maioria dos casos o trabalho na própria casa se mescla com o próprio espaço da casa. Mesmo banheiro, mesmos móveis, etc.

Como a gente tem uma peça grande na própria casa né, então eu coloquei a máquina, a mesa, tudo de corte dentro de essa área por causa de que de um lado fica minha avó costurando o vestido de prenda dela e do outro lado fico eu com as bolsas. Foi dividido uma área para ela e uma área para mim. (E 5 – 31 anos)

A gente começou assim aqui, na área, fechada por uma lona, a gente não tinha nada, daí pegamos o serviço do curtume, começamos a fazer luvas, daí das luvas passamos para carteiras, alugamos as máquinas, não tínhamos máquinas, a gente alugou e daí a gente alugou um tempo e depois fomos comprando, comprando as coisas que foi assim precisando né, fomos fazendo mesa, comprando máquinas, daí meu atelier é agora no terreno aqui no fundo (E 7-1) Daí lá temos nossos maquinários, tem tudo as nossas coisas, nossos couros, uma geladeira, banheiro, tudo. (E 7 – 48 anos)

Em relação aos equipamentos foi possível evidenciar que há gostos pelas máquinas. Há aquelas que elas consideram trabalhar melhor, há as que são difíceis, àquelas que não conseguem adaptar-se e, as que mantiveram por conta do gosto ou das condições de espaço. Também há uma relação com aquelas que foram usadas no passado e são mantidas, ou que foram trocadas. As pessoas da família, em todos os casos, contribuíram financeiramente para a compra de algum equipamento (companheiros, avó, mãe, irmãos, etc.).

Antes eu tinha só uma Singer, agora tenho as máquinas principais, sabe, as que precisa. Tem a costura reta, a singer e uma industrial, tenho de overloque, dois tipos de overloque, mas eu gosto mesmo é da minha antiguiinha. (E 3 – 69 anos)

Eu tenho uma tec-tec que é a pedalzinho por causa que muitas vezes falta luz ai eu tive que comprar uma tec-tec por causa que no inverno por causa do temporal as vezes caía a chave, tenho a máquina de overloque, tenho uma de costura reta e tenho a outra de ziguezague, para fazer sabe essas bolsas que tem tudo em ziguezague, que parecem todas emendadas... (E 5 – 31 anos)

Temos duas 335, uma transporte duplo, uma 495, duas máquinas de chanfrar, a gente tem lá o valor de cinco máquinas de costura e uma é de chanfrar, antes era tudo alugado. (E 7 – 48 anos)

Tem furadeira de bancada, tem freza, né, tem rosqueadeira e o esmeril. A gente começou com uma máquina só, com uma furadeira e um esmeril, de ai conforme a demanda foi crescendo a gente foi comprando e agora a gente tem seis furadeiras de bancada e duas rosqueadeiras e o esmeril. (E 2-2)

Quando comecei era uma bateadeira arno, aquelas de duas pazinhas sabe. Ai! Levava um tempão para bater todo o açúcar aí as pazinhas caíam, arrumava de novo, até comprar a primeira bateadeira sabe e no forno já estou no terceiro ou quarto. (E 4 – 47 anos)

Carga Horária de trabalho

A carga horária de trabalho e a rotina para as trabalhadoras entrevistadas é visivelmente desgastante, num primeiro momento elas não descrevem detalhadamente sua rotina de trabalho, também não incluem as tarefas da casa nessa descrição. Mais adiante, na próxima categoria, poder-se-á verificar que essa descrição alcança uma carga horária de quase 17 horas diárias.

Trabalho umas 10 horas por dia eu acho né, por que eu pego das seis e meia, até as onze e meia, depois pego a uma e vou até as cinco e meia. É... Minha vida é complicada. (E1 – 38 anos)

Ah! Se eu fosse somar, às vezes eu pego às quatro horas da manhã, eu dou uma paradinha agora assim, eu tomo chimarrão e começo de novo até as dez, onze horas paro de novo dai vou dormir. Todos os dias, às vezes de segunda a segunda... (E6 – 53 anos)

No momento em que houve a abordagem da questão do rendimento, percebeu-se algum constrangimento e um desejo de tentar justificar o rendimento através de algumas outras vantagens. A média de rendimento individual está entre R\$ 600,00 e R\$ 2.500,00, líquido. Algumas falas utilizadas para tentar amenizar o assunto que pareceu incômodo para algumas, caracterizaram-se como contestações antes do cálculo do valor:

Meu rendimento é bom, por que se a gente fosse trabalhar em uma firma a gente não estava ganhando o que nós ganhamos. (E7 – 48 anos)

O rendimento para mim, ele é bom por que eu não saio de casa, não gasto passagem, não invisto em calçado, em roupa né, não tenho assim – ah! hoje eu perdi a hora né, se eu quero tomar um café fazer um lanche, uma coisa eu posso fazer né, que uma coisa boa e daí estou em casa, meus filhos não tenho que botar babá, em creche nada né, isso aí para mim é o principal por que desde pequena eu pensava que eu queria criar meus filhos, por que eu já tive assim, eu não tive pai, meu pai faleceu eu tinha cinco anos, aí não me criei com minha mãe né, e eu disse sempre para mim que eu queria criar eles. (E4 – 47 anos)

Há um discurso de existência de autonomia ligado às considerações sobre o rendimento financeiro. As frases “eu paro quando eu quero”, “eu organizo meu tempo”, etc., são comuns nos depoimentos, entretanto, estas contrastam com o relato do que vem em seguida à pausa, as obrigações maternas e domésticas. As mulheres param, mas estendem as atividades para outras, que também exigem seu tempo e seu esforço.

Após alguns auxílios de cálculos, algumas das entrevistadas, e a informação dada sem constrangimentos após algumas justificativas, pode-se dizer que as mulheres alcançam o rendimento hora entre R\$ 2,80 e R\$ 6,00. Veja-se a tabela dos rendimentos informados:

Tabela 5: Último rendimento mensal informado

	Idade	Último Rendimento mensal informado
E1	38	R\$ 800,00
E2	36	R\$ 1500,00
E3	69	R\$ 600,00
E4	47	R\$ 620,00
E5	31	R\$ 2500,00
E6	53	R\$ 650,00
E7	48	R\$ 1800,00
E8	43	R\$ 600,00

Fonte: Tabela de dados confeccionada pela autora da dissertação

Percepções sobre o trabalho concreto: “eu gosto de trabalhar, sinceramente eu gosto”

O trabalho concreto das mulheres pelo que já se pode perceber foi aprendido na prática, na vida e com alguns cursos de capacitação. Elas relataram gostar desse trabalho ou mesmo têm o entendimento de que “necessitam adaptar-se”, “entender melhor o processo”. Todas trouxeram alguma experiência do passado e caracterizaram o presente e seus gostos pela recordação do passado. Uma das entrevistadas associa o gosto de trabalhar com enfim ter-se adaptado à máquina, outra ter-se adaptado a não ter carteira assinada, entender que não era importante para ela, embora toda a sua família considerasse importante ter uma carteira assinada. Uma das mulheres alegou gostar dos dias em que pode acelerar o ritmo de todas as tarefas, relatando também que em dias em que não há muito o que fazer sente-se depressiva e não consegue nem fazer o serviço da casa

Prefiro fazer unhas, é o que eu gosto fazer, unhas. Quando eu comecei com as bolsas eu me sentia muito mal, detestava né, agora comecei a gostar por que é o que tem para fazer né, é do que a gente vive, então tu tem que gostar do que faz. Agora

comecei a gostar, antes eu não conseguia costurar, eu tinha medo da máquina, eu tinha pavor da máquina, brigava com a máquina. (E1 – 38 anos)

Eu gosto muito de trabalhar, eu acho que é um defeito que eu tenho né, que se é trabalho para mim tudo ta bom, eu nunca trabalho assim de má vontade, eu faço com amor, com gosto, é como no início do trabalho que eu faço tu se incomoda muito, tem muito cliente que não sabe lidar com o povo que é muito difícil né, tem umas pessoas muito difícil mesmo, mas eu faço aquilo com carinho, eu gosto de aquilo que eu faço, quando eu trabalho eu gosto sabe. (E3 – 69 anos)

Trabalhar assim que eu gosto, eu gosto de trabalhar, sinceramente eu gosto assim, como vou te dizer, se eu sei que tenho bastante serviço lá nos fundos eu em meia hora consigo limpar toda casa, sabe, fazer tudo assim e se eu não tenho serviço eu o dia inteiro passa, não consigo. Gosto de viver na pressão sabe, que tenho que fazer aquela comida rápida, eu tenho que lavar aquela louça rápido. (E2 – 36 anos)

Eu me sinto mais feliz hoje, talvez não tenha tanta grana, mas estou mais feliz, entendeu, por que me aceitei mais, quando eu comecei minha vida de artesã eu tinha aquela coisa de achar bah! Eu não consegui ficar no mercado de trabalho convencional, eu não tenho carteira assinada e tipo assim, eu estou excluída, por que todos da família estão aposentando, são da geração carteira assinada, então eu sou a única louca da família... (E8 – 43 anos)

Comparações: Experiência de Trabalho Atual e Trabalho Anterior

A comparação entre uma experiência e outras em quase nenhuma entrevista precisou ser mencionada, esta surgiu durante os depoimentos. Há comparações no sentido de que o trabalho de carteira assinada proporciona acesso a direitos e carga horária mais leve. O saldo positivo do trabalho realizado atualmente, segundo as entrevistadas, é de que trabalhando assim se ganha mais e se pode criar os filhos. Elas evidenciam não querer voltar a ter um trabalho de carteira assinada e a rotina da empresa.

Ah, o de balconista era melhor, mas agora eu ganho mais também né. O de balconista era melhor porque era mais folgado, eu não trabalhava tanto, agora eu trabalho o dobro, o triplo as vezes. (E1 – 38 anos)

Eu ganho mais de que minha irmã dentro da firma, pago meu INPS. Ela trabalha numa empresa de calçados, na Firenzi Calçados de carteira assinada e tudo; trabalhando em uma empresa eu sei que teria muito mais coisas, mas os contras são: será que eu teria minhas filhas do jeito que as tenho? Será que eu teria o amor de minhas filhas do jeito que eu tenho? Ou elas chegariam e ficariam dentro de uma creche ou alguma coisa e eu seria bem ou mal uma estranha, então foi essa a escolha que eu fiz. (E 5 – 31 anos)

A empresa é bom por que tu tem o teu salário certo ali né, chega às seis horas tu pode ir embora, já tu não faz mais nada né, o compromisso é deles, e tu trabalhando em casa tu já não, porque as vezes tu tem um pedido pra tirar e não interessa a hora, tu as vezes é obrigado a ficar até de noite se não conseguiu tirar tudo durante o dia. Eu me sinto melhor assim por que ganho mais, por que se eu vou trabalhar em uma empresa eu vou ganhar oitocentos reais no máximo né. E eu vou ter que me sentar o dia inteiro numa máquina e ali não né, aí eu vou e costuro, daqui a pouquinho me levanto e vou lá e preparo, e vou lá e queimo os fios, sabe...vou lá e tomo um café. Por que era assim ó quando eu trabalhava na empresa numa esteira até a água eles te traziam ali, aí tu não podia sair para tomar uma água, ir lá no bebedor pegar uma água, para ir no banheiro tu tinha que deixar alguém no teu lugar, então tu chamava alguém, daqui a vinte, trinta minutos essa pessoa chegava para ficar em teu lugar. Não era na hora, tu tinha que esperar, então o trabalho por conta própria tem essas vantagens. (E7 – 48 anos)

Ai no trabalho formal eu acho que tu não convive com os filhos né, que a gente tem mais disponibilidade, assim tu não, por exemplo, se tu tem um filho doente, se eu não to me sentindo muito bem aquele dia, eu sei que posso deixar para fazer no outro dia, eu deixo né, e assim eu acho que o que é melhor para mim, é a remuneração, com minha escolaridade, com minha... eu acho que é a remuneração é bem maior que no trabalho formal. (E2 – 36 anos)

Eu não me imagino assim trabalhando de novo numa empresa, trabalhar em uma firma tu tem que chegar às sete da manhã, sair às 11 e meia voltar a uma e tu tem que ter aquele horário ali, tem que estar preso tu não podes sair né, isso aí não dá certo comigo, eu to as vezes fazendo torta né e aí as vezes a torta é assim lá pras cinco horas, aí me dá aquela vontade: ah! vou ver como é que está a fulana, sabe eu guardo as tortas tudo, os cremes ali, e vou, eu não posso ser de empresa, não é que eu não possa, é que eu já fui entendeu, daí é uma coisa difícil depois que tu experimenta aquilo ali para ter que cumprir horário de novo... (E 4 – 47 anos)

... como eu fiquei um tempo trabalhando fora, de carteira assinada e casada, assim eu me lembro na minha época de solteira eu era muito estressada, muito, eu chegava em casa assim, eu tinha minha mãe pra tudo, então eu chegava em casa. Eu estudava a noite, trabalhava de dia, passava na casa sempre correndo. Sempre estressada, era calçadista, era um estresse enorme, em casa depois também, porque tu tem que tirar, tu tem que tirar, não importa o que tu faça tu tem que tirar, aquilo ali era uma pressão enorme, então assim, era escravagista mesmo, o couro-calçadista ele é, detona o sistema nervoso, detona tua coluna, imagina, eu costureira, chegava em casa torta.(E 8 – 43 anos)

O que está claro nos depoimentos acima é que a liberdade obtida com o trabalho não é tanto aquela de não trabalhar ou ter tanta pressão das ordens de patrões, mas sim a de poder estar em casa, exercendo os papéis que, sabe-se, a socialização de gênero construiu: mãe, esposa, dona da casa, administradora do lar, boa cozinheira, vizinha, etc. A visão do momento empresarial é de muito mais cansaço embora com menos horas, e a experiência de sofrimento no trabalho, para a maioria, foi a passagem pela indústria calçadista.

A entrevistada E3, costureira de confecção com experiência empresarial longa, interrompida há cerca de vinte anos, demonstra grande saudosismo do trabalho empresarial,

ao relatar seu desejo de retornar à empresa. Fica evidente que ela está remetendo-se a um tipo de empresa inexistente na atualidade, uma empresa onde se tem liberdade na produção, fazem-se horários determinados e amizades.

Ah eu na empresa era muito bom de trabalhar, eu gostava muito do serviço lá, era mais tranquilo, por que no meu serviço naquela época não tinha produção, não era assim aquela coisa que tinha que fazer como hoje, que tem firmas que querem muita produção, aí é mais difícil né, e em meu serviço não tinha, não tinha produção. Essa cobrança da produção né. Eu fazia os consertos dos sapatos, aí eu costurava, eu preparava, eu fazia de tudo no calçado. Eles mandavam fazer como dava né, eu tinha essa liberdade, eu gostava muito de trabalhar, por isso tinha a liberdade de fazer como dava, como eu achava que dava, se não dava eu dizia e pronto, a última palavra era minha. A gente trabalhando fora tu vê outras pessoas, sair de casa, não ficar o dia inteiro numa coisa só. (E3 – 69 anos)

Eu antes tinha tempo, chegava em casa, tomava um chimarrão, descansava, sentava, agora eu não tenho mais essa liberdade, e eu não faço, eu teria que fazer, mas se eu quero fazer o serviço eu não posso parar, eu acho assim que não posso parar, e eu também, eu acho que eu também tenho que me ajudar também nisso aí né. (E3 – 69 anos)

A experiência de trabalho anterior e atual é uma forma das mulheres demonstrarem que sua atividade atual está adequada as suas vidas, mesmo que tenham, como no caso da E3, vontade de vivenciar aquele passado já vivido.

A Mulher que trabalha no domicílio, “por conta”

As qualidades que as mulheres atribuem a uma trabalhadora na sua situação são as que elas atribuem a si mesmas e a sua trajetória de trabalho. Ser “pulso firme”, não ser “coração mole”, “ter persistência”, “não se conformar”, “saber que tudo passa”, “ter convicção de que é capaz”, “ter muita garra”, “ser guerreira”, “ser forte”, “ser determinada”, “ter objetivo”, “não desistir”, “ser positiva”, “ser inteligente”, “ser organizada” são algumas das características necessárias apontadas.

É perceptível que elas estão relatando que trabalhar por conta, em casa, não é fácil, que é necessário não desistir, é preciso se organizar, agüentar, ter estratégias de sobrevivência. Tem que gostar para continuar.

Eu vou dizer assim ó, no começo não é fácil, se tu não tem persistência, se tu não sabe o lado que vai correr, onde é que tem que ir, onde é que posso comprar o material mais barato, em que lugar é que eu posso vender o que eu tô produzindo é complicado, não vou dizer que é fácil por que não é, no começo não foi fácil para mim, porque o que vai depender muito do teu trabalho é a tua qualidade hoje em dia, se tu não tem qualidade no trabalho não adianta querer trabalhar por conta, por causa que teu trabalho todo mundo vai olhar, mas por causa que tem uma falha não vão querer. E daí tu vai fazer, fazer, fazer e vão ficar aí estocados, daí como eu digo é tempo perdido, é malhar em ferro frio. (E5 – 31 anos)

ela tem que ser, tem que ter seu objetivo, né, trabalhar por conta própria e não querer desistir, porque sim é, como é que te vou explicar, ela tem ser positiva porque se o que tu, hoje tu trabalha, trabalha e amanhã não vai fazer nada, não vai nada para frente, tem que ser persistente, persistir no negócio, sabe. (E6 – 53 anos)

Eu acho que ela tem que ser mais pulso firme, eu já não sou boa com isso aí, tenho o coração muito mole. Eu gosto ajudar todo mundo daí prejudica um pouco... Mas está bom, eu ajudo, eu gosto de fazer as coisas pra outra pessoa, se eu posso eu faço. (E3 – 69 anos)

Olha ela tem que ser bem inteligente porque senão ela não consegue, sabe, tu tem que ser bem responsável pelas coisas, não pode pensar assim “ah eu acho”, não pode achar tem que ter certezas, nada tu pode achar tudo tu tem que ter certeza do que tu vai fazer. Tem que sabe, não pode ficar assim “ah, eu acho”, não, eu tenho certeza do que estou fazendo. (E7 – 48 anos)

Eu descreveria que ela é uma batalhadora, uma guerreira, determinada, uma pessoa assim tem que ser determinada, uma atitude que tem que ter é determinação, vou fazer, vou conseguir, porque a gente já sendo mãe já é o serviço mais completo que exige mais trabalho mental e físico é ser mãe. Tem que ser forte, guerreira, determinada e além de isso tudo não conformar-se com o que tem, né, tem que procurar sempre mais, querer mais, porque tu estar conformada com o que tu tem não dá, eu acho que é isso. (E2 – 36 anos)

Em primeiro lugar tem que ter muita garra, força de vontade, né e nunca desanimar por pior que esteja a situação, sempre tem que ter certeza que no fim do túnel tem uma luz, tudo passa, a gente tem que dizer assim ó: não há mal que dure para sempre, tudo tu supera na vida e o tempo é a melhor coisa. (E4 – 47 anos)

Primeira coisa: precisa ser organizada. Tem que se organizar, sem isso tu não consegue. Quando tu trabalha por conta, tem que pautar que aquele dinheiro que entra tu tem que saber aplicar, se tu não souber aplicar ele, tu não vai conseguir sobreviver disso. Pra poder levar adiante tem que ter convicção que é capaz também. (E8 – 48 anos)

Os depoimentos revelam também um componente de solidão e da falta de diálogo com o exterior para conhecimento dos direitos, para a organização, para o aprendizado. Precisar “ter certezas”, não poder somente “achar”, demonstra este elemento.

6.2.1.1 Trabalho concreto e cotidiano

As categorias gênero, trabalho e cotidiano entrelaçam-se em diversos relatos, o que demonstra mais uma vez que a imbricação existente entre trabalho e cotidiano é, para as mulheres, muito comum. Ver-se-á isto a partir dos relatos codificados como *família e produção; casa como lugar de trabalho e tempos e rotinas*.

Família e produção

A família envolvida na profissão e no cotidiano de trabalho é um fenômeno corriqueiro, e em algum momento todas as mulheres tiveram ajuda da família, direta ou indiretamente, seja na atividade produtiva ou na compra de maquinários e adequação do ambiente. Em três casos os filhos menores de 18 anos ajudam na produção, dois deles recebem sua renda mensal por isso.

Todo mundo trabalha igual, se eles não cortam não tem como preparar e se não tem como preparar eu não tenho como costurar, por isso todo mundo pega parêlho, tudo mundo trabalham junto. Antes, sem as crianças não rendia tanto, agora temos maior produção porque eles estão me ajudando, enquanto ele corta, os dois preparam. Eu fecho na média de 30, 35 bolsas por dia. (E1 – 38 anos)

Uma vez minha filha ajudou uns tempos assim, às vezes vinha me ajudar, mas muito pouco. (E3 – 69 anos)

A filha mais velha ajuda a colocar o rebite. Mas costurar, cortar não é com ela. (E5 – 31 anos)

A minha filha trabalha comigo, ela chega às sete horas da manhã, às vezes ela fica até umas seis horas comigo e eu vou até tarde (E6 – 53 anos)

Às vezes, quando precisa lixar umas peças, contar algumas peças, alguma coisa, a gente manda o Rodrigo fazer, mas é muito pouco, né, só que o Weslei com a idade da Flavia já me ajudava, com 12 anos ele começou a trabalhar nos fundos comigo e até hoje, né, tá com 17, e agora este ano o Rodrigo eu quero ver se entra mais (E2 – 36 anos)

Eu e meu marido trabalhamos juntos, ele faz as espadas e eu faço os espelhos, os colares, adornos. Ele faz os artesanatos com a madeira, eu faço o acabamento... (E8 – 43 anos)

Uma das entrevistadas justifica o porquê e as vantagens de ter as crianças trabalhando com ela, ajudando na produção ou mesmo nas tarefas da casa. Esse depoimento contém a imbricação de todas as categorias que envolvem essa análise, trabalho, cidadania, cotidiano e gênero. Há uma ligação entre o desejo de consumo construído no cotidiano e realização da cidadania pelo trabalho, perpassado pela socialização de gênero, na qual, segundo a cultura, o menino ganha seu carro ao completar os 18 anos, esse carro também é sua cidadania no ambiente em que vive.

Porque assim eles sabem dar valor um pouco mais assim de onde vem o dinheiro do computador deles, a máquina digital, do celular. Eles sabem daí como é difícil de ganhar, sabem que não é só a mãe ir lá na loja, eles sabem que mãe tem que trabalhar para ir à loja pra poder comprar, eles não gostam muito de trabalhar, né, mas aí eu digo que eles têm que me ajudar. É que nem eu sempre digo, todo mundo quando faz 18 anos ganha um carro, eu vou dar um torno para ele, porque ele gosta, porque antes, desde pequeno ele sabia que ia fazer SENAI, né. Então eu disse não, quando tu fizer 18 anos eu te vou dar um torno, assim, quando tu tiver vinte tu pode comprar o teu carro. (E2 – 36 anos)

A Casa como o lugar do trabalho

As mulheres pesquisadas ficam em casa para estarem perto dos filhos, trabalham muitas horas na casa e pela casa e o fazem, em grande medida, pelos papéis que consideram ser seus. Elas relatam que aquelas tarefas realizadas são parte de seu papel. Ser mãe, ser companheira, ser esposa, ser responsável pela casa, fazer comida, ser isso antes de tudo. E, por essa razão, trabalhar em casa é uma vantagem. A desvantagem é justamente não sair de casa. Nesse caso, o cotidiano mostra-se que é uma desvantagem e uma desigualdade em relação ao parceiro, não poder sair.

É bom que está perto das coisas, da cozinha, a comida, estar junto das pessoas, né, e vantagem que eu vejo é isso. Que estou sempre junto com eles, isso é o que eu acho. (E 1-3)

É que tem um detalhe, eu não dei atenção para minha filha quando ela cresceu e eu não sabia disso, filha é uma caixa de surpresa muito grande, quando minha filha

começou a estudar no prezinho a professora dela me diz assim “a Agatha tem uma coisa de diferente”, e que é que pode ser de diferente? “ah, ela não acompanha os outros coleguinhas”. Aí descobri, a Agatha tem F71, pequeno distúrbio mental moderado, daí a médica pegou e disse que ela ia ter que ter acompanhamento direto e reto, se ela tem que ter um acompanhamento direito e reto eu vou dar, vou ficar em casa e vou dar. Eu não me arrependo e a mesma coisa que eu não queria que acontecesse com Anitha agora também, porque a Anitha ela é completamente diferente da Agatha. Eu tive, como te disse no começo, eu tive que botar os prós e os contras, trabalhar dentro de minha casa e meu próprio atelier, pagar meu INSS e tudo direitinho ou ir para dentro de uma firma e abandonar de novo minha filha? (E5 – 31 anos)

Algumas das entrevistadas apresentaram dificuldades de separar casa e trabalho, mesmo com espaços em anexo da casa.

Até meio dia, enquanto estou almoçando, chega alguém aí. Trabalho de noite e de manhã cedo é para preencher esses horários que não consigo trabalhar. Bah! Tem dias assim, olha que tem que mandar as pessoas esperarem lá na rua, acho que vem tudo naquele horário, já pensei em colocar um horário para eu trabalhar das quatro da manhã até o meio dia sem atender ninguém e das duas horas em diante daí atender o público né, mas as pessoas vêm de manhã, vem de tarde, não tem segundas feiras, vêm todos os dias, vêm até domingo, porque o atelier está aqui, eu moro aqui, se eu não morasse aqui era diferente, se o atelier fosse em outro lugar né, separado. O serviço na casa dificulta, é diferente de quando tu estás em um outro lugar que tu fecha e vai embora. (E6 – 53 anos)

Uma delas relatou a diferença de quando era na garagem o espaço de trabalho de agora que é nos fundos da casa, em outro terreno.

Antes, quando era na garagem, atrapalhava, às vezes estava em casa e daí de repente recebia visita, e eles não entendem que tu tá trabalhando, lá na peça não, lá não vai ninguém, porque lá é nossa peça de trabalho né, lá não tem problema. Aí minha casa fica fechada e eu não tô em casa e pronto, o pessoal respeita lá. Eu consegui separar porque trabalhar em casa era bem complicado. (E7 – 48 anos)

Um dos depoimentos mostrou descontentamento com o estar em casa o tempo todo, não conseguir nem “ir à padaria”. É sinal de que a casa suga toda sua força de trabalho e sua rotina doméstica e maternal.

Acho que única desvantagem que eu vejo é estar 24 horas por dia em casa, é meu único que eu acho assim, que eu acho, né, tem semanas assim que eu não tenho tempo nem para ir na padaria, né. Tá muito ali, né, não vejo assim nenhuma outra... Porque plano de saúde o Flavio tem, né, com o emprego dele. (E2 – 36)

Tempos e Rotinas

As mulheres descrevem sua rotina muitas vezes sem incluir, ou incluindo brevemente, suas tarefas na casa e com a família, mas, quando questionadas sobre qual é sua rotina, incluindo todas as atividades, as do trabalho e as da casa, sabem dizer toda a rotina que se intercala, e, por vezes, é uma só, a do trabalho. A máquina de lavar, em mais que um caso, trabalha juntamente durante o trabalho das mulheres, na primeira hora da manhã. Vejam-se alguns relatos que confirmam essas constatações.

Me levanto de manhã, tomo café, daí antes de ir a trabalhar boto as roupas na máquina, vou trabalhar na máquina e a máquina de lavar continua trabalhando. Daí, quando vejo é hora de fazer almoço, daí eu arrumo as camas, passo uma vassoura na casa, daí de tarde eu paro de trabalhar, venho, faço um café e daí eu sento e vou olhar televisão, quando eu não trabalho de noite, às vezes trabalho de noite fazendo chinelo, fuxico, que é outras coisas, outra forma de eu ganhar mais dinheiro, né. Porque eu faço unhas, faço bolsas, às vezes vendo lingerie, vendo roupa, faço chinelos, vendo chinelos. Esse tipo de coisas assim, vendo Avon, vendo Natura. Acho que é tudo. (E1 – 38 anos)

Seis horas da manhã me acordo, seis e meia chamo a minha filha, quinze para as sete ela toma o café dela, sete e quinze descendo com ela para a escola, oito eu limpo a casa, uma varrida, lavo os copinhos que ficaram e depois corto o material para costurar, deixo cortado o material, se é muitas bolsas já deixo cortado para depois, na parte da tarde, busco ela que ela solta às onze e meia da escola, desço com ela, daí ela come, almoça, a mais nova também almoça, a mais nova vai dormir e ela vai fazer os temas dela, se precisa ajuda ela vai perto da máquina para eu poder ajudar, depois daí é direto, daí quando é por volta de umas cinco horas, depois que já trabalhei isso tudo, daí é hora de botar elas no banho, a mais nova sou eu quem dou banho ainda porque criança pequena é uma chafurda, daí elas tomam o café por volta das cinco e meia, seis horas elas se deitam para assistir malhação e tudo, daí minha avó no meio tempo chega do bailinho dela, daí se deita na cama da sala, assiste daí as novelas e tudo, enquanto eu estou lá na máquina no “tec-tec-tec-tec” trabalhando normal. Mas na época da escola, no tempo da escola meu dia era diferente, na época da escola era assim as cinco horas encerrava para eu tomar meu banho, aí muitas vezes eu chegava em casa, eram umas onze horas e daí ia para a máquina até as duas da madrugada, me acordava de novo para levar ela para a escola... Foi puxado. (E5 – 31 anos)

Eu acordo, tiro o lixo, dou uma limpada no banheiro, dou uma ajeitada na cozinha, às vezes, quando dá tempo, boto uma maquinada de roupa para lavar e vou para os fundos. Daí eu trabalho até as onze. Onze e meia, entro, daí faço almoço, estendo a roupa que ficou na máquina, limpo a casa, depois mais ou menos à uma e meia, duas horas, volto de novo pro trabalho, aí paro, depende, às vezes se dá para parar um pouco antes, às cinco e meia, eu paro e dou uma ajeitadinha de novo, antes do Flavio chegar. Passo café, aí às vezes, quando posso fico dentro já na casa, mas depende, quando tenho que voltar, se tem alguma coisa para terminar, a gente vai e termina. Ou eu fico aqui dentro vendo novela. (E2 – 36 anos)

Quando os relatos provêm das mulheres que já têm seus filhos maiores, ou então que não residem mais na casa, é visível a mudança no depoimento no que diz respeito ao relato das tarefas de rotina da casa e do trabalho.

Ah! Em casa não para nunca, né, hoje de meio dia cheguei em casa e aí ele fez uma comida para nós, porque quando estamos só os dois aí comemos qualquer coisa, minha guria é muito chata para comer, mas estávamos só os dois, e enquanto a gente comeu, juntei a bruxa e passei a bruxa para dentro né, ligeirinho assim sabe, já botei um edredom à máquina para lavar, deixei tudo ajeitado hoje para não ter que fazer amanhã e já segunda estou de volta trabalhar. (E7 – 48 anos)

Eu acordo às cinco e meia, quinze para as seis sempre estou em pé e daí já vou trabalhar, e daí eu fico muitas vezes até meia noite, até uma hora da madrugada muitas vezes... é que assim que eu tenho meu serviço também da casa, né, que é muito pouquinho porque é só eu e meu filho, é muito pouco, mas tem. Tu nunca para, de manhã deixo a casa e os serviços da costura em dia, de tarde atendo os clientes, de noite costuro. (E3 – 69 anos)

Eu vou lá dentro e só digo assim, tchau. Abano os lençóis e deito de novo, a rotina da casa é difícil, às vezes eu dou uma paradinha para fazer o almoço e a locinha que eu gosto de lavar né, e aqui, aqui de novo, eu passo mais aqui, maior parte do tempo aqui. Assim as gurias dão uma ajeitadinha pra mim e meu marido que está por aí também dá uma ajeitada e é assim. (E6 – 53 anos)

Minha rotina é bem variada né, segunda eu limpo casa, organizo roupa, arrumo tudo, lavo, faço a faxina. Na terça passo o dia na igreja, aí quartas-feiras a gente visita assim os lar que tem problema, os casais que são separados, os que têm problema, que ficou doente. A minha igreja é assembleia de deus. E aí que nem a quinta que eu preciso comprar renda, enfeite pros bolos, tudo que eu preciso pros bolos, eu vou no centro e compro todas as coisas que preciso comprar, daí quinta de tarde eu limpo a casa de novo. Sexta-feira começa, aí faço as massas, o bolos, as coisaradas, desde de manhã até a noite e sábado também, direto, né, nesses dias trabalho umas quatorze horas com os bolos. (E4 – 47 anos)

Meu serviço é lavar, botar a roupa na cerca, cozinhar, botar a roupa na máquina, a minha loucinha já tá lavada, passo o café, ou às vezes já tem porque ele acordou mais cedo, boto o café na mesa, aí assim ó, enquanto a máquina tá lavando eu corro pra lá, pra minha peça, daí eu vou produzir, porque eu tenho aquele compromisso de fazer. (E8 – 43 anos)

A junção das categorias e as constatações até então feitas nesse item demonstram que as trabalhadoras têm uma ligação muito estreita com a casa. O ciclo de vida é determinante na rotina e é visível a diferença entre as trabalhadoras com filhos grandes ou filhos pequenos. O trabalho das mulheres possui a especificidade de acentuar seus papéis de gênero historicamente construídos com desigualdades.

6.2.2 Cotidiano

Na tradição científica a vida cotidiana se apresenta como não-filosófica, segundo postula Lefevre em sua obra. A vida cotidiana se encontra em uma “outra parte” das análises sociológicas, mais recentemente tem sido aplicada a análises de gênero, etnia e estudos sobre socialização. Uma das recusas dos estudos do cotidiano pode estar ligada à pobreza que é atribuída à vida cotidiana. Destarte, realmente, o cotidiano parece apresentar uma resistência ao histórico, ou, o histórico mesmo provém de uma hierarquia linear. A vida cotidiana, em qualquer tipo de análise sociológica deve estar associada à historicidade.

Na sociedade contemporânea, a vida cotidiana tende a transformar-se em vida privada. Assim sendo, torna-se um espaço de “demissão dos especialistas”, segundo Lefevre (1991). Torna-se a esfera do “desarme”, do “reconhecimento da capacidade de viver”. Esta vida privada ainda é entregue ao encargo das mulheres.

A vida cotidiana e suas crises se inscrevem em outras formas do que as crises e mudanças do capitalismo, embora a passividade política percebida no cotidiano exista e pareça ser um elemento controlado pelas relações nas sociedades capitalistas. É necessário, conforme aponta Martins, que exista a discussão do vivido, pois é nas tensões do vivido que tem lugar o encontro e o desencontro da vida cotidiana com a vida privada, e da vida cotidiana com a história (2008: 95). Martins trabalha com a possibilidade de que a vida cotidiana não é um resíduo desprezível da realidade social, histórica, política, cultural, etc.. Mas sim que ela pode dominar a vida social.

As dimensões aqui codificadas não envolvem a amplitude da discussão de cotidiano, entretanto, são úteis para aferir as outras categorias, pelas quais se entende que, quando se trata de trabalho de mulheres, contém marcações de cotidiano e gênero. Os códigos *lazer* e *participação política e comunitária* medem alguma dimensão da historicidade da vida cotidiana das mulheres, quando mediadas pelo debate da cidadania.

O Lazer, como direito, não se dá pela via do trabalho para as mulheres entrevistadas, a carga horária e o estilo de vida não permitem que essas possam desfrutar de momentos seus, de momentos de descanso e lazer que façam parte rotineiramente do seu cotidiano. A participação comunitária e política é limitada e isso demonstra o quanto as estratégias do dia-

a-dia para a construção mais igualitária se consolidarão muito lentamente na vida dessas mulheres pesquisadas.

O questionamento, “o que fazes quando não está trabalhando”, revela gostos, mas também confirma que é difícil que o lazer seja fora do ambiente da casa.

Estou sentada na frente da televisão né. (E1 – 38 anos)

O dia que tenho uma folguinha eu quero ficar em casa também, fazendo alguma coisa, né, descansando. É tão difícil, difícil tomar um chimarrão, sair assim da casa de uma amiga tomar um chimarrão. Mas gosto de fazer crochê, domingo faço um crochezinho. Também gosto de fazer coisas de comer, ter coisas boas de comer... Aí, eu não tenho preguiça, domingo de manhã fico na cozinha fazendo alguma coisa... (E3 – 69 anos)

Quando eu não estou trabalhando meu tempo é para minhas filhas. (E5 – 31 anos)

Quando eu não trabalho eu limpo a casa. Quando eu não trabalho eu estou limpando aqui, ajeitando, organizando, limpando lá dentro. Aqui ou lá, é essa minha função a vida inteira, vai fazer, as férias que tirei já vai fazer mais de dez anos e de quatro dias. (E6 – 53 anos)

Me dou com todo mundo né, mas eu não visito, eu faço assim, que nem eu passei lá na mãe agora, passei lá na mãe ligeirinho, eu vou na minha mãe, vou na minha irmã, eu vou na minha sogra, que já é uma pessoa de idade, é esse tipo de coisa que eu faço. Daí se tenho que ir no mercado é um tempinho, daí se eu encontro com o vizinho converso, a gente se encontra e eu converso (E7 – 48 anos)

Quando não tô trabalhando eu gosto de fazer meu crochê, meus mostruários. (E8 – 43 anos)

O trabalho doméstico parece, em alguns relatos, assim como no da E6, como um não trabalho, “quando eu não trabalho eu limpo a casa”. É uma tarefa geralmente naturalizada pelas mulheres como seus papéis, como obrigações da maternidade, do casamento, etc.

Quanto às atividades de folga, além de demonstrarem uma ligação casa e lazer, há algumas falas nos depoimentos que relatam alguns momentos de lazer fora da casa, ou mesmo de cuidado pessoal:

Quando dá descanso né, sempre tem uma coisinha que outra para fazer, aí fico em casa, uma coisinha para arrumar, sempre tem. A gente sai, vai ao balneário, vai numa pizzaria, vai à casa de alguém, vai a uma festinha de aniversário. (E2 – 36 anos)

Eu faço crochê, eu faço cursos de tortas, de salgadinhos para aprender, vou na cabeleira, vou no instituto, às vezes vou a visitar pessoas, eu nunca sou de aquelas pessoas que gosta de ficar assim parada. (E 4 – 47 anos)

A participação comunitária e política não faz parte do estilo de vida das trabalhadoras entrevistadas e talvez não faça o perfil das mulheres trabalhadoras no domicílio. Uma das entrevistadas (E8), entretanto, tem uma inserção no movimento de economia solidária e participa dos fóruns, reuniões e no momento faz curso do CFES (Centro de Formação em Economia Solidária).

A igreja é a forma de participação comunitária mais comum entre as mulheres que foram ouvidas.

O que eu faço fora da casa é a igreja, mas eu não participo de grupo nenhum ainda. Eu vou três vezes por semana na igreja, a Assembléia de Deus. É um culto, vou ao culto, a gente encontra as pessoas, cumprimenta, aí é a cerimônia, aí todos se cumprimentam e depois vou embora, né. É muito bom, faz muito bem. Outra coisa fora dos dois trabalhos aqui não tem nada, tudo que eu faço é aqui, meu trabalho é aqui. (E1 – 38 anos)

Ah, eu participo bastante da igreja, sempre trabalho bastante em tempo de festas, eu estou sempre junto para trabalhar, na igreja católica de São Judas. Ah tem assim, tem um dia no mês que eu é que vou a limpar e arrumar a igreja, botar flor essas coisas assim, aí quando tem uma janta ou uma festa, aí eu vou lá dois dias para ajudar, para arrumar, fazer as coisas, enfeitar, fazer tudo... (E3 – 69 anos)

Nesse recorte do cotidiano, aparentemente, o repetitivo e o episódico constituem toda a realidade vivida para as mulheres, o próprio lazer e a participação comunitária, além do trabalho, e, após, daquilo que é feito na casa, pertence a uma forma de viver aparentemente ligada a uma falta de sentido. Entretanto, os estudos voltados para as mulheres e a vida, até então invisível, não pública, têm a ver com os processos que se agitam nos subterrâneos da sociedade.

As mulheres enxergariam suas possibilidades de emancipação e de resignificação da cidadania desde o cotidiano (e, portanto, atribuindo historicidade ao cotidiano) se circulassem com mais liberdade, física e psicológica, em outros espaços que não somente o que caracteriza o seu dia-a-dia atual.

6.2.3 Gênero

Eu toda a vida digo que meu lado mulher muitas vezes parece ser meu lado masculino: é não deixar ser humilhada, tu tem que ter toda a vida tua auto-estima elevada, tu podes estar por dentro mais quebrada que arroz de terceira, mas tu por fora tu tem que dizer assim não: me dá o espelho, tô linda, maravilhosa e poderosa, então me dá licença. (E 5-5)

A escolha da categoria gênero esteve presente em todo esse trabalho e por fim buscou-se encontrar nos depoimentos elementos que confirmassem as hipóteses de que a cidadania, como está dada na sociedade, não atende as necessidades e os cotidianos das mulheres entrevistadas que trabalham nos seus domicílios. Sua forma de trabalhar, de morar, de viver, seria diferente se o olhar de gênero fosse mais crítico e voltado para a sobrecarga de viver das mulheres em todas as instâncias.

Percebe-se, nos traços da socialização de gênero, a marca das sentenças “mulher precisa dissimular”, “sentir, mas não demonstrar”, “querer, mas não demonstrar” (...). Essa marca está tanto nos relatos da profissão, como o que aparece no relato em que definem a sua condição de trabalhadora, apresentado anteriormente, quanto nos depoimentos sobre o mundo da vida, família, lazer, cidadania, etc. Esse traço mostra que a socialização de gênero é realizada ainda a partir da cultura patriarcal, como visto nos capítulos anteriores.

Existe percepção, por parte das mulheres, da diferença dos papéis e da desigualdade em quase todos os casos, entretanto o papel ainda permanece:

Enquanto o homem está sentado, tu está fazendo o almoço, está passando a roupa, está estendendo a roupa, esse tipo de coisa, a mulher eu acho que trabalha mais que o homem. (E1 – 38 anos)

ah! porque não gosto de ser dona de casa, só dona de casa me entendia muito, assim tu acorda, levanta, limpa o banheiro todos os dias e aí as crianças e o marido levantam, entram no banheiro e já fica cheirando a xixi, aí isso para mim, sinceramente, cansa, e tem, existe assim, ninguém diz ah como este banheiro está cheiroso hoje, bah vou a cuidar porque minha mãe hoje esfregou, não, bah! Como esta casa foi limpa, então é assim, ninguém reconhece. (E2 – 36 anos)

As mulheres da sociedade contemporânea, embora em situações adversas, não permanecem na situação de vítimas. A percepção das desigualdades de gênero parece gestar-se nas sociedades. Entretanto, as mulheres que compõem a amostra desta pesquisa pertencem ao grupo que está vivendo uma mudança imperceptível, baseada nas estratégias de sobrevivência imediata, construídas num longo período de socialização de gênero desigual.

Socialização de gênero ligada à trajetória familiar: “o que eu faço hoje na casa, eu faço desde quando eu tinha sete anos”

Percebe-se que a marca da socialização de gênero está em todas as descrições apresentadas sobre a família, as tarefas, o processo de migração de cidade, o nascimento dos filhos, o trabalho.

A migração, o casamento e o nascimento dos filhos representam para as mulheres uma mudança de ciclo. Percebe-se mudança na trajetória profissional nestes três momentos. Nos três é acionado o seu papel de mulher perante a sociedade: ajudar a família ou ser ajudada por algum familiar em troca de serviços da casa; casar, mudar de vida, sair daquele ciclo pós-migratório e da exploração na fábrica de calçado ou na roça e passar a exercer uma atividade na casa ou que permita estar mais na casa; nascendo os filhos, consolida-se sua trajetória profissional na casa, é o momento de começar ou encerrar o ciclo das faxinas, ateliers. A prioridade é dos filhos.

O momento, antes e depois da migração até casamento (ou casamento durante o período), é relatado como memória recente por elas:

É que eu comecei a trabalhar desde sete anos, né, fazer todos os serviços da casa, cuidava da casa, fazia almoço, cuidava de meus irmãos menores, tinha minhas irmãs mais velhas que elas iam para a roça e daí, eu e minha irmã mais nova, tomávamos conta dos irmãos mais novos, fazia comida, lavava a roupa, fazia todo o serviço. No caso, o que eu fazia, o que eu faço hoje na casa, eu faço desde quando eu tinha sete anos. Era duro e daí quando não tinha escola, de tarde, quando eu já não tinha o que fazer na casa, que já não estava no colégio, eu ia para a roça, todos os dias. A vida era assim, todos os dias assim até casar. (E1 – 38 anos)

O pai e mãe foram pais muito novos, o pai tinha dezoito e a mãe dezesseis, eles eram muito novos na época, então eles não tinham assim muita parada, eles trabalhavam um pouco em um lugar, depois no outro, né, se mudavam, e depois sem estudo nenhum, né, esse que era o problema maior e daí tiveram filhos, tiveram nove, daí e sou a mais velha e os mais velhos tiveram que trabalhar para ajudar a sustentar os outros, então comecei a trabalhar com treze anos. Foi no Reicher, de calçados, em Campo Bom, daí comecei a trabalhar com treze anos, fiz treze anos em setembro e em janeiro fui trabalhar. (E7 – 48 anos)

Chegava em casa, não tinha mãe, né, chegava em casa, não tinha janta, não tinha nada, o pai comprava as coisas, mas até que eu chegasse, até fazer, à hora que eu chegava do colégio, e eram quatro homens em casa, não faziam. Aí eu saía às cinco, levantava dez para as seis já estava pegando ônibus, daí a gente é novo né, e a gente tem o suporte da mãe, quando chega em casa, tem a janta, levanta, tem café, e eu não tinha... (E2 – 36 anos)

A entrevistada E4 relata sua trajetória mostrando o tipo comum do perfil das mulheres, objetos da pesquisa, pois, todas as escutadas relataram histórias muito semelhantes. Percebem-se as três etapas do ciclo identificado em todas. A vida antes e depois da migração; o casamento; o nascimento dos filhos:

E daí mamãe nos deu para um cara e o cara não nos quis mais, foi aí que, aos dez, onze anos, eu tava sozinha, daí que eu vim pra Novo Hamburgo morar com meu irmão, ele tinha bastante dificuldade por que tinha dois filhos, estava fazendo a casa, eram recém casados e eu com onze anos, eu tinha que, fazer comida, limpar a casa, lavar a roupa pra minha cunhada que ela costurava, né, então foi bem difícil, né. Hoje em dia, se tu botar uma guria com onze anos em uma casa não faz nada, né. Mas eu creio assim que tudo foi proveitoso para mim, aí com quatorze anos comecei a trabalhar em uma firma de calçado e aí trabalhei até os dezenove, até casar, aí casei e trabalhei mais dois anos, aí foi quando tive minha menina, com três anos de casada. Conheci meu esposo, eu tinha dezesseis, dezessete anos ia fazer, a gente namorou dois anos antes de casar, aí ele achava que eu trabalhava muito né, fazia tudo com minha cunhada e trabalhava na firma.

Trabalhei desde os quatorze, tive meu dinheiro, sempre fui independente, né. Ah que eu quero compra um perfume, eu não gosto pedir para meu esposo, não que ele me negasse, eu que sempre gostei de ter meu dinheiro, sei lá, daí eu trabalhava, tirava bem, de segunda a sexta, e levava minha filha junto, podia levar, já era doméstica, daí foi quando eu trabalhava e levava a ela que eu engravidei dele.

Aí, quando eu engravidei dele é que eu parei porque não tinha como levar ela num ônibus de manhã no colo, né, trabalhar fazendo faxina grávida, daí foi quando eu comecei a fazer bolo, o primeiro curso que eu fiz foi na casa de uma senhora que fazia bolo. (E4 – 47 anos)

A vida cotidiana da entrevistada E8 é um pouco diferente das demais, ela participa do movimento da economia solidária, é envolvida em fóruns, redes e da diretoria da associação de moradores, etc. Desse envolvimento resultam suas feiras, para comercializar os produtos, e sua inserção mais política, a organização da casa toma outros desenhos. Entretanto, o mesmo ciclo está presente na trajetória e também as tarefas são de sua responsabilidade.

Na casa eu tenho bastante ajuda, assim, bem sincera, hoje eu tive uma reunião, aí eu disse pra ele, tu faz almoço que eu tenho que ir lá na reunião, aí de tarde, às duas horas, eu tinha reunião, aí cheguei, almocei, aí tinha comidinha pronta, aí disse, fiquem com a casa, aí eles organizaram a casa pra mim. Tu tem que ter esse suporte, se não tu não consegue. Num dia normal eu faço almoço, faço todo o serviço da casa, tipo, sou do lar. Mas a gente tem aquela coisa da troca. E como eu assumi a associação de moradores, às vezes a gente tem que fazer assim.

Às vezes ta eu e ele com encomenda grande, daí a gente combina assim, onze e meia paramos os dois, aí um vai cortando a carne e o outro vai fazer o arroz, a gente tem que correr porque eu tenho uma reunião duas horas da tarde, eu tenho que produzir até x horas porque eu tenho que sair, daí a gente se organiza. É tranquilo porque eu

tenho essa parceria, as vezes eu dou umas empurradas, fulano ó, hoje é contigo, gente a casa é de vocês.

Quando eu casei acumulou aí o trabalho da casa, nos primeiros meses, aí a gente até se adaptar, aí, né, aí eu era muito nervosa, aí quando eu fiquei trabalhando nesse período no mesmo setor, só que frio, o estresse era igual, porque no atelier, se ele chegasse e me desse 240 pares ele queria 240 pares, ele não queria saber se meu filho ficou doente, eu tinha que ter a consciência de que eu ia levar meu filho no médico e que eu ia voltar e tinha que depois dar conta. Imagina tu não dormir a noite inteira e no outro dia tu tem que costurar 240 pares. É muito louco, e aí foi que eu consegui trabalhar assim, eu fazendo meu horário, fazendo minha meta, sabendo até onde quero alcançar, é mais tranquilo, porque tu não vai pegar uma encomenda que tu não pode fazer. (E8 – 43 anos)

No que se refere à educação dos filhos e das filhas, segundo o depoimento coletado, há uma tentativa por parte da E2 de educação diferenciada da sua para a da filha, entretanto, percebe-se que há uma divisão sexual do trabalho doméstico. Os filhos ajudam no trabalho por conta de metalurgia e a menina, em casa, nas tarefas. Percebe-se também que a casa funciona em função da figura do pai trabalhador, que sai pela manhã e retorna pela noite, cansado, e precisa ver a família bem e tudo organizado. É uma socialização de gênero produzida a partir da figura do trabalhador assalariado e provedor da família.

Como eu tenho só a Flavia de menina na casa, eu não quero que achem que serviço de casa é coisa só de mulher, entendeu? Eu não quero botar ela limpar a casa pra mim, mas quando eu peço ela faz, ela passa pano, passa aspirador de pó, ela limpa, ela sabe, os guris também, cada um tem que arrumar seu quarto, ah não funciona assim, perfeito, mas eles sabem que tem que arrumar até o pai deles chegar. Não quero assim que a Flavia como ela é menina ela tem que limpa a casa, ela é menina sabe, ela tem que saber fazer comida, sabe. Mas eu sempre digo para ela que ela tem que estudar, que eu não quero essa vida para ela, vai estudar, não case cedo, eu sempre uso muito o exemplo da nossa vizinha, filha única que começou trabalhar cedo, que não precisaria, mas tem independência, não casou cedo, não arrumou filho cedo, eu acho que hoje o importante é não ter filho cedo, né. (E2 – 36 anos)

6.2.4 Cidadania

O olhar da cidadania a partir da percepção das entrevistadas sobre o que é *ter direitos*, que *direitos deveria ter*, o que é *cidadania*, revela que esta está ligada a realização de sonhos e planos, como poder terminar de estudar, poder proporcionar vida digna para os filhos, bom

estudo e bom trabalho, ter casa, ter carro, etc. Por essa razão, o questionamento “quais teus sonhos e planos para o futuro” entra na definição desta categoria.

Quando se fala de direitos com as mulheres, elas se remetem ao que não têm, ou o que gostariam de ter, mas não logram. Querem, na maioria dos casos, acessar melhor qualidade no atendimento público de saúde e realizar os direitos dos filhos:

Direitos... acho que meus filhos tinham que ter mais oportunidades, né, de fazer cursos, porque eu não teria condições de pagar cursos, né, eu acho que eles deveriam ter mais chance de estudar, de fazer cursos, a minha guria queria fazer faculdade, fazer esse tipo de coisas. Pra mim, como é que eu te vou dizer, de precisar de um médico, desse tipo de coisas... Que não tem médico, né, tu vai consultar tem que ficar na fila, tem que procurar o médico, tem que implorar para que não te aconteça nenhum mal por não ter atendimento, tem as burocracias, os maus tratos, né, porque eles se acham no direito, entendeu. (E1 – 38 anos)

A gente vai ao SUS. Só quem tem convênio é a neta, só a neta é a que tem convenio UNIMED. A gente fez com oftalmo tudo, né, completo porque ela pequeninha. Não temos, também, porque é muito caro o convenio médico, nós não temos como pagar, esse é que é o problema, a gente não tem como pagar, o que o da nenê é noventa e seis, noventa e pouco, é muito caro para todos ter. (E7 – 48 anos)

Eu acho que o direito que eu tenho e não consigo acessar é o direito a médicos, que eu precise assim, que nem o oftalmo, aí tu vai lá e tu marca 6 meses, 8 meses, e às vezes no dia ele não vai trabalhar e tu não é atendida. (E2 – 36 anos)

Algumas relembram que não tiveram direito de estudar, ou demonstram o desejo de estudar. Não vivenciaram uma cidadania que garantiu educação e aporte social para que todos estudassem, as crianças necessitavam trabalhar.

então na colônia todo mundo é pobre e tem que trabalhar de dia para comer de noite, como dizem, né, então o pai dava estudo até tu apreender a ler e escrever e daí tu tinha que sair para dar a vaga para o outro teu irmão mais novo porque o pai não tinha condições para manter todos os filhos no colégio ao mesmo tempo, entendeu? (E1 – 38 anos)

A relação cidadã com o trabalho é percebida mais com uma das mulheres, a entrevistada E8, que possui uma “substituta” da carteira profissional, a sua carteirinha de artesã. Ela demonstra que esse símbolo marca sua passagem para a cidadania.

Eu não tinha nada e o que mudou com esse processo da carteira de artesão é que eu posso pagar meu INSS, até eu não tô pagando, mas eu posso pagar. Como eu posso pagar, alguns meses eu pago, outros não pago. Se eu for me apresentar agora eu sou artesã, inclusive assim, aconteceu uma coisa bem fantástica, na época, que eu não trabalhava mais em empresa, logo que inaugurou o shopping de Novo Hamburgo, inaugurou a C&A, então vinha aquelas vendedoras de cartões, ela veio

e ofereceu pra fazer o cartão, aí eu disse, não, não tenho nada, não tenho carteira assinada, aí ela disse assim – não, tu pode fazer com tua carteira de artesã. E eu sou cliente da C&A de Novo Hamburgo desde que abriu, com minha carteirinha de artesã. Hoje em dia, também, eu me apresento, vou a comprar meus produtos, tenho desconto, eu digo eu sou artesã. (E8 – 43 anos)

Há percepção de que se deveria ter direito a trabalhar menos, a ter mais lazer. Também que trabalhando na casa não se tem muitos direitos, comparando com aqueles da carteira assinada, que a entrevistada E3 teve por cerca de vinte e um anos.

É muito difícil a vida, eu acho que eu trabalho muito, não precisava trabalhar tanto, eu acho, né, porque, sei lá, minha vida é um trabalho, né, quando não estou nas bolsas estou nas unhas, quando não estou nas bolsas e nas unhas, estou vendendo Avon, estou vendendo Natura, estou vendendo lingerie, então isso é o meu dia a dia... (E1 – 38 anos)

Eu acho que em casa não tem muita coisa, né, a gente não tem muitos direitos não... a gente trabalha sempre e se é aposentado também o direito que a gente tem é aquele ali. (E 3-2)

A cidadania fragilizada é garantida no cotidiano, com muito sofrimento, através do trabalho, e isso relatam as entrevistada E5 e E8 de formas diferentes. Na dificuldade de estudar, trabalhar, cuidar das filhas, uma com necessidade de cuidado especial, E5 demonstra dar conta de sua vida com muita luta individual. A entrevistada E8 assume seu status de uma trabalhadora que não tem carteira assinada, nem direito a férias, saúde, etc., mas que se organiza e os forja no seu cotidiano.

Foi difícil estudar, mas eu pensei – não vou parar na metade do caminho; porque já parei muitas vezes na metade do caminho, não alcancei lugar nenhum na vida, então eu vou continuar, e eu quero, eu posso e vou conseguir e não tem ninguém que faça eu parar. Foi o que eu fiz, estudando, trabalhando, levando filha na escola, chegando às onze horas da noite, trabalhando até as duas horas da madrugada na minha máquina, acordando às seis horas da manhã, sete e meia levando minha filha na escola, e pau e pau e corda e brigando com as lojas e querendo mais tempo para a entrega e tu tem que saber o que tu quer da vida, não adianta dizer assim: eu quero. (E5 – 31 anos).

Eu não tenho a carteira assinada para tirar férias, mas eu consigo me organizar para ter isso, entendeu, eu anoto tudo o que vendo, tudo o que gasto, gasto com alimentação, gasto com passagem, gasto com tudo lá, descontou o que gasto, sobrou tanto de lucro. Bom, a gente vai comprar material, e o resto da grana a gente guarda pra ter a diversão da gente, a gente vai ao centro tomar uma cervejinha, assa uma costela com os amigos, vai na praia um final de semana, aí aprendi que dava para se divertir com aquela grana, entendeu, eu aprendi que dá para viver assim, claro que tu tem que te organizar. (E8 – 43 anos)

Entende-se que os sonhos e planos constituem um cenário de percepção da cidadania, porque eles trazem os desejos de vida digna, de acesso à moradia, trabalho, educação, lazer, consumo, etc. Aparecem nos relatos o desejo de trabalhar menos, de que os filhos tenham sucesso, ter casa ou reformar a casa, ter carro, estudar, fazer faculdade...

Ter nossa casa, ter a casa, é o maior sonho que eu tenho é ter minha casa no futuro, é esse o maior sonho que eu quero e vou conseguir. Meus planos era me profissionalizar mais e mais no cabelo, porque o cabelo, meu sonho é esse, né, pra no futuro eu poder trabalhar só no salão, entendeu? Trabalhar menos e com o que eu gosto. Aí para as crianças, o sonho é que eles estudem e sejam alguém, né, é isso, fazer cursos e que eles aprendam uma coisa para ter uma vida boa no futuro e não o trabalho como eu trabalho, porque eu não tive estudo e por isso trabalho que nem uma louca. (E1 – 38 anos)

Os sonhos... profissionais é os que estou tendo, é ir devagar e alcançar meus objetivos, de não é parar, é dar a minhas filhas o conforto que elas merecem, primeiro sempre foi minhas filha,s né, depois por último sou eu, a das minhas filhas é continuar cuidando da Agatha, que precisa muito de mim. (E5 – 31 anos)

Quero trabalhar bastante, garantir, não assim que eu acho que, bem, rico todo mundo quer ficar, mas eu queria ter as condições para pagar uma faculdade, não sei o que os guris vão querer fazer, mas eu queria assim que eles fizessem e, pra minha filha, um futuro melhor para eles, que não precisem trabalhar tanto assim no trabalho braçal que a gente trabalha e assim ter um emprego bem remunerado e para isso tem que estudar muito, fazer muito curso, fazer outros idiomas, eu acho que é isso... e poder reformar minha casa que eu quero, poder comprar meu carro também, pagar a faculdades para eles, viajar com o marido. (E2 – 36 anos)

Meu maior sonho é fazer faculdade, tenho muita vontade, eu fiz Enem ano retrasado, passei, mas eu quero fazer na área social. Essa coisa de trabalhar levando em conta a questão do meio ambiente e da geração de renda me chama muito, eu sou de uma comunidade muito carente, muito, eu vejo as mulheres com uma auto-estima muito baixa, dependente total do marido, massacradas mesmo, e eu acho que eu tenho um potencial que eu posso ajudar, eu tenho a caminhada da economia solidária, eu quero muito ajudar. O que eu faço no artesanato tá muito bom pra mim, mas se eu conseguisse ajudar mais pessoas seria muito bom também, eu ia ficar realizada. (E8 – 43 anos)

Quando os filhos estão crescidos ou não moram mais na mesma casa, e elas estão mais estabilizadas, o relato dos sonhos e planos aparece menos cheio de desejos, fato que demonstra como a casa e a maternidade envolvem a vida das mulheres pesquisadas, pois, quando cessa esse ciclo, os desejos são outros, ou o relato é de que não há planos no momento.

O que é que a gente vai sonhar muita coisa, não tem muito na vida, não tem muitos sonhos mais nessa idade, meus filhos tão todos grandes, casados, Tenho, tenho sete netos, tenho seis bisnetos. (E3 – 69 anos)

Eu não tenho nenhum sonho que eu quero de alcançar, algo mais, entendeu, eu acho que já estou realizada. (E4 – 47 anos)

Olha, não sei, de mim agora, da casa, eu quero construir minha casa, carro não porque a gente trocou agora, em janeiro a gente trocou o carro, tem dois e daí a gente trocou um agora, eu acho que o que tinha que fazer era isso, e para a empresa, para lá para firma, né, a gente comprou as maquinarias o ano passado, e por enquanto a gente não pretende comprar nada. Minha filha está crescida e tenho minha netinha. (E7 – 48 anos)

A gente nem para pensar, para pra planejar, não penso no dia de amanhã, só penso no dia de hoje, sabe, planos, planos, não tenho muitos planos para o futuro, a única coisa é continuar trabalhando, né, até quando puder... sessenta, setenta anos, por aí, oitenta, eu já digo que quero chegar até os oitenta anos. (E6 – 53 anos)

A cidadania percebida pelas mulheres é desde o seu cotidiano. Os desejos de que a família se realize, desejo de poder estudar mais, de comprar casa, carro, fazer reparos na casa, fazer cursos, etc. demonstraram ter relação com seus ciclos de vida. Quando este ciclo está avançado, filhos criados, idade escolar muito ultrapassada, entre outros fatores, a percepção de direitos e os desejos acomodam-se em “pode continuar como está”.

6.3 Bastidores da pesquisa

Em uma pesquisa qualitativa, que envolve a variável gênero e precisamente o cotidiano de mulheres que trabalham e vivem a maior parte dos seus tempos em casa, entende-se importante relatar algumas informações dos “bastidores da pesquisa”, o que há por através da análise de conteúdo anteriormente abordado, não para depositar dúvida nos critérios de validade e confiabilidade, mas justamente para balizá-los. Já é chegado o tempo da própria ciência repensar alguns critérios quando seu objeto de pesquisa está imerso em um cotidiano específico, como o desta pesquisa. Por ser um breve relato desde o bastidor, leva a primeira pessoa na narrativa.

Dois fatores contaram decisivamente para que este estudo exigisse da pesquisadora dupla vigilância epistemológica: a identificação de gênero partilhada entre entrevistadora e entrevistada e também a necessidade de adequação ao cotidiano das mulheres para a realização das entrevistas.

Em dado momento, uma entrevistada chorou ao me relatar sua infância, em outros sentia que elas procuravam minha empatia feminina para com a sua situação, ou um tom de cumplicidade na minha voz, cochichar, rir, olhar. Às vezes não completavam frases, imagino que, supondo que haveria uma identificação e um entendimento, de “mulher para mulher”. Essa postura por parte das entrevistadas exigiu de mim um cuidado duplo, para não perder aqueles elementos que as mulheres segredam em momentos íntimos de mulher para mulher, equilibrando com aqueles relatos que elas só fariam se conduzidas por uma boa técnica de pesquisa.

A geração de que advenho é aquela em que a mulher busca sua emancipação e acredita que ela está acontecendo, procura alertar as outras de nossa submissão histórica, pesquisa esse acontecimento e milita por essa transformação. Entretanto, foi inevitável não sentir a solidão e a violência pelas quais passam as mulheres entrevistadas no decorrer das suas vidas: são únicas responsáveis pela criação dos filhos e co-responsáveis pela dos netos em algumas situações, trabalhadoras no seu próprio domicílio ou nos fundos em peça separada, não podendo sair muitas vezes sequer à padaria, responsáveis pela limpeza e arrumação da casa, responsáveis pelo casamento. Havia aí uma identidade de gênero entre pesquisadora e pesquisada que foi inevitavelmente compartilhada.

Em todos os encontros com as mulheres, a casa, as pessoas da casa, e a disposição dos objetos, indicavam que as mulheres têm completo envolvimento com esse cotidiano, e que é difícil parar, na sua própria casa, para uma entrevista de uma, duas ou três horas. Eu precisei me adequar as suas rotinas, compartilhando as mulheres com as demandas delas. Todavia, tudo indicava que em outro espaço a entrevista não estaria tão carregada de cotidiano e de informações sobre como é “trabalhar em casa”, e eram essas algumas das informações que eu buscava. Elas levantavam, enchiam meu colo de produtos, mostravam fotos, mostravam as máquinas, me apresentavam os familiares que estavam na casa, dividiam, comigo, por algumas horas, as suas vidas.

Em uma das entrevistas, uma parenta entrou correndo na sala em que estávamos para anunciar que o sobrinho da entrevistada havia nascido, ficou cerca de 20 minutos conosco, ascenderam uma vela vermelha para um orixá e falavam eufóricas, eu precisei partilhar deste momento alegre para a entrevistada e o quis fazer. Em outra cochichávamos, pois, seu filho estava em uma peça assistindo televisão e o marido na área, trabalhando no atelier. Outra

cuidava da neta de dois anos naquele momento e esta ficava ao nosso redor brincando e mexendo nas minhas pernas. Chegou uma cliente numa das entrevistas e precisamos interromper para que ela desse as orientações para a pessoa que esperasse. Em outra um bebê chorava perto e ela levantou-se para atender, era o neto recém-nascido. Outra se levantou para atender ao telefone que tocou no momento do depoimento gravado.

No final de três entrevistas, quando saíamos do ambiente, houve uma conversa com os companheiros delas, afiguravam-se curiosos, queriam saber mais sobre a pesquisa, contar outros detalhes do trabalho da companheira. Um deles, no final de uma entrevista que estava durando cerca de duas horas, chegou onde estávamos para participar, presenteou-me com um artesanato. Como ficou cerca de vinte minutos participando, ventilei a idéia de excluir esta entrevista, visto que ele estava no cômodo ao lado e soube o momento que a entrevista estava encerrando para aproximar-se. Entretanto, ponderando os cotidianos vividos destas mulheres, é possível perceber que é necessário também coletar esses dados e incluir na reflexão da pesquisa a intervenção dos companheiros, pois é assim que se dá a vida das entrevistadas e, nesse caso específico, os dois produzem juntos. Ele me relatou, entre outras coisas, como funcionava a produção de sua companheira:

Ela tem mais demora na produção porque, por incrível que não pareça ser, a vida da mulher é mais corrida que a do homem, ela tem mais serviço da casa pra fazer, ela trabalha ali, sai dali, vai atender o filho, o filho tá grande, né, mas depende da mãe (companheiro da entrevistada E8 - artesã).

Este cotidiano delas, de trabalho e casa, é uma relação visivelmente estreita. Eu vivi esta incursão com elas e percebi que não somente o depoimento demonstrava essa ligação, mas também as intervenções, o convívio com os objetos da casa, o telefone da casa tocando e ninguém mais além da entrevistada atendendo, a neta nas minhas pernas sem ninguém mais da casa para cuidar naquele momento, a parente que chegava sem avisar e interrompia a rotina, o filho na sala ao lado assistindo televisão, os maridos em casa...

6.4 Somando os olhares: teoria e empiria

Mesmo que a formação das categorias de análise tenha surgido da incursão teórica anterior, após as constatações e problematizações nascentes da análise, cabe retornar às hipóteses e às fundamentações teóricas, ensaiando algumas proposições e elaborações teórico-práticas, como compromisso com a práxis científica e elaboração teórica a partir do olhar sensível para com as relações sociais da sociedade brasileira atual. Essa soma de olhares arrisca conclusões para além do específico, embora uma pesquisa como esta não almeje generalização.

A vida cotidiana não demonstrou ter historicidade suficiente para sobreviver no capitalismo e gerar diretamente demandas para construção de cidadania, direitos e proteção social. O espaço do cotidiano das mulheres não demonstrou ter elementos críticos. A mudança que advém deste mundo cotidiano ainda está subterrânea e necessita de uma relação histórica não linear e um foco no real, no acontecimento, no dia-a-dia. E é desde a vida cotidiana que as mulheres estão construindo suas histórias.

O trabalho realizado no domicílio, seja por conta própria ou a domicílio para empresas, é um fenômeno também contemporâneo no mundo do trabalho, está imerso em todas as transformações abordadas no primeiro capítulo e com todas as barreiras expostas nos demais. Entretanto, para este específico pesquisado, o seu espectro está associado à socialização de gênero além das transformações da economia.

A cidadania não atende completamente ao cotidiano das trabalhadoras, como apontado no capítulo “Trabalho e Cidadania no Brasil” e nos depoimentos coletados na pesquisa. A teoria clássica, que baseada em categorias de exploração e alienação atende muito menos e reproduzem a invisibilização do cotidiano das mulheres, que mesmo imersas em suas vidas têm estratégias para sobreviver e combater.

Escolher ter filhos e proporcionar-lhes um crescimento feliz ainda é uma realidade de muitas mulheres atualmente. Como a cidadania não alcança amplamente a organização das relações sociais e a cultura patriarcal está longe de dissolver-se, a opção por realizar o trabalho no domicílio. Mostrou-se uma via de realização desta realidade feminina. Ter garantias de creche e uma licença maternidade compartilhada em qualquer situação de

trabalho, por exemplo, seriam uns dos elementos de uma cidadania ampliada não só às mulheres, mas também às necessidades de uma sociedade que deseja reproduzir-se.

O que se apreende, portanto, é que a vida das mulheres trabalhadoras, na sociedade contemporânea, no universo da amostra deste trabalho, é marcada por um ciclo de vida que contém três momentos de mudança significativa, que vão significar na trajetória de trabalho: a migração; o casamento; a gravidez e nascimento dos filhos.

No primeiro momento, a economia e as transformações da sociedade, abordadas no primeiro capítulo, atingem a família das entrevistadas e o momento de desenvolvimento urbano e ofertas de empregos na cidade incentivam a mudança e a migração. O segundo momento do ciclo, o do casamento, significa, na maioria das vezes, o alívio do trabalho-emprego que exige uma rotina fixa e cansativa do setor calçadista, mas coloca a mulher em outra situação. No terceiro momento, os filhos marcam o fim da trajetória profissional assalariado, através da inserção em empregos, ou significam o momento da pausa.

Em todos os momentos, a categoria significativa é a de gênero. A mulher é chamada a cumprir seu papel na sociedade nestes três momentos chave de mudança do seu ciclo de vida. Durante todos eles a cidadania está ausente, ao menos aquela ampliada às funções que as mulheres assumiram como suas, através da sua socialização. Em todas há a marca de um cotidiano com baixa historicidade, em que a ação e a construção da mudança social são dificultadas.

A teoria consultada do trabalho a domicílio e do trabalho por conta própria, no Brasil, é carente em demonstrar que, antes da determinação do cenário econômico, as mulheres optam por esse tipo de trabalho para viver sua família. Viver os filhos e a família é tarefa desafiadora na sociedade contemporânea, e não somente para as famílias de classes médias baixas e baixas. A cidadania, desde esse olhar é fragilizada e precisa ser pautada com mais afinco nos estudos científicos na área da sociologia do trabalho, frente a tantas transformações e frente a tantos cotidianos não revelados.

Relembrando a análise de Câmara e Cappelin, o percurso específico da cidadania das mulheres comporta reconhecimento das rupturas às submissões na esfera familiar e dos entraves construídos pelo modelo de poder masculino, ainda no cenário contemporâneo difundido na cultura patriarcal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho a domicílio e o trabalho por conta própria, no universo desta pesquisa, demonstraram não oferecer o conjunto de proteções necessárias para um acesso à cidadania às mulheres trabalhadoras. A relação casa e trabalho, vivenciada por elas, não permite que, no cotidiano, gestem-se novos sistemas de cidadania além das estratégias construídas individualmente frente a determinadas situações de adversidade (como uma doença, por exemplo).

A cidadania entendida como plena, no Brasil, conforme aponta Carvalho, deveria aportar um conjunto de direitos civis, políticos e sociais. Portanto, acesso a condições de obter moradia própria, participação política e condições de trabalho, lazer, educação e cultura necessárias para viver. Nem todas as trabalhadoras possuem moradia própria, embora relatem sonhar com ela, não estudaram, não têm condições de pagar uma creche para os filhos e a maioria delas acessa ao Sistema Único de Saúde, nos momentos de doença, relatando não serem bem atendidas, não pagam previdência social, com exceção de duas trabalhadoras, não têm definido seu futuro financeiro e sua aposentadoria, não demonstraram condições de planejar o futuro.

Como estas mulheres estão na casa, não saem, não tem diálogo social e político comunitário, torna-se muito difícil acreditar que há uma emancipação destas ou alguma construção de mais qualidade de vida sendo edificada. As estratégias delas nas situações de vida não alcançam este patamar de constituição de uma outra cidadania.

Há o marcador da solidão nas suas formas de trabalhar e viver. Este parece determinar que suas estratégias cotidianas não ultrapassem a vida privada e não lhes permitem optar por outros caminhos. Elas não estão nos espaços públicos de decisão, a sua participação comunitária é praticamente nula, as atividades da casa são realizadas somente por elas, ou com alguma ajuda pontual, a criação dos filhos é de sua responsabilidade, seus direitos estão praticamente ausentes.

Através do conceito de divisão sexual do trabalho, examinado no segundo capítulo a luz das autoras Hirata e Kergoat, elucida-se que há uma definição de papéis atribuída pelas trabalhadoras para si mesmas e a seus companheiros. O papel público pertence ao homem. Em alguns casos, numa produção mais coletiva, os companheiros realizavam a comercialização ou a negociação dos valores. Em outros casos houve, em algum momento do

relacionamento, uma escolha por quem ficaria na casa e quem “trabalharia” fora. As mulheres “optaram” pela casa e, em conseqüência, pelos filhos, pela manutenção do ambiente doméstico, pela geração de renda neste mesmo ambiente.

As mudanças durante o ciclo de vida das mulheres representam um chamamento para os seus papéis de gênero. Elas demonstraram estar submetidas a esse ciclo de vida por procurar uma função geradora de renda ao mesmo tempo em que conciliam seus papéis de mãe, esposa, e etc. Nesse caso, as relações são desiguais caracterizando as relações hierarquizadas que a noção de patriarcado deixa de legado para a inteligibilidade das relações sociais conforme se viu através do estudo de Saffioti (2004).

As mulheres estão nestas formas de trabalhar pesquisadas também porque a construção social da cidadania não foi pensada para as mulheres e crianças e menos ainda para a vida privada¹¹. A construção da cidadania está na esfera pública. O cotidiano possui baixa importância no que se refere às novas construções e às decisões públicas. Entretanto, a vida também acontece desde o cotidiano. Esta é uma ambigüidade que prejudica as mulheres ao mesmo tempo em que lhes concede papéis reconhecidos socialmente.

A geração de renda representa para as mulheres autonomia relativa em relação às suas escolhas, como viver um relacionamento, divorciar-se, consumir, etc. Mas essa cidadania é mais fragilizada para as mulheres que trabalham no domicílio. Fica clara essa fragilidade pela falta de diálogo social e de acesso à informação. As mulheres estão sozinhas com os seus papéis e dificilmente questionam-se sobre outras possibilidades de viver. Suas relações sociais são limitadas e também as chamam a cumprir suas obrigações pré-construídas socialmente.

Como foi abordado através de Câmara e Cappellin (1998), é necessária a articulação do prisma de gênero com o da construção da cidadania. Essa articulação permite evidenciar algumas das ambigüidades e impasses de formação teórica da cidadania na sociedade contemporânea. Assim poder-se-ia pensar uma cidadania embasada na redistribuição dos papéis, que gestasse novas formas de relações, mais recíprocas e com mais equidade.

A cidadania não se resignificaria fora dos parâmetros do emprego assalariado. Tampouco parece gestar-se nestas formas de trabalho pesquisadas. Uma cidadania plena para

¹¹ Esta situação é constatada com muita clareza através das mulheres objeto desta pesquisa, pois, estão mais fragilizadas nas capacidades aquisitivas econômicas. As mulheres pertencentes a outras classes e com outros estilos de vida podem também vivenciar o problema de uma cidadania que não atenda suas necessidades de viver, mas suas estratégias são mediadas por mais condições financeiras.

as mulheres, além dos direitos já expressos, deveria abarcar também as questões que elas vivenciam desde os seus cotidianos. Uma cidadania que seja refletida desde as atribuições cotidianas é o desafio para este período de transformações do trabalho e da sociedade.

A persistência do trabalho a domicílio e do trabalho por conta própria, realizado na casa, é gerada em grande medida pela estratégia capitalista, que se modifica para garantir seu sistema de acumulação além de outros fatores que se poderia levar em conta. Mas a participação predominante das mulheres nestes setores, conforme indica esta pesquisa, é também pela submissão ao ciclo de vida identificado na análise e a cidadania fragilizada ou de difícil acesso apresentou-se como um dos elementos principais nos caminhos que as mulheres relataram seguir.

O cotidiano das mulheres necessitaria de uma análise mais profunda, com mais envolvimento, que fosse capaz de revelar até que ponto as estratégias utilizadas pelas mulheres alcançam transformação do vivido, mesmo que no nível micro. Visto que, as mulheres demonstraram ter consciência que estão, ou estiveram, em algum momento de seu ciclo de vida, em desigualdade com os homens, seus companheiros.

Algumas questões para averiguações futuras se apresentam com o findar do trabalho e que podem ser úteis para um melhor aprofundamento: Se essas mulheres pesquisadas passassem a construir e acessar outra cidadania nos seus próprios cotidianos, como efetivar-se-iam os mecanismos de uma construção desta outra cidadania? Se as mulheres não acessam os direitos como tais, quais as capacidades, enquanto condições existentes no momento, para mudar a realidade que elas vivenciam? Esse olhar detido para as estratégias do cotidiano não foi possível nesse primeiro momento.

A forma como o objeto de pesquisa foi sendo cercado pela construção do trabalho pode ter levado a uma dificuldade de visualizar as estratégias construídas pelas mulheres no cotidiano, fator que precisa ser levado em conta na próxima pesquisa.

Em um cenário internacional, quanto ao trabalho por conta própria especificamente, porque uma economia como a de Cuba autoriza, em 2009, o trabalho por conta própria ou autônomo. É um fenômeno contemporâneo que merece um olhar mais detido. No contexto Brasileiro, onde a cidadania está ligada ao emprego (direitos do trabalho) a relação do trabalho por conta própria e uma fragilização da cidadania está dada. Entretanto, em um

contexto como o de Cuba, onde o acesso aos direitos, a cidadania, é condição anterior ao trabalho para as pessoas cubanas, como seriam as condições dessas pessoas trabalhadoras?

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alice Rangel de Paiva. *O Averso da Moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila. *O Trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.
- AGUIAR, Neuma (Coord.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- AGUIRRE, Rosario; BATTHYÁNY, Karina (Coord.). *Trabajo, género y ciudadanía en los países del Cono Sur*. Montevideo: Cinterfor, 2001.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; GENTILI, Pablo (Orgs). *A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- BALTAR, Paulo *et. al.* Economia e mercado de trabalho no Brasil. In: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. *O Trabalho Reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jen-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A Profissão de Sociólogo: Preliminares epistemológicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; UNBEHAUM, Sandra. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: UNIFEM, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. *O Progresso das Mulheres no Brasil*. Brasília: UNIFEM/ Ford Foundation/ CEPIA, 2006.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses e a questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- _____. As armadilhas da exclusão. In: BERLFIORÉ-WANDERLEY, Mariangela et al. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2007.
- _____. As transformações da questão social. In: BERLFIORÉ-WANDERLEY, Mariangela et al. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2007.

- CÂMARA, Cristina; CAPELLIN, Paola. Gênero, Trabalho e Cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva (Orgs). *Gênero e Trabalho na sociologia latinoamericana*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.
- CAMPENHOUDT, LucVan; QUIVY, Raymond. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- COCCO, Giuseppe. Estado, Mercado e Cidadania. In: SERRA, Rose (Org.). *Trabalho e Reprodução Social: enfoques e abordagens*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES/FSSUERJ, 2001.
- _____. *Trabalho e Cidadania: produção e direitos na era da globalização*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- DEDECCA, Claudio Salvadori. Regimes de Trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. In: BRUSCHINI, Cristina et al. *Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- DOWBOR, Ladislav. *A Reprodução Social: propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- ENGELS, F. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. São Paulo: Global, 1984.
- FLICK, Uwe. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GORZ, André. *Crítica da Divisão do Trabalho*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GUIMARÃES, Nadya. *Caminhos Cruzados*. Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: USP 34, 2004.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.
- HIRATA, Helena. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs.). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: SENAC, 2007.

- _____. *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: EMÍLIO, Marli et al. (Org.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.
- _____. O conceito de trabalho. In: EMÍLIO, Marli et al. (Org.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho profissional e doméstico: Brasil, França e Japão. In: BRUSCHINI, Cristina et.al.. *Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- HOLZMANN, Lorena. Trabalho a domicílio. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HOPENHAYN, Martin. A Cidadania vulnerabilizada na América Latina. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 2, jul/dez. 2002.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli et al. (Org.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LEITE, Márcia de Paula. *Trabalho e Sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- LEITE, Márcia de Paula. O trabalho e suas reconfigurações: Conceitos e realidades. In: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. *O Trabalho Reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Desenvolvimento e Mudança Social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Nacional/MEC, 1976.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARX, Karl. *O capital*. Crítica da Economia Política. V.1, Livro primeiro. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

- MELO, Hildete Pereira et al.. Os afazeres domésticos contam. *Revista Economia e Sociedade*. v. 16, n. 3 (31), p. 435-454, Campinas: dez. 2007.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista*. 4. ed. Petrópolis: Vozes/ CEBRAP, 1981.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PICCININI, Valmiria Carolina. O trabalho flexível na indústria calçadista. In: DEDECCA, Claudio S.; CASTRO Nadya A. (Orgs). *A Ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.
- POCHMANN, Marcio. Direito ao Trabalho: da obrigação à consequência. In: PINSKY, Jaime. *Práticas de Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2004.
- POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. *E-trabalho*. São Paulo: Publisher Brasil, 2002.
- PRANDI, José Reginaldo. *O Trabalhador por conta própria sob o Capital*. São Paulo: Helvética, 1978.
- PRIES, Ludger. Trabajo y trayadores por cuenta própria: ¿Marginalizados de La teoria sociológica de mercado de trabajo y de movimientos sociales? In: DEDECCA, Claudio S.; CASTRO Nadya A. (Orgs). *A Ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.
- RICHARDSON, Roberto Jarry (Org.). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. ampliada. São Paulo: Atlas, 2009.
- RUAS, Roberto. *Efeitos da Modernização sobre o Processo de Trabalho: condições objetivas de controle na indústria de calçados*. Porto Alegre: FEE, 1985.
- _____. Notas acerca das relações entre trabalho a domicílio, redes de subcontratação e as condições de competição. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila. *O Trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.
- SAFFIOTTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- _____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANCHES, Solange; MARQUES, Lilian Arruda. Desigualdades de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho: tendências recentes. In: Organização Internacional do Trabalho. *Igualdade de Gênero e Raça no Trabalho: avanços e desafios*. Brasília: OIT, 2010.

- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SCHNEIDER, Sérgio. O Mercado de Trabalho da Indústria Coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul: formação histórica e desenvolvimento. In: COSTA, Achyles Barcelos da; PASSOS, Maria Cristina (Orgs.). *A Indústria calçadista no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- SCHRADER, Achim. *Métodos de Pesquisa Social Empírica e Indicadores Sociais*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- SOARES, Vera. A construção da cidadania fragilizada da mulher. In: EMÍLIO, Marli [et.al] (Org.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.
- SORJ, Bila. Trabalho Remunerado e trabalho não-remunerado. In: RECAMÁN, Marisol et al. (Orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A Classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: USP 34, 2001.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- WEBER, Florence. *Trabalho Fora do Trabalho: Uma etnografia das percepções*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

APÊNDICE

ROTEIRO ENTREVISTAS

BLOCO I – Trajetória

- a) Nacionalidade e trajetória de residência.
- b) Formação escolar e profissional.
- c) Veiculação a nascimento dos filhos ou acontecimentos familiares na trajetória de vivências (profissionais, familiares, organização dos tempos, mudança de território).

BLOCO II: Sobre o trabalho atual ou mais recente

- d) Qual o trabalho feito atualmente, como aprendeu.
- e) Quem atua na produção.
- f) Jornada de trabalho; Prazos de Trabalho; Condições materiais para trabalhar (segurança, higiene, equipamentos).
- g) Capacidade de negociação com compradores ou contratantes; Capacidade de produção e de venda.
- h) Tipo de Registro da atividade.
- i) Condições sociais de trabalho; Benefícios e direitos (férias, folgas, tempo de lazer, direitos, licença saúde;
- j) Remuneração rendimentos.

BLOCO III: Participação comunitária e vida associativa

- k) Relações da pessoa com a comunidade (igreja, grupos de convivência, associação, partido político, sindicato, clube de mães, etc.).
- l) Atividades exteriores ao trabalho.

BLOCO IV – Percepções

- m) Quais as diferenças entre o seu trabalho e um emprego de carteira assinada?
- n) Como era o trabalho realizado anteriormente, como é agora?
- o) Quais as principais características de trabalhar em casa?
- p) O que são os direitos? Você acessa os direitos?
- q) Quais seus planos e sonhos para o futuro?